

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ESTADO, IGREJA E IMPRENSA: O EPISCOPADO DE DOM JOSÉ
BRANDÃO DE CASTRO E A DITADURA CIVIL-MILITAR EM
SERGIPE (1964-1985).**

Rosana Oliveira Silva

**São Cristóvão
Sergipe-Brasil
2018**

ROSANA OLIVEIRA SILVA

**ESTADO, IGREJA E IMPRENSA: O EPISCOPADO DE DOM JOSÉ
BRANDÃO DE CASTRO E A DITADURA CIVIL-MILITAR EM
SERGIPE (1964-1985).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos

**SÃO CRISTÓVÃO
SERGIPE-BRASIL
2018**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Silva, Rosana Oliveira

S586e Estado, igreja e imprensa: o episcopado de Dom José Brandão de Castro e a ditadura civil-militar em Sergipe (1964-1985) / Rosana Oliveira Silva; orientador Claudefranklin Monteiro Santos. – São Cristóvão, 2018.
123 f.: il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. História - Sergipe. 2. Igreja e Estado – Igreja Católica. 3. Ditadura. 4. Castro, José Brandão de, 1919-. I. Santos, Claudefranklin Monteiro, orient. II. Título.

CDU: 94:322(813.7)

ROSANA OLIVEIRA SILVA

**ESTADO, IGREJA E IMPRENSA: O EPISCOPADO DE DOM JOSÉ
BRANDÃO DE CASTRO E A DITADURA CIVIL-MILITAR EM
SERGIPE (1964-1985).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos

Aprovado em 22 de março de 2018.

Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos
(UFS)

Profa. Dra. Célia Costa Cardoso
(UFS)

Prof. Dr. Severino Vicente da Silva
(UFPE)

Título: ESTADO, IGREJA E IMPRENSA: O EPISCOPADO DE DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO E A DITADURA CIVIL-MILITAR EM SERGIPE (1964-1985).

Resumo:

Com postura por vezes ambígua, a Igreja Católica ao longo dos séculos demonstrou possuir uma capacidade imensurável de renovação e adequação ao contexto histórico vigente, algo que pode ser observado, por exemplo, em suas atitudes diante das ditaduras militares. Seja apoiando ou questionando esse tipo de regime, o clero brasileiro, em particular o sergipano vivenciou momentos de tensões na segunda metade do século XX. Durante seu episcopado (1960-1987), Dom José Brandão de Castro, primeiro bispo da Diocese de Propriá - SE, viu-se envolto em uma série de acusações de práticas comunistas devido a sua mudança de postura de condescendência em relação ao regime para defensor de causas sociais e direitos humanos. Nesse contexto, objetivamos analisar a atuação de Dom Brandão durante a ditadura civil-militar brasileira, enfatizando principalmente o período em que foi acusado de comunismo buscando entender as circunstâncias que envolveram o episódio, sua repercussão no cenário religioso, social e político, mas também atentos aos discursos construídos em torno do fato, sobretudo na imprensa. Para tanto, as fontes utilizadas na produção do presente trabalho englobam jornais como *A Defesa*, *Jornal de Sergipe*, *Gazeta de Sergipe*, entre outros e fontes oficiais (encíclicas, documentos da Comissão Estadual da Verdade-SE) que serão analisadas pelo viés da História Cultural, salientando os campos da pesquisa de História da Igreja e História da Imprensa. Compreendemos, desse modo, que o desempenho de Dom Brandão a frente da Diocese de Propriá desagradou alguns setores da sociedade, fator determinante para ter sido alçado a condição de alvo de vigilância constante dos órgãos de segurança do Estado, como também da própria Igreja Católica a qual fazia parte.

Palavras-chave: Igreja Católica – Ditadura – Dom José Brandão de Castro.

Title: STATE, CHURCH AND PRESS: THE EPISCOPATE OF DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO AND THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN SERGIPE (1964-1985).

Abstract

With a sometimes ambiguous stance, the Catholic Church has, over the centuries, demonstrated an immeasurable capacity for renewal and adaptation to the current historical context, something that can be observed, for example, in its attitudes towards military dictatorships. Whether it is in support or questioning this type of regime, the Brazilian clergy as well as Sergipe experienced moments of tension in the second half of the twentieth century. During his episcopate (1960-1987), Bishop José Brandão de Castro, the first bishop of the Diocese of Propria - se, was involved in a series of accusations of communist practices due to his change of attitude of condescension towards the defender regime of social causes and human rights. In this context, we aim to analyze the performance of Dom Brandão during the Brazilian civil-military dictatorship, emphasizing the period in which he was accused of communism, trying to understand the circumstances surrounding the episode, its repercussion in the religious, social and political scenario, but also attentive to the discourses built around the fact, especially in the press. To that end, the sources used in the production of this paper include newspapers such as A Defesa, Jornal de Sergipe, Gazeta de Sergipe, among others, and official sources (encyclicals, documents of the State Commission of Truth-SE), highlighting the fields of research in Church History and Press History. We thus understand that Dom Brandão's performance at the head of the diocese of Propriá displeased some sectors of society, a determining factor for having been raised the condition of constant vigilance by state security organs, as well as the Catholic Church itself which was part

Keywords: Catholic Church - Dictatorship - Bishop José Brandão de Castro.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1. Dom José Brandão de Castro.....	15
Figura 2. Jornal A Tarde <i>Apud</i> A Defesa, 13 de junho de 1977.....	29
Figura 3. A Voz de Lagarto, 05 de agosto de 1965.....	64
Figura 4. Jornal A Defesa, 13 de junho de 1964, Ano XXXII, N°424.....	65
Figura 5. A Voz de Lagarto. 16 de janeiro de 1966.....	66
Figura 6. Jornal A Defesa, 15 de abril de 1964.....	67
Figura 7. Gazeta de Sergipe, 01 de abril de 1965.....	69
Figura 8. A Voz de Lagarto, 10 de abril de 1966.....	70
Figura 9. Jornal de Sergipe, 1 e 2 de abril de 1979, ano II, nº310.....	71
Figura 10. Jornal A Cruzada, 25 de abril de 1970.....	74
Figura 11. Dom José Vicente Távora.....	76
Figura 12. Dom Luciano Cabral Duarte.....	77
Figura 13. Documento nº 031/79, 20 de março de 1979.....	86
Figura 14. Jornal da Cidade, 27 de outubro de 1977.....	93
Figura 15. Jornal A Defesa, 15 de novembro de 1977.....	94
Figura 16. Jornal A Defesa, 25 de dezembro de 1978	95
Figura 17. Jornal de Sergipe, 11 de maio de 1979.....	96
Figura 18. Jornal de Sergipe, 16 de maio de 1979.....	96
Figura 19. Jornal de Sergipe, 03 de junho de 1980.....	97

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACB - Ação Católica Brasileira
AI-5 - Ato institucional nº 5
AP - Ação Popular
APES- Arquivo Público do Estado de Sergipe.
ASL – Academia sergipana de Letras
BICEN - Biblioteca Central
BPED - Biblioteca Pública Epifânio Dórea
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CELAM – Conferência Geral do Episcopado Latino-americano
CEV- Comissão Estadual da Verdade
CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.
CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT – Comissão Pastoral da Terra.
C.Ss.R – Congregação do Santíssimo Redentor
FAFI - Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe
IBRADES - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social
IHGSE – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
IPMs - Inquéritos Policiais Militares
JEC - Juventude Estudantil Católica
JOC - Juventude Operária Católica
JUC - Juventude Universitária Católica
LEC- Liga Eleitoral Católica
MBD- Movimento Democrático Brasileiro
MEB - Movimento de Educação de Base
PRHOCASE - Promoção do Homem do Campo de Sergipe
SAME- Serviço de Assistência à Mendicância
SNI- Serviço Nacional de Informações
UFS - Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 – ESTADO E CATOLICISMO BRASILEIROS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS	29
1.1. Estado e Igreja Católica: os conflitos de um relação secular	31
1.2. Ditadura e Igreja Católica ou Ditadura versus Igreja Católica?	44
2- IMPRENSA, IGREJA E DITADURA EM SERGIPE: DA DUBIEDADE À CONTRAPOSIÇÃO	52
2.1. Desdobramentos históricos da atuação da imprensa.....	52
2.2. A ditadura civil-militar e a imprensa sergipana	60
2.3. A Igreja Católica durante a ditadura civil-militar em Sergipe	66
2.4. Dom Távora e Dom Luciano: especificidades do episcopado sergipano.....	75
3- PEJA COMUNISTA: DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO, CONFLITO SOCIAL E DITADURA CIVIL-MILITAR NA REGIÃO DO BAIXO SÃO FRANCISCO – SE	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	104
ANEXOS	112

DEDICATÓRIA

Em memória de *Manoel Oliveira*
(meu amado avô) – (1936- 2015).

AGRADECIMENTOS

Certa vez li em algum lugar a seguinte frase: “*Um sonho sonhado sozinho é apenas um sonho. Um sonho sonhado junto é realidade*”, desconheço o autor, mas hoje posso dizer que esta passagem faz total sentido em minha vida, pois é necessário agradecer a todas as pessoas que sonharam junto comigo este sonho e o tornaram possível.

Primeiramente dedico minha vitória ao Deus todo poderoso, que me honrou e preparou para esse momento tão lindo. Foram tantas as dificuldades e desafios que sem a intercessão divina jamais teria conseguido seguir em frente. Posso afirmar com toda certeza “nunca foi sorte, sempre foi Deus”.

Dedico meus agradecimentos especiais a minha família, base e porto seguro em minha vida. Aos meus pais, Vania e Pereira, ofereço minha eterna gratidão, não só por me concederem a graça da vida, mas por se fazerem presentes em todos os momentos dela. Por me incentivarem e se doarem sem medidas para realização dos meus sonhos. A minha amada avó Lúcia, “mãe Lúcia” como sempre a chamei, agradeço por todo incentivo para com minha educação, amor em minha criação e por entender minhas ausências nessa fase tão conturbada pela qual passei. O amor que nutro por vocês não pode ser definido em palavras.

Aos meus irmãos Rosimara, Raquel, Romário e Robson, o meu amor fraternal por estarem sempre presentes em meus dias e tornarem minha vida mais colorida e feliz. A meus cunhados Najara e André por toda torcida por meu sucesso. A minha amiga, irmã do coração, Márcia de Jesus pela sólida amizade e demonstrações constantes de amor e carinho.

A família do meu esposo, minha segunda família, por todo incentivo e apoio. Especialmente agradeço a Roberto e Cristina, pessoas que sempre estimularam e vibraram com minhas conquistas.

Ao meu orientador, Professor Dr. Claudefranklin Monteiro Santos, um dos grandes responsáveis pelo meu ingresso no mestrado. Sem seu incentivo e perseverança jamais teria alçado um voo tão alto. Obrigado pela humanidade e carinho na condução das orientações. Tornamo-nos muito mais que professor e orientanda, e hoje somos amigos. Agradeço ainda por todos os livros emprestados para elaboração desta dissertação e por todas as oportunidades que me concedeu com tão grande confiança.

Aos professores do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Sergipe meu muito obrigado pela dedicação e carinho na realização de seus trabalhos. Vocês foram importantes suporte para meu crescimento acadêmico. Agradecimento em

especial que rendo ao professor Carlos Malaquias pelas contribuições a minha pesquisa e ao professor Bruno Álvaro pela forma humana que me tratou sempre que necessitei de seu auxílio durante esses dois anos de mestrado, especialmente nos trâmites para recebimento da bolsa e do estágio-docência.

A turma da disciplina de História da Educação que me acolheu carinhosamente durante a realização do estágio-docência.

A CAPES e a FAPITEC que em convênio foram às instituições financiadoras desta pesquisa e tornaram possível a concretização do meu sonho.

Ao longo dessa alucinante jornada pude contar com ajudas bastante especiais principalmente nos locais de pesquisas que visitei. Entre elas destaco as contribuições de Gilson Reis, Andréa Depieri e Lucilo Costa, pessoas que tão bem me acolheram na Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”. Agradeço imensamente a toda equipe desta instituição que contribuiu para a realização de minhas pesquisas. Aproveito para agradecer ao Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e as pessoas que lá trabalham por todo auxílio.

Não poderia deixar de mencionar a Academia Sergipana de Letras. Lugar que tive a honra de poder pesquisar e colaborar na organização do arquivo local através do projeto *Discursos e Memória: Fontes para a História da Literatura Sergipana* sob a coordenação do Professor Claudefranklin. Agradeço ainda a Lavínia e Joésio (Nando) parceiros no projeto, pessoas carinhosas que também deram suas contribuições para este trabalho.

Agradeço a Padre Isaías, Hildebrando Maia e Milton Barbosa pelas conversas e compartilhamento de suas memórias sobre a pessoa de Dom Brandão.

Abraços especiais estendo a Josineide Luciano, com quem compartilhei muitas viagens, horas no celular e angústias da vida acadêmica. A Eduardo Augusto pelas parcerias de sucesso ao longo desse período e por todo incentivo e ajuda. A Harley, amigo desde a graduação, um dos grandes incentivadores do meu sonho de ser mestranda.

A turma do Mestrado, pessoas queridas com quem tive a honra de vivenciar esta grandiosa experiência. Destaco em especial Thaíse, Marília, Edla, Viviane e Jéssica com quem estive mais próxima ao decorrer das aulas.

Aos professores Célia Costa Cardoso e Severino Vicente da Silva por aceitarem o convite para participação nas minhas bancas de qualificação e defesa, assim como por todas as valiosas contribuições oferecidas a este trabalho.

E o que seria da vida sem os amigos para dividirem conosco as alegrias e angústias da caminhada. Queria poder com palavras expressar todo amor e carinho que nutro por vocês, Edla e Viviane. Formamos um trio imbatível, dividimos nossas dores e multiplicamos nossas felicidades. Parcerias nas apresentações de trabalho, nas viagens, nas mesas de bares (melhor parte não vou negar) e também nos momentos de orações. Maria Viviane quanto trabalho me deu essa alagoana arretada (risos). Menina agoniada, que só Jesus! Mas também quanta ajuda me proporcionou e quantas risadas me fez dá, dona de um coração imensurável. Edla Tuane, nem sei o que dizer de você minha irmã do coração, somente agradeço a Deus por ter te colocado no meu caminho desde que decidi enfrentar meus medos e fazer a seleção de mestrado. Você esteve ao meu lado em todos os momentos e partilhamos a mais pura e fiel amizade. Obrigada meninas, por cada abraço, cada lágrima enjugada, cada sorriso dividido. A amizade de vocês foi sem dúvidas um dos maiores presentes que o mestrado me trouxe.

Para finalizar essa lista que parece curta, mas é imensa devido ao tamanho da contribuição de cada um em minha vida. Deixei-o por último não por ser menos importante, mas porque tinha certeza que não seria fácil agradecer-lo. Meu amor, meu amigo, meu abrigo, meu porto seguro, são variadas as definições do lugar que ocupa em minha vida. Há 11 anos não tive dúvidas, de que você era a melhor escolha que eu poderia fazer na vida, mesmo todo mundo dizendo o contrário. Porém, o tempo só fez provar que eu estava certa e que você é o mais perfeito companheiro que Deus poderia me oferecer. Ricardo (mas pode chamar de Bilito de Aracaju sei que é isso que vai falar), dizer obrigada seria insuficiente diante do que fez e faz pela minha felicidade. Esta dissertação é uma conquista nossa, pois desde que ela era uma remota possibilidade você esteve ao meu lado, me apoiando, segurando a minha mão quando queria desistir e chorava desesperadamente, me acompanhando nas viagens acadêmicas, me mandando parar de estudar para não endoidar ou me mandando estudar quando o que eu queria era na verdade deitar e dormir com você. Amo-te imensamente!

Obrigada a todos, que de alguma maneira, se fizeram presentes nessa jornada, seja de longe ou perto, sem vocês realizar esse sonho não seria possível. E desde já me desculpo com aqueles que pela falha de minha memória tenha deixado de mencionar.

INTRODUÇÃO

Em entrevista concedida ao jornal *Tribuna de Aracaju*, no dia 22 de maio de 1977 e transcrita pelo jornal *A Defesa*, Dom José Brandão de Castro, primeiro bispo de Propriá, proferiu a seguinte afirmação: “*Eu me conservo, plenamente tranquilo, porque diante de Deus eu posso declarar que eu não sou comunista*” (*A Defesa*, 13 de junho de 1977, p.4).

O objetivo do presente trabalho é buscar compreender o contexto das acusações feitas a Dom José Brandão de Castro de práticas comunistas e “subversão” durante os anos de seu episcopado, à frente da Diocese de Propriá (1960-1987), embasados para tanto na repercussão midiática do caso, principalmente nos jornais impressos locais. Utilizaremos deste modo, tal contexto para entender de que maneira as relações entre Igreja e Estado foram conduzidas durante a vigência da ditadura civil-militar em Sergipe. Buscaremos ainda, através dos jornais pesquisados analisar a dinâmica dos discursos construídos em torno do fato.

Dom José Brandão de Castro nasceu no dia 24 de maio de 1919, na cidade de Rio Espera, no Estado de Minas Gerais. É filho de César Augusto de Oliveira Castro e Maria Afonso Brandão de Castro. Iniciou seus estudos para o sacerdócio aos 13 anos de idade, no Seminário Menor de Mariana. Posteriormente, decidiu se tornar redentorista (Congregação do Santíssimo Redentor) estudando no Juvenato São Clemente Maria, em Congonhas, e depois no noviciado Igreja da Glória, em Juiz de Fora, ambos em Minas Gerais. Foi ordenado sacerdote em 06 de janeiro de 1944, no Santuário de Nossa Senhora da Penha, em São Paulo, e em 1960, foi nomeado pelo Papa João XXIII bispo da recém-criada Diocese de Propriá- SE, tomando posse em outubro do mesmo ano. Nesse ínterim, Dom Brandão atuou em diversas atividades: foi redator e diretor da Revista Santuário São Geraldo, também Professor de Religião. Vale frisar que, além dos estudos teológicos, licenciou-se em Filosofia. Dom Brandão “*Era escritor, poeta e tradutor*” (NASCIMENTO FILHO, 2017, p. 37). Foi também vigário das paróquias de São Sebastião, em Coronel Fabriciano - MG e de São José em Belo Horizonte - MG.

Como bispo de Propriá, participou das sessões do Concílio Vaticano II, entre os anos de 1962 e 1965, algo que certamente influenciou, de maneira considerável, sua atuação episcopal e principalmente sua ação em favor dos mais necessitados, conforme veremos adiante. Em 21 de outubro de 1977, no auge das acusações que sofreu, por denunciar a grilagem de terras nos estados da Bahia e Sergipe, foi empossado na Academia Sergipana de

Letras, ocupando a cadeira 24. Em 1987, com a saúde comprometida, solicitou ao Papa seu afastamento da Diocese de Propriá. Voltou ao Estado de Minas Gerais, onde foi diagnosticado com a doença de Alzheimer, e faleceu em 25 de dezembro de 1999.

Durante o período que esteve à frente da Diocese de Propriá, enfrentou vários problemas e atuou em questões sociais, lutando junto a diversas camadas da sociedade sergipana, principalmente pelos mais necessitados. Seu episcopado englobou os anos de vigência da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), sendo nesse contexto uma figura de destaque, pois com a sua mudança de postura de condescendência em relação ao regime para defensor de causas sociais, assumiu a posição de alguns bispos brasileiros que a partir do limiar da década de 70, defenderam com maior veemência, a não violação de direitos humanos que estava sendo praticada pelo regime vigente.

O ativo bispo da região do Baixo São Francisco¹ arregimentou para si diversos inimigos, enfrentando um episcopado bastante turbulento. Sua atuação rendeu-lhe, em fins da década de 1970, a acusação de prática de comunismo nas terras sergipanas, formalizada através dos jornais em circulação no período.

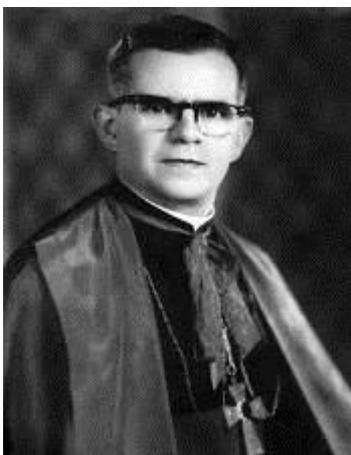


Figura 1. Dom José Brandão de Castro.
(Acervo da Congregação do Santíssimo Redentor - C. Ss. R).

¹O Baixo São Francisco situa-se em áreas dos estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. A altitude varia de 200m até o nível do mar, embora, na periferia, algumas serras atinjam 500m. A vegetação é de dois tipos: Caatinga no trecho mais alto e Mata Atlântica, na região costeira. O clima é considerado tropical semiúmido. A temperatura média anual é de 25 °C; As chuvas ocorrem de março a setembro, ou seja, no inverno, enquanto no restante da bacia as chuvas se verificam no verão. PRINCIPAIS CIDADES: Jeremoabo, na Bahia; Pesqueira e Bom Conselho, em Pernambuco; Propriá e Nossa Senhora da Glória, em Sergipe; e Arapiraca e Penedo, em Alagoas. Disponível em: <http://www2.codevasf.gov.br/osvales/vale-do-sao-francisco/recus/baixo-sao-francisco>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

Em 1977, Dom Brandão foi convidado a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional em Brasília, que investigava a situação do Sistema Fundiário de todo território nacional, na condição de representante do Nordeste da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O bispo de Propriá apresentou um vasto panorama sobre a situação do fenômeno social da grilagem² de terras do Nordeste, especialmente na Bahia e Sergipe. Por seu discurso denunciativo da situação precária existente nestes dois estados foi acusado de comunismo pelos deputados baianos Jairo Santo Sé e Stoessel Dourado e, posteriormente pelo diretor da CODESVAF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) Nilo Peçanha. Segundo Santos “(...) a posição do bispo em defesa de pequenos agricultores levou a Dom José ser tratado pelos setores conservadores da sociedade sergipana, e mesmo brasileira, como mais um bispo comunista, responsável por subverter a ordem política, econômica e religiosa” (2006, p. 108).

Frente ao exposto, destacamos alguns questionamentos que norteiam este trabalho: Como se apresentava a relação Igreja Católica e Estado durante a ditadura militar brasileira? De que forma a imprensa atuou durante a vigência do regime e sua importância para relações Igreja/Estado? Entender como se apresentava a realidade sergipana, no que concernem as relações entre as duas instituições? De que maneira atuação de Dom José Brandão de Castro foi vista tanto pelo clero como pelos militares? Em que medida as práticas religiosas e sociais deste agente se insere no contexto de discursos propostos pela Igreja no século XX e de “subversão” no que diz respeito ao Estado? Dom Brandão foi ou não comunista?

No contexto de atuação de Dom Brandão cabe lembrar de que o discurso anticomunista foi uma justificativa para acusação muito forte durante o período ditatorial brasileiro e um dos motivos utilizados pelos militares para a instauração daquilo que entendemos como o golpe, lembrando que no contexto mundial esse fato ganhou grande relevância com o acirramento da Guerra Fria e o desenrolar da Revolução Cubana. Desta forma, nas décadas de 60 e 70 o anticomunismo atingiu o seu frenesi chegando àqueles que em suas elocuições levantavam-se contra a ordem vigente, que no caso brasileiro era de

² Grilagem é a “ocupação irregular de terras, a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade. O termo tem origem no antigo artifício de se colocar documentos novos em uma caixa com grilos, fazendo com que os papéis ficassem amarelados (em função dos dejetos dos insetos) e roídos, conferindo-lhes, assim, aspecto mais antigo, semelhante a um documento original. A grilagem é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro”. Definição que consta no site do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/oqueegrilagem>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

ditadura. Neste trabalho analisaremos tal conceito a partir da definição proposta pela historiadora Carla Simone Rodeghero (2002).

Nessa conjuntura, alguns setores da Igreja Católica assumiram o posicionamento em favor dos pobres, o que os levava a condenar a situação social calamitosa encontrada em diversas partes do Brasil, principalmente no Nordeste. Por tal postura “[...] a Igreja sofreu constantes ataques verbais de autoridades do regime, que iam desde reclamações contra atividades políticas até acusações de imoralidade sexual. ‘Comunista’ era um dos adjetivos usados com mais frequência”. (SERBIN, 2001, p. 109). Mesmo a Igreja Católica condenando o comunismo.

No que concerne ao envolvimento de membros da Igreja Católica com problemas sociais, destacamos a postura da instituição a partir da publicação da Encíclica *Rerum Novarum* (1891) durante o papado de Leão XIII (1878-1903). Documento considerado o marco inaugural do que se convencionou chamar de *Doutrina Social da Igreja*³ e que vem sendo complementado ao longo dos anos por diversas outras publicações papais, pregava a legitimação da propriedade privada ao passo que condenava o socialismo e o protestantismo. Esta Encíclica inaugurou uma nova maneira da Igreja Católica enfrentar os problemas sociais, á luz do Evangelho buscava soluções para as dificuldades da contemporaneidade.

A “*Rerum novarum*” tornou-se a “carta magna” da atividade cristã em campo social. O tema central da doutrina social da Encíclica é o da instauração de uma ordem social justa, em vista do qual é mister individuar critérios de juízo que ajudem a avaliar os ordenamentos sócio-políticos existentes e formular linhas de ação para uma sua oportuna transformação.⁴

Em meados do século XX uma nova fase se instaura no seio da cristandade. A convocação do Concílio Vaticano II pelo Papa João XXIII demarca uma postura ainda mais atenta aos problemas do mundo contemporâneo e as questões sociais. As conferências realizadas no período de 1962 a 1965 produziram 16 documentos que visavam promover uma

³ Conjunto de documentos que reúnem orientações para os cristãos no tocante as questões sociais. “Tal doutrina vem sendo produzida como resposta da Igreja aos problemas sociais postos pela sociedade, sem, contudo, poder ser organizada em um só documento, o que permite constante reordenação posterior de tópicos e prioridades, sendo estas adequadas as situações específicas de lugar e tempo, pelos seus aplicadores, bispos, sacerdotes, religiosos e leigos” (SILVA, 2014, pp.30-31).

⁴ Compêndio da Doutrina Social da Igreja. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_c ompendio-dott-soc_po.html#_ftnref144. Acesso em 03 de agosto de 2017.

renovação na forma de atuação da Igreja Católica. No contexto brasileiro, as orientações conciliares geraram tensões na hierarquia eclesiástica levando ao acirramento de conflitos internos entre alas que convergiam para posturas conservadoras ou progressistas, como se convencionou denominar a divisão clerical de então.

Cabe ressaltar que os bispos sergipanos também participaram das reuniões conciliares, entre eles Dom José Brandão de Castro na condição de bispo de Propriá, somados a ele também estavam presentes Dom José Vicente Távora (Arcebispo de Aracaju), Dom Nivaldo Monte (Bispo auxiliar de Aracaju) e Dom José Bezerra Coutinho (Bispo de Estância). O Padre Luciano Duarte também se somou a comitiva eclesiástica atuando na condição de correspondente jornalístico da revista *O cruzeiro* e do jornal *A Cruzada*.

A experiência da América Latina diante da expansão dos regimes ditatoriais a partir da segunda metade do século XX ocorre no mesmo período que a Igreja Católica busca uma maior aproximação com as classes populares, ou seja, um ambiente pós-guerra marcado pela pobreza. A realização da II CELAM (Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano) em Medellín, na Colômbia no ano de 1968 buscou efetivar no continente americano, as ações que vinham sendo realizadas desde a concretização do Concílio Vaticano II cujas orientações visavam um contexto mais específico, no caso o europeu.

Na III CELAM, ocorrida em Puebla, no México, no início de 1979 houve a adoção de uma postura mais centralizadora por parte do Vaticano e nesse sentido um refreamento das posturas combativas assumidas pelos bispos conhecidos então como progressistas, “*logo condenou a Teologia da Libertação e seus ideólogos, repreendeu os bispos que a defendiam, censurou publicações e, além disso, subdividiu a Arquidiocese de São Paulo, como forma de diluir sua força*” (GOMES, 2014, p.77). Vale frisar que a Arquidiocese de São Paulo e seu Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns nomeado em 1970 destacaram-se na luta por justiça social e contra a tortura, somando-se as já efetivas ações de Dom Hélder Câmara nesse contexto. Como atos mais conhecidos de Dom Paulo Arns sobressai-se: a fundação da Comissão Justiça e Paz de São Paulo e a coordenação do *Projeto Brasil: Nunca Mais*⁵.

⁵ Projeto iniciado ainda durante a vigência do regime militar de forma clandestina visava formar um acervo documental com os processos políticos que tramitavam na justiça no período focando na prática de repressão, destacadamente marcada pela tortura empreendida pelos militares. Reuniram-se documentos do período de 1964 a 1979 que resultaram na publicação do livro homônimo ao projeto publicado pela Editora Vozes prefaciado pelo próprio cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. Ver: **BRASIL NUNCA MAIS/ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO**. Prefácio de D. Paulo Evaristo Arns. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

No Brasil, a questão social passou a ser tratada no âmbito eclesiástico com maior efetividade no período que compreende a vigência da ditadura civil-militar (1964-1985) o que não significa que não tenha atuado neste campo anteriormente, muito pelo contrário o envolvimento nessa temática pela Igreja Católica permeia parte de sua história. Contudo, no país a partir da década de 1930 foram tomadas decisões efetivas no intuito de buscar uma reaproximação com os fiéis e nesse ínterim, a questão social aparece como uma das bandeiras assumidas pelo clero, como também por leigos católicos.

A criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1952 que contou com a atuação de Dom Helder Câmara, de tendência progressista, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro, na condição de Secretário Geral, trouxe novo vigor para a Igreja no Brasil. “*Esses anos iniciais da Conferência Nacional dos Bispos são anos de sistematização das relações entre as dioceses, organização dos regionais e de apoio e colaboração com Estado em sua política desenvolvimentista*” (SILVA, 2014. p. 185). A saída de Dom Hélder do secretariado da CNBB em 1964 ocorre no ano de instauração da ditadura. Neste mesmo ano acontece a eleição de Dom Agnelo Rossi, conhecido por sua postura conservadora, para presidência da instituição. Dom Hélder Câmara foi transferido para a Arquidiocese de Olinda e Recife e empossado em 11 de abril de 1964.

Assumindo uma atitude inicialmente favorável ao regime que se instalou em 1964, a Igreja Católica buscou congregar seus ideais de conservação dos tradicionais valores cristãos e de banimento do comunismo a aqueles propostos pelo governo militar de restauração da ordem democrática. Entretanto, com o encaminhamento da ditadura para uma fase de violação das liberdades e a prática sistemática de violência contra os opositores, coube a Igreja no Brasil, assim como em grande parte da América Latina, o papel de contestadora das atrocidades cometidas. Em um período em que a sociedade estava silenciada, a Igreja despontou como uma das poucas vozes capazes de manifestar-se.

Na historiografia brasileira é crescente o número de obras que discutem a relação da Igreja Católica com o Estado, sobretudo durante a ditadura civil-militar. Neste sentido, são referências fundamentais e dialogam com nossa pesquisa os trabalhos dos estrangeiros, Kenneth Serbin (2001; 2008) e Scott Mainwaring (2004) e dos brasileiros, Renato Cancian (2011), Márcio Moreira Alves (1979) e Paulo César Gomes (2014).

Com base na obra, *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura* de Kenneth P. Serbin (2001) analisamos a relação entre os bispos e militares brasileiros no contexto do regime ditatorial. O autor descreve as discussões ideológicas travadas pelo episcopado e forças armadas brasileiras no intuito de identificar o papel que cabia ao Estado e a Igreja naquele contexto histórico. Nessa situação de acordos e confrontos, o autor busca desvendar as nuances do diálogo secreto empreendido entre estas instituições que se deu através da *Comissão Bipartite* criada em 1970, no Rio de Janeiro. Serbin comprova que mesmo no período em que setores da instituição religiosa colocaram-se contrários aos objetivos do Estado buscou-se um diálogo para resolver os impasses, e que tal solução está historicamente enraizada na sociedade brasileira, visto que Igreja/Estado sempre buscaram manter abertas as vias de conversação para a solução de seus problemas. Enfatizando que a *Comissão Bipartite* nunca foi uma iniciativa oficial, nem por parte do Estado, muito menos da Igreja, mas sim um diálogo informal mantido entre ambas as instituições.

Na historiografia recente também nos foi de grande contribuição *Os Bispos católicos e ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*, obra de Paulo César Gomes (2014). O livro trabalha com as percepções dos órgãos de segurança sobre a atuação do episcopado. Baseado em documentos outrora sigilosos analisa como o aparato repressivo montado através das comunidades de informações vigiava os bispos brasileiros. Gomes questiona a classificação progressista para denominar a atuação dos bispos durante o período ditatorial visto que nem todo o episcopado aderiu a tais diretrizes, defende que “(...) a categoria ‘bispo progressista’ ficou muito fortalecida no processo de redemocratização, quando, ao se construir a memória do período da ditadura, consolidou-se uma narrativa heroicizante sobre a CNBB e outras entidades” (2014, p. 193).

No contexto sergipano, alguns trabalhos enfatizaram a relação entre religiosos e o regime militar ou a atuação do clero durante a ditadura. Destacamos os trabalhos de Dantas (2014), Nascimento Filho (2008), Silva (2017) e França (2004).

Considerado um clássico da historiografia sergipana, a obra de Ibarê Costa Dantas (2014) é uma das mais consultadas quando se fala de ditadura militar no Estado de Sergipe. Para o historiador, a divisão clerical estabelecida desde o início do regime, entre prelados contrários e a favor do governo vigente perdurou por todo o período e pode ser mais bem

compreendida através da análise dos episcopados de Dom José Vicente Távora e Dom Luciano Cabral Duarte. Conforme veremos ao longo deste trabalho, o contraste entre as orientações divergentes dos dois religiosos foi um dos principais conflitos enfrentados pela Igreja Católica em Sergipe no período. Contudo, a necessidade de superar essa dualidade que propõe Dantas, é também um dos objetivos desta dissertação, pois a existência da figura de Dom Brandão em Sergipe no mesmo período demonstra que houve uma terceira figura de destaque nesse contexto.

Denotando a importância que Dantas (2014) atribui a estes dois nomes do cenário religioso sergipano. Destacamos primeiramente, a obra de Isaías Nascimento *Dom Távora, o bispo dos operários: um homem além de seu tempo* (2008) cujo enfoque é biográfico, mas não deixa de situar o contexto histórico vigente inserindo Dom Távora nos acontecimentos da ditadura. Segundo Nascimento, “*Dom Távora e seus companheiros da ala mais progressista da Igreja discordaram, moderadamente, do golpe e reagiram publicando uma declaração*” (2008, p. 184), postura que o levou a condição de alvo da repressão. Seus passos passaram a serem vigiados e suas ações censuradas, resistiu o quanto pôde.

Eduardo Augusto Silva (2017) optou por analisar a participação de Luciano Cabral Duarte, ainda padre, no Concílio Vaticano II. Para tanto discorreu sobre as ressonâncias deste acontecimento religioso no Brasil destacando, sobretudo Sergipe. Segundo Silva, a participação do religioso na realização do Concílio na condição de repórter da Revista *O Cruzeiro* e do jornal *A Cruzada*, possibilitaram-no (...) *tecer relações sociais profícuas* (...) (2017, p. 133).

O enfoque do trabalho de França (2004) é a atuação de mediadores sociais na Diocese de Propriá, entre eles Dom Brandão. Compreende o papel exercido por estes sujeitos históricos como fator de enfrentamento entre a Igreja e os militares durante a ditadura. Entende que houve uma mudança de postura do bispo em relação às questões sociais e que esta não foi influenciada somente pela tomada de novos rumos da Igreja durante o século XX, mas sim em função de seu envolvimento com os conflitos de terra na região. Desta forma, conclui que a postura de Dom Brandão “*foi motivada por uma conversão constituída a partir de uma relação mantida entre os membros dos movimentos e das comunidades envolvidas nos vários conflitos em prol da reforma agrária em Sergipe*” (FRANÇA, 2004, p.131).

O presente trabalho é fruto de pesquisas desenvolvidas no final da graduação em História pela Universidade Federal de Sergipe e posteriormente a ela, ao emprendermos um levantamento de notícias referentes ao período ditatorial no jornal católico *A Defesa*⁶, órgão de imprensa oficial da diocese de Propriá que foi reativado durante o episcopado de Dom Brandão em terras sergipanas servindo como porta voz da Igreja e do próprio bispo durante as décadas de 1960 a 1980. Nosso objetivo foi à elaboração de um projeto de pesquisa para seleção de mestrado em História da UFS.

Durante análises no citado jornal, percebemos uma tendência a tratar de questões sociais com bastante frequência. Ao prosseguirmos, notamos que Dom Brandão era figura de destaque constante nas publicações principalmente, a partir da década de 70, tanto na condição de colaborador do jornal como de objeto das matérias. Chamou-nos atenção, por exemplo, a edição do jornal do dia 10 de julho de 1977 ser praticamente dedicada à defesa do bispo de acusações comunistas e posteriormente, várias outras matérias estarem vinculadas a mesma temática.

Ao buscarmos aprofundar os conhecimentos sobre a figura do bispo de Propriá, percebemos um homem e um episcopado marcados pela sua forte atuação social. Engajado em várias lutas por melhores condições de vida de seus fiéis, Dom Brandão utilizava-se do órgão oficial de imprensa da diocese para expor seus ideais religiosos e sociais. Toda essa união de fatores colaborou decisivamente para a escolha deste sujeito como objeto de pesquisa.

O recorte temporal que optamos por trabalhar foi o período que vai 1964 a 1985, enfatizando deste modo o contexto histórico vigente no Brasil de ditadura civil-militar. Tal período engloba as acusações sofridas por Dom Brandão de comunismo e “subversão” que ganharam forte repercussão midiática no fim da década de 1970, devido ao seu envolvimento em disputas judiciais atuando em favor de trabalhadores rurais, índios e outras camadas sociais na região do Baixo São Francisco. Embora nossa análise recue e avance no tempo em

⁶ O jornal *A Defesa* foi criado em 13 de julho de 1932, pelo Cônego Lauro de Souza Fraga, e sua primeira função foi a de impresso da Paróquia de Propriá - SE. Ao longo de seu funcionamento enfrentou dificuldades financeiras e por várias vezes teve sua publicação interrompida. Na década de 1960, com a criação da Diocese de Propriá e a chegada do Bispo Dom José Brandão de Castro, o periódico voltou a ser posto em circulação. Tornou-se órgão oficial de imprensa da Diocese em 1961 tendo sua primeira edição dessa nova fase publicada em 21 de setembro do respectivo ano. Ver: SANTOS, Ana Luzia. **Educação na imprensa católica: as representações do jornal A Defesa sobre a formação da juventude (1961-1969)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006. Orientação do Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento.

alguns momentos, destacamos que fazemos uso de tal recurso para explicar o início do episcopado de Dom Brandão em 1960 e seu fim em 1987. As denúncias que analisamos tornaram-se o principal objetivo deste trabalho por terem sido feitas em nível nacional e com forte repercussão midiática, principalmente no que concerne aos embates entre defesa e acusação através dos jornais do período.

Durante as pesquisas percebemos que são escassos os trabalhos sobre a ação Dom Brandão em terras sergipanas e que a grande maioria dos que existem envolvem um evento específico de sua atuação, a luta empreendida junto aos posseiros da Fazenda Betume contra a CODESVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco). Desta forma, esta dissertação visa contribuir para a diminuição da lacuna gerada pela escassez de estudos sobre esta temática e soma-se aos demais já realizados como contribuição a historiografia brasileira, e especialmente sergipana.

No levantamento de bibliografia identificamos os trabalhos de Isaías Nascimento Filho (2012; 2017), Alex Sandro dos Santos França (2004), José Adeilson Santos (1998), Rosemiro Magno da Silva (2002) que fazem referência a Dom José Brandão de Castro, sua atuação social e religiosa e aos conflitos de terra que este se envolveu no período de seu episcopado.

Dentre os trabalhos acima citados, destacamos os do Padre Isaías Nascimento Filho. A primeira pesquisa sobre Dom Brandão deste autor é sua dissertação de mestrado em Ciências da Religião intitulada *Dom Brandão, o profeta do povo de Deus do Baixo São Francisco* (2010) defendida na Universidade Católica de Pernambuco, e seu mais recente trabalho é a obra *Dom Brandão: um pastor com cheiro de ovelhas*, publicada em 2017. Trata-se da transformação da dissertação em livro. A obra é um escrito biográfico que destaca toda a trajetória religiosa do primeiro bispo de Propriá enfatizando sua atuação social e os conflitos enfrentados a frente da Diocese.

Pesquisa com teor acadêmico, a obra de Nascimento Filho (2017) conta com o viés confessional atribuído a sua relação com a Igreja Católica e também com a admiração nutrida pelo seu objeto de pesquisa, visto que convivera com Dom Brandão durante sua formação sacerdotal. Sua escrita é marcada por lembranças próprias dos acontecimentos narrados o que a torna também um trabalho de memória, portanto fonte importante e indispensável a esta dissertação.

Com enfoque no jornal *A Defesa*, identificamos o trabalho de Ana Luzia Santos (2006) que analisa as representações sobre a juventude construídas no periódico, destacando a temática da educação nos impressos católicos. Para contextualizar sua pesquisa, a autora destaca a atuação de Dom José Brandão de Castro em Propriá e também sua grande contribuição ao jornal, visto que foi durante seu episcopado que este se tornou órgão oficial de imprensa da diocese.

Para desenvolver esse estudo, realizamos pesquisas nos acervos da hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e também na hemeroteca digital da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que disponibiliza juntamente com o IHGSE os jornais sergipanos de 1871 a 2004 no *site*: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>, englobando desta forma os anos da presente pesquisa. Foram assim consultados os jornais *A Defesa*, *A Gazeta de Sergipe*, *A Cruzada*, *Jornal da Cidade*, *Jornal de Sergipe*, *Sergipe Jornal*. Foram também consultados os jornais, *A Semente* no acervo da Biblioteca Pública Epifânio Dória (BPED) digitalizado através do Projeto Imprensa Cristã, organizado pelo Professor Dr. Antônio Lindvaldo Souza e *A Voz do Lagarto* digitalizado através do Projeto *Um Página da História da Imprensa sergipana; acervo jornalista Emerson da Silva Carvalho*, coordenado pelo Professor Dr. Claudefranklin M. Santos.

Realizamos levantamento bibliográfico na Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (BICEN/UFS) e também na *internet* colhendo assim livros, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado que se encontram devidamente referenciadas na bibliografia. Com o intuito de buscar outras fontes visitamos os acervos do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e Comissão Estadual da Verdade - Paulo Barbosa de Araújo (CEV-SE)⁷, nesta última onde encontramos documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre Dom José Brandão de Castro e a Diocese de Propriá, assim como documentos sobre Dom Luciano Duarte Cabral.

⁷ A Comissão Estadual da Verdade - Paulo Barbosa de Araújo foi instituída através do decreto nº 30.030 de 26 de junho de 2015, pelo então governador do Estado de Sergipe Jackson Barreto de Lima. Criada com o objetivo de colaborar com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade e efetivar no Estado o esclarecimento sobre os acontecimentos de violações dos direitos humanos ocorridos no período que compreende os anos de 1946 a 1988. A Comissão vem realizando diversos eventos em Sergipe, sendo possível destacar as audiências públicas. Dispõe ainda de canais comunicação na *internet* onde faz publicações sobre suas ações, entre eles destacam-se o *facebook* e o *site* e ainda sede própria onde são realizados os seus trabalhos. O relatório final da Comissão Estadual da Verdade tem prazo para ser publicado em 2018. Para maiores informações ver: <http://cev.se.gov.br/index.jsp>. Acesso em 10 de abril de 2018.

Também conseguimos acesso a documentos produzidos pela Academia Sergipana de Letras (ASL), instituição que Dom Brandão atuou como acadêmico a partir do ano de 1977. A pesquisa em tais fontes foi possível devido à nossa participação no projeto de organização do arquivo desta instituição intitulado *Discursos e Memória: Fontes para a História da Literatura Sergipana* sob a coordenação do Professor Dr. Claudefranklin Monteiro Santos.

As pesquisas documentais também se desenvolveram na *internet* visto que uma parte dos documentos oficiais produzidos pela Santa Sé encontram-se disponíveis digitalizados, a exemplo das Encíclicas e orientações conciliares do Concílio Ecumênico Vaticano II, além dos documentos das Conferências Episcopais realizadas em Medellín e Puebla.

A permissão para pesquisa nos documentos da Diocese de Propriá não foi possível devido a toda burocracia que envolve o acesso a documentos eclesiásticos, principalmente no que concerne ao período ditatorial. Tal empecilho nos impossibilitou de avançar em algumas discussões como, por exemplo, compreender como era a relação entre Dom Brandão e seus superiores, ou ainda acessar documentos eclesiásticos produzidos pelo bispo durante seu episcopado.

A metodologia utilizada na elaboração desta pesquisa pressupõe a análise documental proposta por Antoine Prost (2008), incidindo sobre as questões de críticas externas e internas ao documento. O método crítico visa perceber questões que segundo o autor vão desde “(...) *de onde vem o documento? Quem é seu autor? Como foi transmitido e conservado? O autor é sincero? (...)*” (PROST, 2008, p. 59). Seguiremos ainda as orientações propostas por Marc Bloch (2001), Carlos Bacelar (2010) e José de Assunção Barros (2012). Este último autor apresenta uma definição de fontes históricas e suas tipologias, assim propõe que o historiador avalie e atente para questões como: a posição da fonte (direta ou indireta), sua intencionalidade (voluntária ou involuntária), a qualidade da fonte (materiais, imateriais e de conteúdo), tratamento das fontes históricas (fontes seriáveis e fontes singularizadas) e a tipologia da documentação.

Este trabalho abarca documentos institucionais que foram produzidos tanto pela Igreja como pelo Estado, o que demanda um cuidado especial na análise, pois “*Acima de tudo, o historiador precisa entender as fontes em seus contextos, perceber que algumas imprecisões demonstram os interesses de quem as escreveu*”. (BACELAR, 2010, p. 64). Destarte, precisamos compreender os documentos em seus contextos de produção e mais do que isso

estarmos atentos à veracidade dos testemunhos históricos, pois nem todos os relatos e vestígios materiais podem ser verídicos (BLOCH, 2001).

Para procedermos à análise dos periódicos, principais fontes de pesquisa desta dissertação, empregaremos a metodologia proposta por Tânia Regina de Luca (2010). Para esta autora é necessário observar a materialidade dos periódicos, indo desde sua periodicidade até as formas de impressão, perceber a organização interna do conteúdo e a iconografia, e mais importante ainda identificar a equipe editorial, os colaboradores do jornal, patrocinadores e qual o público alvo. Assim o pesquisador poderá analisar o jornal de acordo com a temática desejada. Conclui então que *“historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê”* (LUCA, 2010, p.132).

Neste sentido, ao analisar os jornais não podemos deixar de considerar o espectro da censura e da autocensura que pairava sobre os meios de comunicação no período aqui estudado, pois a imprensa foi silenciada e por vezes silenciou para evitar enfrentamentos, como foi claramente o caso da ditadura civil-militar brasileira em cujo contexto se insere nosso objeto de estudo. Os conceitos de censura e autocensura serão trabalhados a partir dos autores Carlos Fico (2002; 2004) e Beatriz Kushnir (2011).

Nesta perspectiva, o presente trabalho visa contribuir com o campo de pesquisas que utiliza os jornais como objeto e fonte. Tal campo destacou-se a partir da década de 1970, sendo um dos frutos da ampliação do raio de atuação da pesquisa historiográfica. Essa inovação iniciada ainda nos anos de 1929 com a *Escola dos Annales* foi se expandindo ao longo do século graças às transformações empreendidas através de uma nova forma de analisar o conhecimento histórico, *“a partir de então, a noção do que se constituía como fonte histórica ampliou-se e o documento deixou de ser apenas o registro político e administrativo, identificado, pois, em um processo temporal de construção, portanto, histórico”* (CALONGA, 2012, p. 81).

A segunda metade do século XX foi marcada neste sentido, por uma renovação na prática historiográfica que veio contribuir para o uso de periódicos na pesquisa histórica. Tal renovação adveio dessas mudanças promovidas pelo movimento dos Annales que abriram espaço para a abordagem de novas temáticas e com isso propiciaram também o estudo através de novas fontes. Destarte, o uso de jornais enquanto fonte e objeto historiográficos se tornou

muito importante no campo das ciências humanas, pois através deles foi possível buscar entender os comportamentos e práticas de determinadas sociedades.

A história da imprensa brasileira está particularmente atrelada à vinda da Família Real para a Brasil. Nesse período, a introdução da Imprensa Régia fez circular a *Gazeta do Rio de Janeiro* e somando-se a este o influente *O Correio Braziliense*, publicação estrangeira que encontrou aporte nas terras brasileiras. Não tardou e os jornais espalharam-se por todo território. Publicações como o *Idade d'Ouro do Brazil* (1811-1823) e o *Semanário Cívico* (1821-1823) na Bahia; *Typhis Pernambucano* (1823-1824) e *Sentinella da Liberdade* (1830-1837) em Pernambuco, também ganharam repercussão nacional. Apesar do relativo atraso na implantação das artes gráficas no Brasil, a chegada do jornal, as terras coloniais, demarcaria uma nova fase para a história do país.

Ao longo dos anos seguintes, a imprensa aperfeiçoou-se e inúmeros jornais circularam pelo território brasileiro. Publicações de natureza política, econômica, social e cultural chegaram a residências brasileiras contribuindo decisivamente em diversos acontecimentos históricos e mais ainda colaborando para fomentar a participação popular nestes episódios, como foi o caso do golpe civil-militar de 1964.

O uso dos jornais generalizou-se a ponto de na atualidade ser praticamente impossível traçar a enormidade de trabalhos que o utilizam na produção acadêmica brasileira. Entretanto, a utilização de periódicos que circularam no período ditatorial requer ter mente o contexto de censura vivido conforme já mencionamos. É mais necessário ainda, levar em consideração que as fontes jornalísticas, na condição de difusoras de ideias não estão isentas de servir a paixões pessoais e políticas.

Para procedermos ao levantamento de fontes e dados relevantes a pesquisa também realizamos conversas informais com pessoas que conviveram com Dom Brandão durante o período aqui estudado. Foram eles: Padre Isaías Nascimento, Hildebrando Maia e Milton Barbosa. As conversas com Padre Isaías aconteceram no intuito de compreender seu posicionamento sobre as posturas assumidas pelo Bispo de Propriá durante o seu episcopado, já que este é até o presente momento o único a concluir um trabalho biográfico sobre Dom Brandão. Hildebrando Maia trabalhou no jornal *A Defesa* e conviveu diretamente com o bispo, nossa conversa propiciou a este trabalho uma reflexão das relações de Dom Brandão e Dom Luciano, assim como nos apontou a possibilidade de existência de novas fontes.

O encontro com Milton Barbosa deu-se em uma de nossas visitas ao Arquivo Público do Estado de Sergipe, onde ele atua como diretor. Na condição de testemunha dos acontecimentos ocorridos na década de 70 na Diocese de Propriá, o Professor Milton nos contou sobre sua formação religiosa iniciada naquele bispado, também das relações pessoais de Dom Brandão com os demais religiosos no período. Acrescentando sobre suas experiências em Pernambuco onde conviveu com Dom Hélder Câmara e pôde testemunhar o engajamento e perseguições sofridas pelo Arcebispo de Olinda e Recife.

Diante das considerações feitas, este trabalho encontra-se dividido em três seções: Na primeira, *Estado e Catolicismo Brasileiros: convergências e divergências*, onde situamos as relações históricas entre Igreja e Estado contextualizando a implantação da ditadura civil-militar no país e salientando, principalmente a atuação do episcopado frente a esta conjuntura. Destacamos a aversão ao comunismo disseminada por ambas as instituições durante o período estudado.

Na segunda seção intitulada *Imprensa, Igreja e Ditadura em Sergipe: Da dubiedade à contraposição*, buscamos compreender os acontecimentos que levaram a implantação da imprensa escrita no Brasil e em especial, em Sergipe, assim como o contexto de seu desenvolvimento e utilização enquanto fonte e objeto de pesquisa. Salientando, especialmente a importância desses meios de comunicação durante a ditadura civil-militar brasileira. Partindo deste viés, objetivamos analisar a atuação da Igreja Católica sergipana durante o regime militar vigente de 1964 a 1985, a luz dos jornais, tomando o devido cuidado com os filtros.

Na terceira seção, *Peja comunista: Dom José Brandão de Castro, conflito social e ditadura civil-militar na região do Baixo São Francisco – Se*, analisamos as acusações de comunismo feitas contra Dom Brandão enquanto bispo a frente da Diocese de Propriá durante o regime ditatorial. Ademais, ponderamos sobre suas relações políticas com a Igreja Católica e com os militares. Concentramos nossas atenções na atuação social dele durante a ditadura, sobretudo a partir da peja de “comunista”, considerando as circunstâncias que envolveram o episódio, sua repercussão no cenário religioso, social e político, mas também atentos aos discursos construídos em torno do fato, sobretudo na imprensa.

I ESTADO E CATOLICISMO BRASILEIROS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS.

Propriá-SE, maio de 1977. Os jornais brasileiros apontavam, em algumas matérias, que o primeiro Bispo daquela Diocese, criada em 1960, Dom José Brandão de Castro portava-se como um comunista, frente às inúmeras ações que desenvolvia no Baixo São Francisco.

Um dos primeiros registros a esse respeito pode ser verificado em matéria do jornal baiano *A Tarde*, do dia 11 de maio de 1977 e que foi transcrita pelo jornal *A Defesa* em 13 de junho de 1977. A notícia trazia a denúncia de práticas comunistas feitas por deputados do Estado da Bahia contra o bispo de Propriá.



Figura 2. Jornal *A Tarde* Apud *A Defesa*, 13 de junho de 1977, p.02.

As denúncias contra Dom José eclodiram logo após seu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito, no mês de abril, que analisava a situação do Sistema Fundiário no Brasil. Na ocasião, o bispo de Propriá colocou-se como porta-voz dos trabalhadores menos favorecidos denunciando a situação de grilagem existente no país, sobretudo na Bahia e em Sergipe. Deputados baianos, incomodados com as incriminações proferidas por ele, acusaram-no de comunismo.

A simples menção a ligação de um bispo ou de outros membros do clero com práticas comunistas gerava, no período, uma série de desentendimentos e discussões, pois, vale frisar,

o país encontrava-se sob um regime ditador, com fortes disposições anticomunistas e mesmo no seio da Igreja Católica havia incompatibilidade entre tal prática e o ser cristão.

Neste trabalho buscaremos compreender o anticomunismo a partir da definição da historiadora Carla Simone Rodeghero (2002), segundo a qual:

O fenômeno do anticomunismo diz respeito a uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. O anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista (...). (RODEGHERO, 2002, p. 464).

Nessa seara discursiva, vale ressaltar, também, um capítulo de livro, organizado pelas Professoras Lucileide Costa Cardoso e Célia Costa Cardoso, de autoria de Cristiane Lopes da Mota. Trata-se do texto “O Hábito e a Farda em Defesa da Ditadura” (pp. 427-440), em que se analisa um caso específico de atuação anticomunista, em torno das memórias de Madre Maria do Rosário e do Tenente Geraldo Pessoa Sales, ambos artífices de uma política de sustentação ideológica da ditadura brasileira daquele período.

O discurso anticomunista adquiriu maior expressão no Brasil durante a década de 1930, com o movimento que ficou conhecido na história como Intentona Comunista. A partir desse período, o comunismo passou a ser identificado como um inimigo real. Já nos anos 60, durante o governo de João Goulart (1961-1964) e com a instauração do regime ditatorial, o comunismo voltou à cena como um perigo eminente que necessitava ser extirpado. Era necessário proteger-se da “ameaça vermelha”.

Neste contexto, o discurso anticomunista também fez parte das práticas da Igreja Católica no Brasil ao longo do século XX. O combate ao comunismo propiciou à instituição um espaço no campo político do país. Desta forma, “(...) *nas representações maniqueístas da época, o catolicismo assumiu o papel de principal força do ‘bem’ a opor-se ao comunismo ‘maléfico’.*” (MOTTA, 2000, p, 303). Ainda que não se possa definir o anticomunismo como a única motivação para o apoio da Igreja Católica ao golpe civil-militar de 1964, é necessário considerar sua importância para o contexto histórico vigente e para a compreensão das particularidades dos acontecimentos analisados neste trabalho.

A discussão sobre a presença de membros da Igreja envolvidos com o comunismo acalorou os debates nos anos que antecederam e principalmente durante a vigência do regime militar. Porém, para Rodrigo Pato Sá Motta, a Igreja no período encontrava-se voltada para outras prioridades “(...) *muitos católicos reformistas passaram considerar o comunismo problema secundário, frente à enormidade das mazelas sociais do país*” (2000, pp. 304-305). O autor enfatiza que não é que a hierarquia deixasse de lado suas antigas disposições antimarxistas, elas não eram identificadas como o perigo a ser combatido naquele momento.

Neste sentido, a trajetória de Dom Brandão encontra explicação na tese de Motta (2000), pois não se encontra na postura do bispo de Propriá um apelo anticomunista, o que não quer dizer que apoiasse tal sistema, ao contrário declarou, por várias vezes, não sê-lo. Suas atitudes e seu episcopado foram muito mais voltados para o enfrentamento das mazelas sociais que assolavam a população de sua diocese do que qualquer outro problema.

Conforme veremos adiante, através da análise de outras matérias jornalísticas e de documentos do período, notadamente no terceiro capítulo, Dom José sofreu por diversas vezes durante seu episcopado com denúncias que o apontavam como comunista e “subversivo” enfrentando, por consequência sérios atritos com o Estado e órgãos de espionagem.

Sem ser comunista ou mesmo pretendendo sê-lo, Dom José viveu parte de sua vida com essa peja. Em grande medida, esse personagem da História da Igreja Católica em Sergipe traduz a relação de aproximação e distanciamento entre a Igreja e o Estado, ao longo da História do Brasil, notadamente, do Regime Militar.

1.1. Estado e Igreja Católica: os conflitos de uma relação secular.

Durante a ditadura civil-militar brasileira, instalada em 1964, a Igreja Católica apresentou posicionamentos distintos em vários momentos e mesmo internamente, em sua cúpula, as posições do clero foram dúbias. Diversas matrizes influenciaram as atitudes dos clérigos frente às ações militares.

Para compreendermos a ação da Igreja Católica durante a ditadura civil-militar brasileira, faz-se necessário um recuo, aos primórdios da atuação da instituição no país. Deste

modo, buscamos entender o cerne de sua relação com o Estado durante todo seu período de existência, para uma melhor assimilação de sua ação frente ao regime.

A presença da Igreja Católica no Brasil advém desde os primórdios da colonização, podendo ser possível afirmar que esse foi um empreendimento conjunto das duas instituições (Estado e Igreja). Contudo, sua atuação é notável em todos os demais períodos políticos percorrendo a fase colonial até a República. Durante muito tempo, a tutela dos assuntos referentes à Igreja esteve sob a égide do Estado, uma relação que se demonstrou conflituosa em vários momentos.

Durante a fase colonial brasileira, a relação entre Igreja Católica e Estado era indissociável. Os parâmetros de tal união eram regidos pelo princípio do Padroado Régio, segundo o qual a Coroa Portuguesa tinha prerrogativas sobre igrejas e ordens religiosas instaladas nos territórios conquistados, em troca o Estado proporcionaria à disseminação da fé cristã.

O regime de padroado foi estabelecido antes mesmo do início do processo colonizador das terras brasileiras e determinava o domínio direto da Coroa Portuguesa sobre assuntos religiosos de suas colônias. Dessa forma, *“Os reis nomeariam bispos e párocos, além de se responsabilizar pela construção das primeiras igrejas e de conventos, pela subvenção de cultos religiosos, pelo gerenciamento dos dízimos eclesiásticos e até pela aprovação de documentos”* (GOMES, 2014, p. 29). Assim, o padroado favorecia a Igreja, mas também permitia ao Estado assegurar seu poder. Tal relação só seria alterada com a constituição de 1891 que determinaria a oficialização do fim dessa união.

O padroado garantiu privilégios legais ao catolicismo no Brasil e possibilitou a sua disseminação, entretanto restringiu a atuação institucional da Igreja que conforme veremos adiante se deu com maior liberdade e efetividade após o decreto de sua separação do Estado.

A atuação jesuítica foi um dos primeiros parâmetros para compreensão da disseminação da religiosidade cristã na Colônia. A Companhia de Jesus desembarcou nas terras brasileiras no ano de 1549, sob o comando do Padre Manoel da Nóbrega, juntamente com o primeiro governador geral Tomé de Sousa, imbuída da missão de cristianizar os nativos. De contribuição incontestável, esta ordem religiosa atuou de forma sistemática buscando evangelizar e educar os indígenas. Tirá-los da “barbárie” apresentando uma fé e

uma nova cultura, foram indicadas como suas principais metas, assim “*expansão imperialista e conversão cristã caminhavam de mãos dadas*” (AZZI, 2008, p. 15).

Os jesuítas objetivavam, por conseguinte, a conquista do território para a fé católica, buscavam implementar sua missão religiosa da mesma maneira que ia propagando-se a expansão lusitana de conquista das novas terras. Ao mesmo tempo em que a colonização avançou a cristianização também se expandiu.

O projeto colonizador, portanto, visava ao mesmo tempo oficializar a conquista das novas terras como propriedade da Coroa lusitana, bem como transformar seus habitantes em novos súditos do reino. Cabia às tropas militares assegurar através da força, se necessário, a conquista material. Às milícias clericais competia, mediante a persuasão, levar as populações autóctones a aceitar a dominação política e religiosa da metrópole. (AZZI, 2008, p. 15).

Consequentemente, a Igreja Católica assumiu, assim, uma responsabilidade irrefutável na colonização do Brasil, ao passo que sua função não era somente incutir a fé católica no nativo, mas também concomitantemente congregar a subordinação a Coroa Portuguesa. A educação e a catequese foram desse modo, às balizas que nortearam a atuação dos primeiros missionários no Brasil.

Cabe destacar que a atuação no campo educacional foi uma das matrizes de grande destaque dos jesuítas no Brasil, sendo esses os fundadores dos primeiros colégios no país. Posteriormente, teremos a ação de outras ordens religiosas seguindo a mesma premissa dos jesuítas: cristianizar e educar.

Quando o reino de Portugal foi anexado à Espanha em 1580, teve início o ingresso de outros institutos religiosos na colônia lusitana. Vieram então para o Brasil, franciscanos, beneditinos, carmelitas, mercedários e capuchinhos. Essas ordens religiosas fixaram-se no solo brasileiro motivadas por duas razões principais: o desejo de expansão de suas obras no novo território e as solicitações insistentes das lideranças locais. (AZZI, 2008, p.34-35).

Foi somente durante o século XIX que os conflitos entre Estado e Igreja Católica ficaram mais evidentes na história do Brasil. Nesse período, Roma se esforçava para adquirir

maior controle sobre as Igrejas nacionais, fazendo pressão para que houvesse um catolicismo mais oficial visando com isso um desempenho mais destacado na sociedade. Assim, a Igreja procurava difundir os princípios do ultramontanismo defendido pelo Papa Pio IX (1846-1878).

A doutrina ultramontana pregava o fortalecimento do poder papal e a centralidade da Cúria Romana em detrimento das Igrejas locais. Também defendia que o clero tivesse uma formação que reforçasse a fidelidade ao papa e evitasse a subordinação aos desígnios estatais. Desse modo, ela foi vista como uma oportunidade para que a Igreja retomasse o espaço perdido para as ideias de conteúdo laicizante. O ultramontanismo foi a grande questão do Concílio Vaticano I (1868-70), que proclamou a infalibilidade do papa. (GOMES, 2014, p. 30).

A Igreja Católica no Brasil buscou colocar em prática as premissas dessa doutrina conservadora, e assim adotou medidas que visavam o controle da religiosidade popular. Vale frisar que essa foi um dos inimigos declarados do catolicismo ultramontano proposto pela reforma católica no século XIX.

Os líderes do movimento reformista no Brasil eram politicamente conservadores, adeptos dos ensinamentos do Papa Pio IX (1846-1878). Estavam intimamente ligados a Roma, eram intolerantes em relação à maçonaria e aos grupos religiosos rivais e insistiam na obediência à hierarquia, no celibato e no uso de trajes clericais. Essa nova orientação gerou conflitos dentro da Igreja e, entre 1872 e 1875, também levou a um dos mais sérios desentendimentos entre Igreja e o Estado na história do Brasil. (MAINWARING, 2004, p.42).

O conflito a que faz referência Mainwaring, ficou conhecido na história do país como *Questão Religiosa*. Para pôr em prática as determinações da doutrina ultramontana, a Igreja Católica buscou, como já dissemos, conter o avanço das religiosidades populares, começando por tentar retirar das mãos do laicato o controle de irmandades e confrarias que haviam se tornado ponto de concentração de atividades maçônicas.

Os bispos de Olinda, Dom Vital Maria, e do Pará, Dom Antônio de Macedo Costa, passaram a incentivar os católicos a deixarem de serem maçons e estipulavam punições para padres envolvidos com tais práticas, assim como a interdição de irmandades com influências

maçônicas (CANCIAN, 2011). Entretanto, o próprio imperador era conhecido como um adepto dessa sociedade secreta e determinou que as resoluções dos bispos fossem suspensas. O que não aconteceu. Dessa maneira, os bispos optaram por obedecer a Santa Sé e não as ordens imperiais.

Os bispos foram então condenados à reclusão e prestação de trabalhos forçados por motivo de sedição. A anistia veio dois anos após a condenação e por intercessão do ministro imperial Duque de Caxias em 1875.

O confronto - questão religiosa - serviu para orientar as decisões em direção à autonomia da Igreja. Esta autonomia foi conseguida no campo disciplinar interno com o movimento dos bispos restauradores e romanizadores, na pacificação do clero nacional com a ajuda do clero vindo de além-fronteiras, mas obedientes aos bispos locais, pois estavam, ou procuravam estar em solidariedade com a Sé Romana que, embora distante, tomava medidas para fortalecer a Igreja no território brasileiro, criando províncias eclesiais e novas dioceses, colocando, à frente das mesmas, sacerdotes formados na ortodoxia romana, quer em seminários nacionais quer em centros de formação presbiteral europeu. (SILVA, 2003, p. 138)

Todavia, o conflito teve consequências irreversíveis, resultando na ruptura oficial dos laços entre Igreja e Estado nos anos seguintes. Em 07 de janeiro de 1890, o Decreto 119-A⁸ determinou o fim do padroado. Em 1891, a Constituição oficializou a cisão ao determinar que o Brasil fosse um estado laico.

Desde o início da colonização brasileira, era a primeira vez que Estado e Igreja Católica encontravam-se separados oficialmente, pelo menos no plano jurídico, como se verificará mais adiante. A *Questão Religiosa* que durou de 1873 a 1875 ficou marcada na História como um dos grandes conflitos entre ambas as instituições, que ocorreu durante todo o período em que vigorou tal união. É importante lembrar que mesmo deixando de ser a religião oficial, o catolicismo continuou como a crença com maior número de adeptos no Brasil até os dias atuais.

⁸ DECRETO Nº 119-A, DE 7 DE JANEIRO DE 1890. Traz em seu preâmbulo as definições da nova legislação envolvendo a religiosidade “*Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências*”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm. Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

O regime republicano trouxe consigo o fenecimento do monopólio do poder estatal no campo religioso. Nesse sentido, separada do Estado pela extinção do regime de padroado régio, a Igreja Católica que transitava por entre o meio religioso e político, viu-se obrigada a elaborar novas táticas para garantir a sua existência enquanto instituição engajada na vida social e política do país.

Com a separação na República (...), adquire a igreja um vigor que nunca tivera antes: começa a reorganizar-se internamente, fortalecendo a comunicação, a aproximação e a ação conjunta com o episcopado, multiplicando as dioceses e as paróquias, para melhor assistir os fiéis, repovoa os conventos com religiosos trazidos da Europa e completa a reforma do Clero, dando respeitabilidade, espírito de disciplina e de zelo, liga-se mais aproximadamente a Roma, por todos esses meios habilitando-se a cumprir a missão espiritual e a reconquistar gradualmente a boa vontade e a confiança da desconfiada República Velha. (AZEVEDO, 1978, p. 161-162)

Esta separação, para alguns estudiosos proporcionou a Igreja uma maior liberdade se, por um lado, ficava mais à vontade para administrar seus projetos, por outro, precisava se consolidar enquanto instituição religiosa e enquanto estrutura de poder. Thales de Azevedo (1978, p.158), por exemplo, afirma que *“deixando sua condição ‘institucional’ ou ‘constitucional’ de religião de Estado, percebe, de um lado, que passa a fruir de mais liberdade no cumprimento de seus fins e, de outro lado pesa-lhe maior responsabilidade para consigo mesma”*. A hierarquia católica precisou nesse sentido enfrentar suas limitações e as que lhes foram impostas pelo novo regime político criando dessa forma, ao longo da primeira metade do século XX as bases para uma reconstrução da estrutura organizacional da instituição.

Já Renato Cancian afirma que:

Sociologicamente, portanto, a questão premente para a Igreja após ter se separado do Estado era efetuar uma radical reorganização institucional, se aparelhar e inovar no sentido de adotar novas estratégias visando à expansão do catolicismo na sociedade sem depender das estruturas políticas e do apoio governamental (CANCIAN, 2011, p.21).

O norte-americano Scott Mainwaring (2004) também compartilha dessa tese e afirma que mesmo a Santa Sé considerando tal separação com uma heresia do mundo moderno, a Igreja no Brasil seria muito mais beneficiada, pois romperia com o status de sujeição ao poder estatal a que era submetida por séculos. Ou seja, chegava ao fim à submissão oficial da instituição religiosa advinda desde sua instalação nas terras brasileiras.

Convém ressaltar, que o fim do Padroado não resultou em um rompimento total e absoluto entre ambas as instituições, pelo contrário pode-se perceber ao longo do período que se seguirá que a relação entre Estado e Igreja será de bastante proximidade, entretanto em outros moldes. A ameaça que a Igreja vislumbrava sobre suas estruturas também a levou a realização de reformas internas que colaboraram para a renovação de sua representação no país.

(...) auxiliada por um novo fluxo de clero estrangeiro, a Igreja começou a reverter à decadência institucional das décadas anteriores. As ordens religiosas, que haviam sido enfraquecidas pelo decreto de 1855, começaram a recrutar e a importar novos membros. Foram criadas novas dioceses e o controle episcopal sobre atividades clericais cresceu. (MAINWARING, 1989, p.42)

Internamente, diante dos novos desafios, a Igreja Católica buscou perpetrar mudanças que visavam reforma dos costumes morais tanto do clero como dos fiéis. A Igreja buscou assim restringir a “liberdade” que de certa forma foi cultivada por estes durante os primeiros anos da colonização brasileira, no que diz respeito às práticas religiosas. Pretendia-se, portanto, reafirmar os dogmas do catolicismo e definir com veemência seus rituais.

As novas diretrizes da Igreja Católica encaminhavam ao que ficou conhecido como processo de *Romanização*, que estabelecia como traços centrais a aproximação com a Igreja Católica Romana e uma retomada dos tradicionais valores do cristianismo católico, expurgando assim as práticas populares que se tornaram tão comuns na religiosidade brasileira. Nesse sentido, incentivava-se “*a espiritualidade centrada na prática dos sacramentos e na obediência a hierarquia eclesiástica*” (ANDRADE, 2010, p.24). O objetivo basililar era recolocar a Igreja na posição de centralismo que havia sido abalada desde fins do século XIX.

As devoções do catolicismo popular foram gradativamente substituídas pelos cultos *romanizados*, “bens simbólicos” em que se prevaleciam os sacramentos, a hegemonia clerical, o estímulo à santidade e a fidelidade à instituição eclesiástica. (ANDRADE, 2010, p. 21).

De acordo com Severino Vicente (2003, p.96), “(...) *A Romanização trouxe consigo o espírito reacionário, ou conservador, que experimentava a Igreja Católica na Europa*”. Para tanto, ele analisa o caso específico da atuação de Dom Vital na diocese de Olinda que foi, segundo ele, desde o início, “(...) *uma ação na defesa dos ensinamentos da Igreja diante de uma outra instituição, o Estado, por conta da Maçonaria, que pretendia colocá-la em posição de inferioridade*” (2003, p. 99). Nesse sentido, ressalta o autor: “(...) *sua postura foi na trincheira dos ensinamentos pontifícios, assumindo uma posição de salvaguarda intransigente da doutrina emanada desde Roma*” (2003, p. 99).

Para Antônio Lindvaldo Sousa (2008) a romanização pode ser analisada como uma ampliação do ultramontanismo, sendo definida de maneira mais clara como “*uma política elaborada pelo Vaticano e posta em prática em todos os países católicos, numa tentativa de retomar os valores tridentinos (...) para enfrentar as inovações do mundo moderno (...)*” (SOUSA, 2008, p.30). Logo, a romanização suscitava a defesa dos interesses da Santa Sé.

Um dos primeiros passos no fortalecimento da estrutura interna da Igreja foi à criação de novas estruturas eclesiásticas e fundação de novos seminários. O incentivo a vinda de religiosos estrangeiros para o país e firme oposição a movimentos como protestantismo e maçonaria, também foram notáveis.

A partir desse momento de ruptura, a Igreja também foi obrigada a reorganizar sua liberdade e finanças e buscar novos investimentos para manter-se. Entretanto, o sociólogo Sérgio Miceli (2009) defende que “*a separação não significou uma ruptura com os setores dirigentes locais nem suscitou um redirecionamento das políticas e investimentos da Igreja (...)*” (2009, p. 26). Embora essa separação vigorasse legalmente o que se viu foi à prestação de um conjunto de favores mútuos entre as principais figuras das políticas locais e os administradores religiosos.

Entende-se, portanto que com o fenecer da relação Igreja/Estado, essa buscou de todas as formas estabelecer um movimento de reorganização tanto do seu setor religioso como do

setor político/econômico que enfrentava um momento de grandes turbulências. As primeiras décadas do século XX são entendidas aqui como um período determinante na tomada de novos rumos da organização eclesiástica, vê-se a admissão de uma atitude patrimonialista, porém sem abrir mão da política de reorganização e reforma difundida no período.

As relações Igreja/Estado no Brasil foram historicamente conflitantes e incongruentes, e a partir do regime de separação em vigor desde a Constituição de 1891 passou por um processo de reorganização, permitindo assim uma tomada de novos rumos no seio da Igreja Católica.

A disposição da Igreja Católica em colaborar com o Estado, e do Estado em aceitar tal colaboração pode ser notada já no início do século XX, mais precisamente em 1905 com a criação do primeiro cardinalato da América Latina, no Brasil. Contudo, foi após a década de 1920 que a Igreja retomou com maior veemência as relações com o Estado, buscando uma aproximação que favorecesse o crescimento de sua influência na sociedade brasileira. Dessa maneira, buscou de modo informal uma reinstituição dos laços de favorecimento que o Estado já havia lhe proporcionado anteriormente, mas que agora do ponto de vista legal encontravam-se rompidos. Nascia assim a neocristandade, movimento através do qual a igreja objetivava cristianizar as instituições sociais, “recatolicizar” o país.

Essa relação de proximidade ficou bastante visível durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945, 1951-1954) com o qual a Igreja demonstrou apresentar bastante afinidade política. Apoiaram-se reciprocamente para criar projetos que objetivavam o desenvolvimento de uma centralização institucional.

A ênfase que a Igreja atribuía a ordem, ao nacionalismo, ao patriotismo e ao anticomunismo coincidia com a orientação de Vargas. Clérigos destacados acreditavam que a legislação de Getúlio realizava a doutrina social da Igreja e que o Estado Novo efetivamente conseguia superar os males do liberalismo e do comunismo. (MAINWARING, 2004, p.47).

Grande parte do clero manteve-se silenciosa quanto ao autoritarismo do regime varguista, justamente pelo alinhamento as suas premissas, assim sendo, o que havia era um acordo informal de colaboração. O historiador Kenneth Serbin defende que houve entre ambas as instituições no período varguista uma relação de “concordata moral”, uma alusão às

concordatas formais realizadas pela Igreja, que “*inseriu-se em um conjunto maior de objetivos políticos mútuos, entre os quais, principalmente, a luta contra o esquerdismo no movimento sindical*” (2008, p.100-101). Acrescenta ainda que tal relação seria um aprimoramento do padroado colonial norteado pelas novas lentes da modernidade.

Com o estabelecimento do Estado Novo, ditadura varguista, a Igreja Católica que vinha alcançando relativa autonomia após o fim do regime do padroado, bloqueou seu processo de inovação institucional em nome de uma aliança que em curto prazo lhe trazia variados benefícios.

Foi também nesse mesmo período, a partir da década de 30, que a Igreja Católica se empenhou no combate veemente ao comunismo no Brasil, considerado um grande perigo por conter premissas que incentivavam a subversão social e implantação de práticas ateístas. O combate ao comunismo foi uma das linhas de atuação mais marcantes de toda Igreja Católica pelo mundo, assim como no Brasil, servindo para justificar o alinhamento de suas ações as dos governos autoritários.

Foi também durante o século XIX que a Igreja Católica assumiu uma postura de cuidados para com os problemas sociais. Particularmente, após a Encíclica *Rerum Novarum* publicada durante o papado de Leão XIII em 1891, que buscou promover uma evangelização baseada numa reavaliação dos princípios da modernidade. Esse documento tornou-se um marco no entendimento da Igreja Católica para concepção de mundo moderno.

Segundo seus princípios:

É necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida. O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma protecção (sic); os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada. A usura voraz veio agravar ainda mais o mal. Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja, não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância, e de insaciável ambição⁹.

⁹ Papa Leão XIII. **Carta Encíclica *Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários**. 1891. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em 10 de maio de 2017.

A Igreja preconizava assim, aquela que durante o século XX seria apresentada como uma de suas ações mais importantes: o auxílio ao trabalhador e aos necessitados. A *Rerum Novarum* foi divulgada como uma tentativa de amenizar as mazelas as quais os operários estavam expostos, a “*encíclica não trata diretamente da “questão social”, mas da “questão operária”, das condições a que estão submetidos os operários, machucados em sua dignidade humana*” (SILVA, 2003, p.52). Entretanto, esta encíclica reforçava a ideia de que a instituição era contrária à luta de classes pressuposto do marxismo, assim como condenava o comunismo e o socialismo.

No Brasil, Dom Sebastião Leme¹⁰ (1882-1942) foi figura de destaque na reorganização institucional da Igreja Católica com o advento da República e sua separação do Estado. Em 1916, o recém-nomeado Arcebispo de Olinda e Recife, e posteriormente do Rio de Janeiro, defendeu que “*a Igreja precisava cristianizar as instituições sociais, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos*” (MAINWARING, 2004, p. 41). O pensamento de Dom Leme assumia assim as linhas gerais do movimento que ficou conhecido como *neocristandade*, sobre o qual já introduzimos algumas premissas nesse trabalho.

A neocristandade prosperou sob líderes como dom Leme. Ele reafirmou a catolicidade do Brasil e defendeu a ordem social apoiando as autoridades, recristianizando as classes superiores seculares e mantendo uma postura conservadora e paternalista em relação aos pobres. (SERBIN, 2008, p. 98).

Durante a década de 1930, a Igreja retomou com maior intensidade seu posicionamento privilegiado frente à sociedade brasileira. A criação da ACB (Ação Católica Brasileira) e da LEC (Liga Eleitoral Católica) foram ações efetivas da instituição na sua luta pela restauração da cristandade. Na década de 1950, a Ação Católica Brasileira desdobrou-se em outras instituições, nascendo assim a JUC (Juventude Universitária Católica), JOC (Juventude Operária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica) e a AP (Ação Popular).

¹⁰ Sobre Dom Sebastião Leme de Oliveira Cintra ver: SILVA, Severino Vicente da Silva. **Entre o Tibre e o Capibaribe: limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife**. Tese (Doutorado). Recife, 2003.

Como parte concreta da reorganização das estruturas da Igreja Católica brasileira foi fundada em 1952, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos no Brasil), por iniciativa do então Monsenhor Hélder Câmara. De acordo com Severino Vicente da Silva (2003, p. 151) a ideia da Conferência foi apresentada por Monsenhor Hélder Câmara ao Secretário de Estado do Vaticano em 1950 quando ainda ocupava a função de assistente geral da Ação Católica Brasileira durante sua participação no Congresso dos Leigos realizado no Vaticano.

A CNBB foi uma das primeiras conferências episcopais mundiais a ser instalada e esteve em seus primeiros anos fortemente guiada pelos ideais desenvolvimentistas que condicionavam as ações de uma parcela do clero brasileiro naquele momento. Dessa forma, “(...) desde o seu principio, a CNBB tem sido muito importante na Igreja brasileira. Legitimou algumas práticas, desencorajou e até proibiu outras, facilitou a comunicação dentro da Igreja estimulou ou impediu varias tendências eclesíásticas” (MAINWARING, 2004, 67).

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil nasceu desse modo, com aspirações de ser o núcleo da reorganização institucional que a Igreja iniciou no fim do século XIX. Munindo-se das armas que possuía buscou enfrentar os desafios da modernidade que colocavam em contestação a influência do catolicismo. Logo, assumiu assim, fins religiosos, políticos, ideológicos e administrativos.

A CNBB adotou, com o passar do tempo, como bandeira de luta, a justiça social. Segundo Paulo César Gomes (2014, p. 35) esse caráter progressista assumido pela CNBB deveu-se principalmente a presença dos bispos nordestinos na entidade. Estes bispos eram sensíveis aos problemas sociais enfrentados pela população e utilizavam seu trabalho pastoral para reivindicar alterações socioeconômicas no país que beneficiassem mais de perto as pessoas necessitadas. Em consonância, Silva afirma que o fator que encaminhou parte da hierarquia católica brasileira a um posicionamento com características progressistas foi sem dúvidas “a luta contra as ditaduras, a defesa dos direitos humanos” (2003, P.178).

Os posicionamentos mais progressistas da instituição também podem ser explicados por uma mudança em nível internacional nos rumos da Igreja. A instituição assumiu através de divulgação de encíclicas como a *Mater et Magistra*, publicada em 1961, e *Pacem in Terris*, de 1963, ambas do papado de João XXIII (1958-63), uma nova postura frente as questões

sociais. Essas novas diretrizes foram mais tarde postas em evidência com a realização do Concílio Vaticano II (1961-1965).

O Concílio Vaticano II marcou a história da Igreja Católica como um momento de revolução e renovação no seio da instituição.

Em linhas gerais, nele se discutiu a importância de o clero não manter suas funções alheias à realidade sociopolítico-econômica, valorizou-se o diálogo ecumênico, atribuíram-se maiores responsabilidades aos leigos e, assim, destacou-se a necessidade de a Igreja rever seus padrões de autoridade no relacionamento com a sociedade. (GOMES, 2014, P. 37)

Nos últimos dias do Concílio, o compromisso para com os pobres foi reforçado pela assinatura do Pacto da Igreja servidora e pobre, mais conhecido como “Pacto das Catacumbas”. A assinatura desse documento por diversos bispos aconteceu durante uma celebração eucarística na Catacumba de Santa Domitila, em Roma em 1965, e seu conteúdo enfatizava o papel da Igreja na defesa dos mais necessitados, “*o pacto foi posteriormente assumido por cerca de 500 dos 2.500 bispos do Concílio, inspirando fortemente Medellín e Puebla no seu compromisso em favor da justiça e na opção preferencial pelos pobres e por sua libertação*” (BEOZZO, 2015, p.28). Cabe ressaltar que o Pacto das catacumbas não foi uma ação oficial do concílio, mas sim uma iniciativa de alguns bispos conciliares.

Nesse contexto, a fundação da CNBB traz dois aspectos essenciais e que merecem ser destacados: São eles: “*a ênfase que começa a ser dada pela Igreja as questões sociais e econômicas, por um lado, e por outro, a declarada decisão de realizar suas atividades em colaboração com o poder público*” (AZZI, 2008, p. 127). A partir da década de 50, a Igreja Católica no Brasil assumiu então tendências sociais pregadas pela Igreja Católica em sentido universal e buscou concentrar seus esforços na resolução de problemas da modernidade.

A expansão do comunismo também fez a Igreja repensar o seu papel social, sendo que o combate a este foi uma das explicações que a instituição utilizou para alinhar-se aos ideais dos regimes autoritários conforme mencionamos anteriormente. Buscava assim adquirir espaço no contexto político vigente, promovendo sua visibilidade e ajudando no reestabelecimento da ordem social brasileira. Portanto, o que se pregava era a necessidade de

salvaguardar o país da subversão e da imoralidade, atuava-se “(...) *em nome da ‘democracia’ e da civilização ocidental cristã*” (GOMES, 2014, p. 42).

1.2. Ditadura e Igreja Católica ou Ditadura *versus* Igreja Católica?

Estudiosos da História da Igreja e do período militar consideram que houve inicialmente um apoio da instituição religiosa a ditadura civil-militar. Contudo, é também vastamente difundida, a tese de que a Igreja Católica mudou sua postura para com o governo militar, a partir do momento em que os direitos humanos passaram a ser violados através de uma série de torturas sistemáticas que foram praticadas no período.

Já mencionamos nesse trabalho que a postura assumida pelo clero diante do golpe não foi unívoca entre todas as camadas atuantes na Igreja Católica. Mesmo afirmando que a instituição apoiou a instalação do regime ditatorial no Brasil, há que se salientar que houve vozes dissonantes de tal postura ou pelo menos, vozes que não apresentaram um posicionamento favorável e definido.

Após a renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, os ministros militares deram início a uma manobra que visava impedir que o vice-presidente João Goulart assumisse a presidência, já que estava ausente do país em viagem a China. Alegavam que Jango “(...) *representava uma ameaça à estabilidade do país e uma promessa certa de caos*” (REIS, 2014, p. 30). Entretanto, um movimento de resistência foi liderado pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, visando à manutenção da legalidade constitucional e alcançou sucesso, pelo menos temporariamente. Depois de várias negociações, João Goulart assumiu a presidência em setembro de 1961.

Jango propunha instalar no Brasil um programa de reformas de base, e entre elas a reforma agrária. Setores tradicionais da Igreja Católica viam na reforma agrária uma forma de derrubar o direito cristão a propriedade privada, defendido pela instituição desde a Encíclica *Rerum Novarum*. Dessa forma, a Igreja também tinha seus motivos para apoiar o golpe, este seria uma forma de conservar o latifúndio rural e valores da cristandade.

Mais uma vez é necessário ressaltar a dubiedade do clero brasileiro, pois nem todos os setores da Igreja Católica eram contrários à reforma agrária e exemplo disso era o posicionamento de Dom Hélder Câmara e boa parcela dos bispos nordestinos que estavam

dispostos a colaborar para a melhoria do contexto socioeconômico de suas áreas de atuação diminuindo com isso a realidade frequente de injustiça social no país.

Sobre a temática da reforma agrária, vale destacar a carta pastoral publicada em 10 de setembro de 1950 pelo bispo de Campanha, Minas Gerais, Dom Inocêncio Engelke. Intitulada de “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural¹¹” tal carta foi considerada um marco no discurso da Igreja no Brasil sobre reforma agrária e explicitava o temor desta instituição para com a migração de trabalhadores rurais do campo para a cidade onde se acreditava que encontrariam com as ideias comunistas. A temática, sempre controversa, criou divisões no seio da Igreja.

A carta pastoral de Dom Inocêncio demonstra o receio da Igreja no período para com a possibilidade de perda de sua influência no meio rural. Em defesa das causas dos trabalhadores a Igreja Católica defendia assim também seus próprios interesses.

Retomando a temática da adesão da sociedade civil ao golpe, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade que aconteceram no ano de 1964 são com frequências apontadas na historiografia como o principal demonstrativo do apoio da comunidade católica ao regime que foi instalado. Essas Marchas reuniram uma parcela dos católicos brasileiros no brado de luta em favor dos tradicionais valores cristãos e se tornaram um dos fatores colaborativos para instauração do novo regime.

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade, a primeira das quais ocorreu no dia 19 [Março de 1964], em São Paulo, ao incitar a população católica à defesa dos tradicionais valores cristãos, evidenciavam a articulação das direitas numa ampla e organizada campanha de desestabilização do governo, o que culminou no golpe que derrubou João Goulart. As marchas funcionavam como expressão da Igreja Católica — ao lado de políticos conservadores, da elite empresarial e de movimentos de mulheres de classe média — a respeito do descontentamento coma proporção que as demandas populares vinham alcançando. (GOMES, 2014, p. 41).

¹¹ ENGELKE, Dom Inocêncio. “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural” (MG – 10/09/1950) In: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB. Pastoral da Terra (Estudos da CNBB 11. Antologia de documentos e pronunciamentos pastorais). São Paulo: Edições Paulinas, 1977, p. 43-53.

É necessário ressaltar que há questionamentos sobre o caráter generalizante atribuído às Marchas, pois se questiona até que ponto elas revelam ações particulares e isoladas do clero e da hierarquia episcopal a nível nacional. Para Renato Cancian, por exemplo, “*foram poucos, com fraca ou nenhuma influência institucional, os membros do clero, sobretudo pertencentes à hierarquia que apoiaram enfaticamente as marchas*” (2016, p.109).

No entanto, após o golpe, as diversas missas que foram realizadas pelo país demonstravam um caráter de saudação ao novo regime que livrou a sociedade do grande “mal comunista”. Estas são um exemplo concreto de como a instituição religiosa alinhou seus interesses ao do novo sistema político que passava a vigorar. Nesse sentido, um dos motivos apresentados para a consolidação do golpe foi um combate à imoralidade que assolava o país e defesa dos valores tradicionais da Igreja Cristã.

A situação de apoio ao regime, como já foi dito, só iria alterar-se a partir das diversas denúncias que eclodiram na sociedade, das torturas perpetradas por agentes da repressão. Particularmente, após 13 de dezembro de 1968 com a instauração do AI-5 (Ato institucional nº 5) é que a Igreja Católica iniciou uma ação mais expressiva na defesa dos direitos humanos. Entre outras arbitrariedades, o AI-5 permitiu ao presidente da República decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus¹².

Mesmo diante do AI-5, a Igreja manteve uma postura moderada, assim como veio fazendo durante toda sua existência. A crítica contundente só se formalizou na década de 70, na XI Assembleia Geral da CNBB, onde pela primeira vez se tratou do tema da tortura e do caráter arbitrário do regime, “*a defesa dos direitos humanos pela CNBB, a partir desse momento, passou a se sobrepor às considerações sempre reticentes feitas sobre a situação socioeconômica do país*” (GOMES, 2014, p. 53).

Várias décadas após a Questão Religiosa, um dos grandes conflitos entre Estado e Igreja no Brasil, a hierarquia eclesiástica voltava a questionar o poder estatal vigente e seus desmandos. Contudo, durante os anos que se seguiram a Igreja Católica tornou-se uma grande força de contestação do regime, senão a maior, a atuar no país.

¹² Ver mais sobre o Ato institucional nº5 em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em 30 de outubro de 2017.

A militarização do Estado constituída por opressão e violência estabeleceu as linhas gerais para o conflito que se desenhou nos anos seguintes entre o governo militar e o clero. A Igreja Católica no Brasil assumiu desse modo, a posição de principal força oposicionista á ditadura militar. Todavia, não sem represálias. Veremos que vários clérigos foram alvo da vigilância constante dos órgãos de repressão, assim como os torturados e os assassinados.

Devido à repressão contra outras instituições e a sua transformação, a Igreja tornou-se a mais importante força de oposição durante grande parte dos anos 70. Era a única instituição que podia criticar o modelo econômico e a repressão, defender os direitos humanos e organizar as classes populares. Nesse sentido, o vázio político estimulou a transformação da Igreja (MAINWARING, 1989, p. 125).

Neste período, o destaque foi para a atuação dos bispos nordestinos, conforme já salientamos, e que presenciavam mais de perto as mazelas da população, com evidência para a figura de Dom Hélder Câmara, que no período ditatorial assumiu a Arquidiocese de Olinda e Recife.

[os bispos nordestinos] Eles vinham se destacando por liderar movimentos de transformação da Igreja desde os anos 1950, quando defenderam a reforma agrária e encabeçaram importantes inovações na educação popular. Um dos pioneiros nos projetos dessa natureza foi o bispo potiguar dom Eugênio Sales, por meio das escolas radiofônicas no estado do Rio Grande do Norte, que acabaram inspirando o MEB. Nos quatro primeiros anos após o golpe, os bispos nordestinos mantiveram sua tradição reformista e destacaram-se por uma atitude mais crítica em face do regime. A pobreza daquela região, sem dúvida, incentivou a ação da Igreja. Outros fatores também devem ser considerados, como os intensos conflitos sociais e a presença de líderes que se sobressaíam pela preocupação em construir uma nova concepção de fé, dentre os quais dom Hélder Câmara (Olinda/Recife), dom Antônio Fragoso (Crateús, CE), dom José Távora (Aracaju) e dom José Maria Pires (João Pessoa). (GOMES, 2014, p. 47).

Porém, outros clérigos espalhados pelo Brasil também tiveram seus nomes alçados a listas de bispos “*subversivos*” por entrarem em desacordo com as ideias autoritárias do regime. São exemplos, Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia (MT); Dom

Waldyr Calheiros, bispo de Volta Redonda (RJ) e Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, apesar da cautela deste último diante das ações do regime.

Dom Hélder Câmara foi à expressão máxima daqueles que ficaram conhecidos na história como “*bispos progressistas*”. Sua atuação em defesa dos mais necessitados e sua campanha nacional e internacional de denúncia das torturas praticadas pelo regime o alçaram ao nível de mais vigiado clérigo do período, sendo por diversas vezes acusado de comunista subversivo e ameaçado de prisão. Entretanto, as investidas do regime contra dom Hélder só fizeram fortalecer sua atuação.

Sem necessariamente modificar sua compreensão da missão da Igreja, alguns conservadores e moderados condenaram os ataques lançados contra os progressistas; alguns bispos conservados conhecidos, inclusive Dom Agnelo Rossi (São Paulo), Dom Alberto Ramos (Belém), e Dom Vicente Scherer (Porto Alegre), criticaram as medidas contra Hélder. (MAINWARING, 1989, p.118).

Faz-se necessário lembrar que houve divergências de posicionamento dentro da Igreja também no que concerne a discussão sobre seu papel no envolvimento em causas sociais. O historiador brasileiro Thomas Skidmore defende a existência de três alas entre o clero brasileiro que “*refletiam tanto a opinião clerical quanto a leiga*” (1988, p. 271). Teríamos deste modo, a ala progressista representada por Dom Hélder Câmara e que pregava contra as injustiças sociais e a violência do regime.

Os conservadores, de cunho extremamente anticomunista e que apoiavam o regime, tinham sua representação na pessoa do Arcebispo de Diamantina, dom Geraldo de Proença Sigaud. E por último, a ala moderada que evitava posicionamentos sobre temáticas políticas e sociais, mas que tendiam a aliar-se aos progressistas quando o clero era vítima de alguma represália ou perseguição. O instrumento de defesa dessas alas mais atuantes foi a Comissão de Justiça e Paz, já mencionada, que procurava auxiliar presos políticos através de representatividade legal e também no aconselhamento dos familiares das vítimas da repressão (SKIDMORE, 1988).

Em sua tese de doutorado, Silva (2003) discute sobre a adesão dos fiéis a ideias progressistas, como sendo fruto da obediência ao discurso religioso. Assim também entende

que assumindo um bispo atitudes conservadoras ou progressistas este continuava a ser bispo por sua obediência a Santa Sé.

Enquanto no Brasil, em 1968, os militares endureciam o regime, em Medellín na Colômbia acontecia o II CELAM (Conferência Episcopal Latino-americana). Essa conferência buscou promover um debate sobre a implantação das diretrizes do Concílio Vaticano II realizado entre os anos de 1962 a 1965, e que conforme já dissemos acabou por inspirar os católicos na luta por justiça social. Dessa maneira, as mudanças no contexto histórico-social levaram a Igreja a modificar sua identidade.

Medellín representou um sucesso significativo da nascente Igreja popular. Apesar da inferioridade numérica de bispos populares, o CELAM aprovou um documento que ostentava posições pastorais mais progressistas do que as encontradas em qualquer país latino-americano da época. (MAINWARING, 1989, p. 133)

O II CELAM, nesse contexto auxiliou na legitimação das ideias dos bispos progressistas e também colocou em pauta a discussão sobre as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) que seriam elevadas ao status de uma das principais prioridades da Igreja latino-americana, pois possuíam a capacidade de “*testemunhar a fé através das posições sociais e políticas*” (MAINWARING, 2004, p. 132).

Entretanto, mesmo com uma parcela do clero assumindo posicionamentos contrários ao regime, a Igreja Católica mantinha-se cautelosa em sua ação de contestação da ditadura. O estopim oficial para um posicionamento mais radical só seria dado em 1970. Segundo Paulo César Gomes (2014), o incidente que levou a um acirramento das relações entre Estado e Igreja foi à detenção de dom Aloísio Lorscheider, secretário-geral da CNBB, após uma invasão de agentes do regime militar a sede do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (Ibrades)¹³, no Rio de Janeiro. A detenção de Dom Aloísio causou total revolta entre os membros do clero nacional e internacional, levando até mesmo o Vaticano a posicionar-se contra o ocorrido.

Em Roma, a Rádio Vaticano noticiou quase imediatamente o ocorrido. O jornal oficial L'Osservatore Romano seguiu a mesma diretriz e publicou não apenas um protesto contra a tortura, como a declaração

¹³ O IBRADES foi fundado em 1969 pela CNBB e pela CRB (Conferência de Religiosos do Brasil). Estava sob direção jesuítica e tinha por finalidade “treinar membros de movimentos populares para atuar em comunidades carentes, além de assessorar intelectualmente a CNBB.”. (Ver GOMES, 2014, P. 54)

de repúdio da CNBB. Foi a primeira vez que o Vaticano usou sua rede de comunicações para um protesto dessa natureza. Até mesmo o papa Paulo VI manifestou apoio aos bispos, o que foi um verdadeiro desastre para a imagem externa do Brasil. Além disso, os cinco cardeais do país — dom Agnelo Rossi, dom Vicente Scherer, dom Jaime Câmara, dom Eugênio Sales e dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta — dirigiram-se ao presidente Médici reclamando do ocorrido, através de uma carta particular. Os cardeais declaravam-se constrangidos com a detenção de dom Aloísio e diziam lamentar “a deterioração do relacionamento entre a Igreja e o Estado”. (GOMES, 2014, p. 54-55).

Nesse sentido, os laços entre a Igreja e o Estado estariam a partir deste momento, totalmente estremecidos, estimulando dessa forma, a união da primeira contra o último através de protestos incisivos. A Igreja assumiu neste momento uma postura de contestação oficial do regime e posicionou-se contra a tortura, repressão e em favor dos direitos humanos e sociais, sendo nessa conjuntura de suma importância o papel assumido pela CNBB.

Porém, neste contexto de acirramento dos ânimos foi criada a Comissão Bipartite, um fórum de cunho secreto que reuniu representantes da Igreja e do Estado para discutirem sobre seus papéis na sociedade e resolverem suas divergências. Esta Comissão veio demonstrar mais uma vez o recurso ao diálogo estabelecido entre as duas instituições que sempre se buscou manter ativo.

Gomes afirma que:

(...) paulatinamente, a Bipartite passou a ser usada pelos bispos para protestar contra as violações dos direitos humanos promovidas pelas comunidades de segurança e de informações. Não deixavam, no entanto, de defender os interesses doutrinários e institucionais da Igreja (2014, p. 58).

A Comissão Bipartite obteve atenção especial do historiador Kenneth Serbin (2001), que ao deparar-se com os arquivos inéditos sobre esta decidiu pesquisá-la. Trabalho esse que resultou na obra *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. O livro discorre sobre os eventos que se desenvolveram durante os quatro anos de duração da Bipartite buscando reconstituir o processo secreto de negociações entre Igreja e Estado (bispos e militares) enfatizando os posicionamentos conflitantes de ambas as partes, principalmente no que diz respeito a temas, como tortura e direitos humanos.

A Bipartite foi desse modo, um instrumento político utilizado por Estado e Igreja para obtenção de benefício próprio. Serbin (2001, p. 52) destaca como aspecto importante desses encontros o fato de que este canal aberto de diálogo entre ambas as instituições demonstra outro caminho a historiografia. Enquanto a maioria dos estudiosos entendia a relação Estado X Igreja como ruptura quase que absoluta, a Bipartite evidenciaria o diálogo como destaque central.

Cabe frisar que a Bipartite não foi uma ação oficial por parte da Igreja, nem tampouco do Estado. Porém, através dela pode-se dizer que mesmo diante da iminência de um conflito latente entre governo militar e clero, ambas as instituições buscaram sempre manter um diálogo, ainda que nesse caso secreto, para tentarem resolver seus impasses. Tal fato só confirma nossas conclusões de que mesmo diante de situações onde se achavam em lados opostos, Igreja Católica e Estado brasileiro sempre mantiveram abertas as vias de conversação.

Em que pesem tais considerações, a década de 1970 representou a consolidação da Igreja Católica no Brasil, com representação na CNBB, como importante contestadora do regime vigente e defensora dos direitos humanos. A atuação de Dom Hélder Câmara e do grupo dos chamados “*bispos progressistas*”, com grande expressão no Nordeste, foi de suma relevância para a concretização do trabalho sócio religioso que se desenvolveu nas décadas seguintes.

Em Sergipe, a atuação da Igreja Católica não diferiu do âmbito nacional. Notadamente, tivemos a presença da dubiedade do clero no que se refere ao regime ditatorial e também às questões sociais. Entretanto, esse será um tema de discussão para o capítulo seguinte.

II

IMPrensa, IGREJA E DITADURA EM SERGIPE: DA DUBIEDADE À CONTRAPOSIÇÃO.

A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. (MARTINS e LUCA, 2008, p. 8).

2.1. Desdobramentos históricos da atuação da imprensa.

Os meios de comunicação tiveram um papel decisivo na implantação, manutenção e queda do regime autoritário brasileiro. Com uma postura, em grande parte favorável, aos acontecimentos e desdobramentos de 1964, a imprensa propagou entre os brasileiros uma ideia de intervenção necessária para assegurar os princípios democráticos que estavam sendo possivelmente ameaçados por um golpe, que segundo os militares, o presidente João Goulart ensaiava.

Contudo, durante a vigência do regime, o equívoco não demoraria a ser percebido. Os meios de comunicações sofreram com a responsabilidade pelo que ajudaram a disseminar. Censura, violência e depredação foram algumas das medidas destinadas aos impressos e emissoras radiofônicas.

Segundo Carlos Fico (2004) existiram duas formas de censura durante a vigência do regime militar: uma da imprensa e uma das diversões públicas. Sobre a primeira, o autor destaca que “*era ‘revolucionária’, ou seja, não regulamentada por normas ostensivas. Objetivava, sobretudo, os temas políticos stricto sensu. Era praticada de maneira acobertada, através de bilhetinhos ou telefonemas que as redações recebiam*” (FICO, 2004, p. 37). Para este autor a censura da imprensa um dos pilares básicos da repressão pode ser mais bem observada nos períodos críticos do regime, ou seja, durante o auge do regime ditador. Contudo, identifica no uso do termo “autocensura” uma tendência a equívocos, dado o fato de este ser frequentemente usado como significando submissão às proibições do Ministério da Justiça. Para Fico (2002), a “autocensura” não foi uma prática corriqueira, pois as proibições foram obedecidas. Nessa acepção “*(...) em menor escala, houve a censura prévia e, de maneira diversificada, muito colaboracionismo ou apoio político*” (FICO, 2002, p. 262).

A censura foi, nesse contexto, uma presença constante no cotidiano dos jornais durante a vigência da ditadura. Para Beatriz Kushnir (2011) houve “*uma experiência de colaboracionismo de uma parcela da imprensa com os órgãos de repressão no pós-AI-5*” (2011, p.170). Ao analisar o jornal *Folha da Tarde* a autora afirma que as situações de não questionamento das violências cometidas configuravam e convergiam para o apoio de parte da imprensa ao regime. Entende à vista disso, que o colaboracionismo era praticado com publicações jornalísticas que objetivavam validar o ideário autoritário.

Para a historiadora Célia Costa Cardoso (2017) houve uma diferença nítida entre a censura impetrada a grande imprensa e aquela dirigida aos jornais alternativos¹⁴, recaindo com maior força sobre estes últimos. Dessa forma, afirma que os jornais alternativos:

Com maior incidência em momentos de cerceamento das liberdades democráticas, contribui para diversificar as opiniões ao deixar suas ideias políticas explícitas em defesa dos direitos de setores populares, ameaçados por governantes autoritários. Por representar um empecilho à continuidade do autoritarismo é perseguida por censores, militares e civis de extrema-direita. (CARDOSO, 2017, p.38)

Como pode ser observado, o poder da propaganda difundida pelos meios de comunicação durante a história do Brasil tem uma de suas páginas mais complexas, marcadas pelos anos da ditadura civil-militar. A imprensa foi e continua sendo propagadora de ideologias e tem um papel importante de alcance de grande parcela da sociedade. No país, a função dos jornais não fugiu a regra dessa realidade, nem tampouco no Estado de Sergipe.

Nas páginas que se seguem, pretende-se entender os acontecimentos que levaram a implantação da imprensa escrita no Brasil e em Sergipe, assim como o contexto de seu desenvolvimento e utilização enquanto fonte e objeto de pesquisa. Salientando, sobretudo a importância desses meios de comunicação durante a ditadura civil-militar brasileira. Partindo deste viés, buscaremos compreender a atuação da Igreja Católica em Sergipe no regime vigente de 1964 a 1985, à luz dos jornais, tomando o devido cuidado com os filtros.

^{14c} *Jornais de formato tablóide ou minitablóide, muitas vezes de tiragem irregular, alguns vendidos em bancas, outros de circulação restrita e quase sempre de oposição ao regime militar instalado em 1964. A chamada imprensa alternativa era, no entanto, formada também por jornais feministas, de reivindicação de direitos de minorias como negros e homossexuais, e que nem sempre tinham conotação de contestação direta ao regime militar*”. Verbetes imprensa alternativa disponível em : <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa>. Acesso em 07 de janeiro de 2018. Para aprofundar a temática ver também: CARDOSO, 2017.

A imprensa se fez presente definitivamente no Brasil, a partir da vinda da Família Real em 1808, período em que a colônia se tornaria sede da Monarquia Portuguesa. Durante os primeiros anos da colonização houve algumas tentativas, sem sucesso, de implantação das artes gráficas. A instalação da Impressão Régia no Rio de Janeiro possibilitou dessa maneira, a circulação do jornal *Gazeta do Rio do Janeiro*, que seria produzido seguindo o modelo da *Gazeta de Lisboa*, periódico que tinha por objetivo principal divulgar os atos do governo.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* deixou claro em seu primeiro número que suas publicações não eram um encargo do governo: “*ainda que pertença por Privilegio aos officiaes da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guarda não he com tudo official; e o Governo somente responde por aquelles papeis que nella mandar imprimir em seu nome*” (Jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, 10 de setembro de 1808, p. 4)¹⁵. Entretanto, tais afirmações não eram de todo verdade, pois na prática o jornal era submetido a um crivo ministerial fiel a Coroa. Segundo Sodré “*nada se imprimia sem o exame prévio dos censores reais*” (1966, p.23).

Não obstante ao relativo atraso para implantação oficial da imprensa no Brasil, visto que sua invenção data de aproximadamente quatro séculos antes, é inegável que esse foi um marco histórico para o desenvolvimento do país propiciado especialmente pela transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro.

Matías Molina (2015) na obra *História dos jornais no Brasil: Da era colonial à regência (1500-1840)* traz uma longa e profícua discussão a respeito de como o jornalismo se desenvolveu no país, ressaltando uma gama de fatos que marcaram sua trajetória. Um dos propósitos do autor foi buscar compreender o porquê do atraso para implantação das artes gráficas no Brasil, diferentemente do que ocorreria na América espanhola e nas colônias inglesas.

De acordo com esse autor:

Alguns escritores afirmam que, se durante três séculos não houve tipografia no Brasil é porque Portugal, assim como proibira a instalação de indústrias, de um correio interno, de universidades, também não queria que o Brasil tivesse imprensa. Mas outros

¹⁵ Grafia original. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1808/gazeta_rj_1808_001.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2017.

asseguram que não havia tipografias porque não eram necessárias, dado o grau de subdesenvolvimento da colônia. (MOLINA, 2015, p. 15).

Essa discussão permeia toda a sua obra. Questionamentos como o porquê de tão tardiamente a imprensa ter florescido no país, os diversos mitos e polêmicas sobre sua existência durante o período colonial, assim como o desenvolvimento desta ao longo dos séculos e a importância de vários jornais que tiveram atuação destacada no Brasil formam a rede de informações que conduzem as discussões feitas por Molina ao longo de seu livro.

Estampada pela Impressão Régia, *A Gazeta do Rio Janeiro*¹⁶ colocou seu primeiro número em circulação no dia 10 de setembro de 1808 tendo como função “*divulgar as notícias, com pouca ou nenhuma opinião e sem muita preocupação em dar destaque a temas como economia, literatura ou artes, embora não estivessem totalmente ausentes*” (MOLINA, 2015, p. 114). Foi redigido inicialmente pelo Frei Tibúrcio José da Costa, substituído em 1813 por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães.

Conforme mencionamos, o jornal eximia o governo das responsabilidades para com suas publicações, entretanto mostrava-se por muitas das vezes como um veículo de informações oficiais da Coroa. Sua última edição circulou em 31 de dezembro de 1822.

De igual importância para a fase de consolidação da imprensa brasileira foi o jornal *Correio Braziliense*, fundado por Hipólito José da Costa. Considerado por alguns, o primeiro jornal do Brasil, entretanto tinha sua impressão feita em Londres, o que gerou controvérsias quanto a tal título. Esse jornal circulou pela colônia de 1808 a 1822 sendo “*(...) um áspero crítico do governo instalado no Rio de Janeiro (...)*” (MOLINA, 2015, p. 120). Pelo seu caráter oposicionista sofreu restrições e até perseguições por parte do governo luso-brasileiro, porém nem assim deixou de ser lido de forma sistemática no país.

Apesar de terem surgido variadas análises das divergências ideológicas presentes nos dois jornais citados, Marcos Morel (2008) afirma que:

Além dessa evidente dicotomia oposição/situação, existiam convergências entre estes dois periódicos. Tanto a *Gazeta* quanto o

¹⁶ As edições da *Gazeta do Rio de Janeiro* de 1808 a 1822 foram digitalizadas pela Biblioteca Nacional e encontram-se disponíveis para consulta em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm.

Correio defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às ideias de revolução e ruptura, padronizado pela crítica comum à Revolução Francesa e sua memória histórica durante a Restauração. (MOREL, 2008, p. 31)

Ambas as publicações cessaram suas edições no ano de 1822, marco da independência do Brasil, entretanto suas contribuições seguem até os dias atuais como incontestáveis para história do jornalismo brasileiro. A implantação da imprensa representou doravante, um marco importante na história do país, pois contribuiu de diferentes maneiras durante as mais diversas épocas. Sua instalação foi um passo à frente, sem volta.

Os jornais contribuíram para a proclamação da independência; para a definição da estrutura política e social; para a abdicação de d. Pedro I e seu retorno a Portugal; para a consolidação da Regência; para minar a Monarquia e instaurar a República; para acelerar a queda da República Velha; para derrubar Getúlio Vargas em 1945 e para seu suicídio em 1954; para o desgaste do governo Goulart e a implantação de uma ditadura militar – papel de que se arrependeriam tardiamente. (MOLINA, 2015, p. 22).

Consequentemente, a História do Brasil está intimamente ligada à história da imprensa que muito contribuiu para a condução dos rumos do país durante várias etapas de sua trajetória. Os variados impressos, que circularam e continuam a circular, são parte inseparável de sua formação, testemunhando e divulgando essa história. A imprensa intervém assim, nas mais diversas esferas da existência humana seja política, social e econômica. Fazendo-se presente na “(...) articulação e disseminação de ideias, valores, referências, memórias, ideologias, modos de pensar e agir em sua historicidade, o que a torna uma fonte inesgotável de pesquisa e estudo” (LEITE, 2015, p. 5).

Outros jornais, nesse contexto, também marcaram seus nomes na história da imprensa brasileira nas suas primeiras décadas de consolidação. Só para destacar alguns, na Bahia circularam *Idade d'Ouro do Brazil* (1811-1823) e o *Semanário Cívico* (1821-1823). Também aconteceu em território baiano a publicação da primeira revista brasileira, *As Variedades ou, Ensaios de Literatura* em 1812. Em Pernambuco, terceira capitania a ter uma tipografia, circularam periódicos como *Aurora Pernambucana* no ano de 1821 e os destacados *Typhis*

Pernambucano (1823-1824) de Frei Caneca e *Sentinella da Liberdade* (1830-1837) de Cipriano Barata (SODRÉ, 1966).

Segundo Nelson Werneck Sodré (1966) foi à virada do século XIX para o XX que marcou radicalmente o status da imprensa escrita no Brasil. De pequenos jornais a “grande imprensa”. Nessa conjuntura “(...) *os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar as emprêsas jornalísticas, com estrutura específica dotadas de equipamento gráfico necessário da sua função*” (SODRÉ, 1966, p.315).

Em Sergipe, algumas controvérsias apontam para uma ausência de unanimidade quanto ao surgimento da imprensa escrita. Segundo Acrísio Torres Araújo (1993), o primeiro periódico a circular pelas terras sergipanas foi o *Recopilador Sergipano* que teve sua primeira edição datada de 03 de setembro de 1832 na cidade de Estância e como fundador Monsenhor Fernandes da Silveira. Tendo curta duração, o jornal cessou suas publicações em 1834. Entretanto, nesta mesma obra Afonso Arinos de Melo Franco, responsável pelo prefácio, nos diz que Acrísio Torres demonstra ter conhecimento sobre a impressão de periódicos no século XVIII. Vejamos:

Esclarece que foi alertado por Luiz Antônio Barreto de que, por volta do ano 1715, o Padre Euzébio Dias Laços imprimia gazetas em Sergipe. Admite que o *Recopilador Sergipano*, em qualquer dos 112 primeiros números extraviados poderá ter ressaltado o papel precursor de Padre Laços e até lhe prestado homenagem. (ARAÚJO, 1993, p. 08).

Deste modo, assim como na história do Brasil, na história sergipana o lugar reservado ao desenvolvimento da imprensa é cheio de lacunas e incongruências. A ausência de estudos mais aprofundados sobre a temática nos deixa diante de um campo ainda pouco explorado.

Já a consolidação da imprensa escrita enquanto fonte e objeto de pesquisa data da segunda metade do século XX. No Brasil, esse período coincide com a implantação da ditadura civil-militar que vigoraria por 21 anos (1964-1985) e influenciaria de maneira considerável e inesquecível nos rumos da história dos meios de comunicação.

No entanto nesse período, segunda metade do século XX, o número de pesquisas envolvendo jornais era relativamente pequeno. Segundo Tania Regina de Luca (2005, p. 111), “*reconhecia-se a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de escrever a*

história da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa”. A história da imprensa possuía raízes mais antigas, entretanto o uso de periódicos na escrita da história caminhava a passos tímidos.

A revista dos Annales criada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch é a semente que daria fruto ao alargamento dos conceitos e fontes históricas. Nasceu defendendo um novo tipo de história, “(...) postulando por pesquisa interdisciplinar, por uma história voltada para problemas, por uma história da sensibilidade, etc.” (BURKE, 2010, p.42). Os Annales abriram espaço para a abordagem de novas temáticas e com isso, proporcionaram também o estudo através de novas fontes, combatendo o modelo “positivista”, um exemplo de análise que só admitia a história pautar-se em documentos escritos oficiais.

Cabe destacar, neste mesmo período, o pioneirismo de Gilberto Freyre no Brasil. Na obra *Casa grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (1933), Freyre inova ao utilizar os jornais como fonte de pesquisa histórica para descrever a essência da colonização portuguesa no Brasil.

A imprensa escrita seria o resultado e/ou consequência dessa renovação dentro da abordagem histórica.

Na década de 60 os Annales designavam claramente a história a ser rejeitada e a que deveria ser feita: por um lado, a recusa da história política, factual, do tempo curto e do período pré-construído. Por outro, a história problema de longa duração e, naturalmente serial [...], uma história global atenta às coerências que servem de liame aos aspectos econômico, social e cultura (PROST, 2008, pp.41-42).

A segunda metade do século XX seria marcada, em certa medida, por uma revolução na prática historiográfica que veio contribuir para o uso de periódicos na pesquisa histórica. Tal renovação adveio dessas mudanças promovidas pela Escola dos Annales que abriram espaço para a abordagem de novas temáticas e com isso propiciaram também o estudo através de novas fontes. Assim sendo, o uso de jornais, enquanto fonte e objeto da pesquisa histórica se tornou muito importante no campo das ciências humanas, pois através deles foi possível buscar entender os comportamentos e práticas de determinadas sociedades.

O êxito de tais fontes de pesquisa deu-se com maior efetividade a partir de 1970 e está mais estreitamente ligada aquela que ficou conhecida como terceira geração dos Annales.

Levando em consideração a divisão feita por Peter Burke (2010) esta geração atuou a partir do ano de 1968.

A terceira fase dos Annales tem, segundo Burke (2010), algumas características que lhes são únicas: possível fragmentação, atuação de diversos nomes sem nenhum sobressair-se enquanto líder dos outros, presença feminina, maior abertura a ideias advindas do exterior. Seria dessa maneira, um momento de “(...) *redescoberta da história das mentalidades, a tentativa de empregar métodos quantitativos a história cultural e, finalmente a reação contrária a tais métodos, que tomem a forma de uma antropologia histórica, um retorno à política ou o ressurgimento da narrativa*” (BURKE, 2010, p. 91).

Ampliaram-se desse modo, as pesquisas com novos objetos, novas temáticas e com metodologia diferenciada, sobretudo a partir de novos tipos de documentos que auxiliariam na resolução das problemáticas históricas. A partir deste momento, o jornal consolidar-se-ia enquanto fonte documental na medida em que emite discursos e ideologias e atua intervindo nos acontecimentos e ações humanas.

Durante muito tempo a utilização de jornais na pesquisa histórica foi vista com bastante receio, principalmente no que concerne ao seu uso enquanto fonte documental. Alguns dos motivos apresentados para tal resistência a sua utilização são: a falta de objetividade dos periódicos e também a subordinação destes as classes dominantes e/ou discursos ideológicos.

Vejamos o que Luca diz a respeito:

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual, precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. (2005, p. 112).

Vencida tal oposição, o periódico passou a figurar no campo histórico como importante fonte de pesquisa. A crescente utilização de jornais como fonte e objeto de investigação histórica abriu assim um leque muito grande dentro da pesquisa historiográfica, permitindo o uso de jornais de diversas formas:

Os periódicos podem ser estudados por meio de seus editoriais, colunas sociais, sessões econômicas, políticas, informativas, artigos, cartas dos leitores, crônicas, noticiários, dentre diversos outros campos que permitem ao historiador elaborar uma análise por um viés social, político, econômico e/ou cultural. (LEITE, 2015, p. 4).

Embora o período sobre o qual se debruça não seja o da nossa pesquisa, vale salientar, na perspectiva do uso do jornal como fonte para compreender a realidade histórica, o livro *Da Guerra à Neocristandade: A Tribuna Religiosa(1917-1919)* de Severino Vicente publicado no de 2015 à propósito da análise que faz da Primeira Guerra Mundial e o contexto de implantação da Neocristandade em Pernambuco, tendo como aporte a Tribuna Religiosa, entre os anos 1917 e 1918, um exemplar significativo da chamada imprensa católica.

Em linhas gerais, é preciso atentar para o fato de que o uso indiscriminado de tais fontes pode acarretar em uma série de dificuldades ao campo da pesquisa histórica, pois é necessário que sua utilização venha acompanhada de fundamentação teórica e metodológica adequadas, o que nem sempre acontece.

2.2. A ditadura civil-militar e a imprensa sergipana.

A imprensa sergipana também teve seu papel de destaque nos acontecimentos e desdobramentos de 1964. Seja levando a população sergipana, as notícias dos acontecimentos nacionais e/ou episódios locais, seja também apresentando seus posicionamentos frente a estes.

De fato, os jornais tiveram importância incontestável em acontecimentos marcantes da história do Brasil, como por exemplo, o movimento abolicionista, o advento da república e a ditadura militar de 1964. Com o advento da república, a imprensa continuou a atuar e intervir no cotidiano do país, sendo os anos iniciais desta, marcados pela tentativa de legitimação do

poder vigente através de uma reformulação do imaginário coletivo. Nesse contexto ela foi de suma importância para a realidade política que se delineara pós-1889.

Na conjuntura dos acontecimentos que antecederam o golpe civil-militar de 1964, parte expressiva da imprensa brasileira também atuou no sentido de legitimar as atitudes que seriam tomadas. Essas eram justificadas em face da manutenção do regime democrático brasileiro. O passo seguinte dessa atuação se daria durante a vigência do regime, pois através da censura o governo passaria a impossibilitar as críticas, assim à publicidade governamental empenhava-se em “*divulgar uma imagem extremamente simpática de si mesma*” (ALMEIDA, 2013, p. 13). Sob a perspectiva do regime militar, existia o imperativo de congregar os setores da sociedade civil em torno de seus ideais, ponto que em longo prazo fracassou.

Segundo Marcos Napolitano (2016), a imprensa foi uma das grandes forças articuladoras do golpe de 64 preparando o terreno “*para que os golpistas de todos os tipos, tamanhos e matizes se sentissem mais amparados pela opinião pública ou, menos, pela opinião publicada*” (2016, p. 47). Portanto, para esse autor a força do que era publicado tornava-se opinião pública, ainda que esta não representasse majoritariamente o pensamento de toda sociedade.

Assim, os discursos antirreformistas e antigovernistas encontraram ecos pelo Brasil afora, através da imprensa tanto escrita, como radiofônica. Esse discurso representava principalmente “*(...) grandes proprietários de terra que se sentiam ameaçados pelos projetos de reforma agrária, ou pelos interesses multinacionais os quais se sentiam ameaçados pelo nacionalismo econômico das esquerdas trabalhistas e comunistas*” (NAPOLITANO, 2016, p. 49). A imprensa foi nesta perspectiva, um dos mais eficientes meios de transmitir a ideologia proposta pelo novo governo.

O estabelecimento de uma união com os militares gerava para os meios de comunicação certo conforto, pois garantia a ausência de conflitos. Já para os militares essa aliança propiciava a legitimação de seu projeto político.

No contexto histórico, a presidência foi considerada vacante em 01 de abril de 1964 e em seguida o presidente João Goulart exilou-se. Nas horas seguintes, as articulações se deram no sentido de legitimar o novo governo e tornar o golpe um evento de salvação nacional. Castelo Branco foi o requisitado para conduzir tal empreitada.

Em Sergipe, o grande desdobramento dos acontecimentos de 1964 deu-se com a deposição do governador João de Seixas Dória que foi preso e cassado. Entretanto, desde a sua eleição, segundo afirma Reis (2015) já existia a influência da imprensa escrita, mais precisamente do jornal *Gazeta de Sergipe*¹⁷.

Montou-se na redação da GS um verdadeiro “esquema” para derrubar Leandro Maciel, também candidato das eleições de 1962, e eleger Seixas Dória que embora pertencesse inicialmente a UDN, fazia parte da ala mais da esquerda, denominada de Bossa Nova da UDN ou ainda cisão da esquerda da União Democrática. (REIS, 2015, p. 51)

De acordo com Reis (2015), a campanha a favor de Seixas Dória iniciou-se de forma sutil e tomou proporções bem maiores no decorrer do tempo. Para comprovação de sua tese a autora apresenta uma série de notícias e manchetes veiculadas na *Gazeta de Sergipe* no período eleitoral de 1962, em que era salientada a importância da eleição de Dória para Sergipe fortificando o “esquema” para eleger o futuro governador.

O mais recente trabalho que analisa a situação da imprensa sergipana no período ditatorial é de autoria de Carla Darlem Reis, citada acima. Sua dissertação de mestrado intitulada *Ditadura, Política e Censura: Gazeta De Sergipe e Rádio Liberdade (1964-1969)* analisa as tensões sociais ocorridas na sociedade sergipana durante o regime militar através dos meios de comunicação. Segundo Reis (2015), os dois veículos de imprensa por ela trabalhados foram palco de disputas ideológicas onde se digladiavam um socialismo e um conservadorismo aparente. Acrescenta ainda que a censura e autocensura imposta a estes se fizeram em nome da proteção autoritária do regime de qualquer forma de contestação.

Nesse panorama geral, percebemos que toda a movimentação nacional, também se expressou no Estado de Sergipe. A população assistiu à deposição do líder do executivo no Estado, “o governador Seixas Dória, uma vez preso, foi levado para o 19º BC sediado em Salvador e, em 12.04.1964, transferido para a Ilha de Fernando de Noronha onde passaria

¹⁷ O periódico *Gazeta de Sergipe* foi fundado em 15 de maio de 1948 sob a alcunha de *Gazeta Socialista* pelo industrial e político Orlando Dantas. Foi criado para “defender as causas dos trabalhadores e operários, mas também para difundir os ideais do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e fazer oposição ao governador José Rollemberg Leite” (CAMPELLO, 2008, pp. 3-4). O jornal entrou em recesso entre os anos de 1951 e 1956, retornando com a denominação de *Gazeta de Sergipe* assumida a partir do ano de 1958. Durante a vigência do domínio militar foi de extrema importância para a sociedade sergipana por tratar-se do único jornal diário a circular por quase todo o período.

117 dias, tendo como companheiro de prisão Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco” (DANTAS, 2014, p.30). Essa experiência levou Dória a publicação da obra *Eu, réu sem crime* pela Editora Equador em 1964, onde relata sua vivência no exílio.

A repressão política atingiu não somente o líder do Executivo estadual, mas também se estendeu aos representantes do Legislativo em Sergipe. Assim “*deputados estaduais como Cleto Sampaio Maia (PRT), Viana de Assis (PR), José Nivaldo dos Santos (PR) e Baltazar José dos Santos (PSD) também foram atingidos por uma onda de perseguições políticas tendo os mandatos cassados em 14 de maio de 1964*” (CARDOSO, 2012, p.3).

De acordo com Célia Costa Cardoso (2012, p.8), essa cassada política atingiu a várias camadas da sociedade civil, indo desde o governador a funcionários públicos. O aparato repressivo era utilizado de maneira a conter os inimigos e evitar contestações sobre a autoridade vigente. Neste sentido, o regime militar utilizava-se de uma legislação conforme, a autora menciona “*extraconstitucional*”, para forjar uma legitimidade de suas ações.

Logo após a deposição de Seixas Dória assume o vice-governador Sebastião Celso de Carvalho. A substituição de governo foi noticiada pela imprensa sergipana em tom de votos de uma boa administração.

Em substituição ao Dr. João de Seixas Dória, afastado do Governo do Estado, em virtude dos últimos acontecimentos, no País, é atual chefe do poder executivo sergipano o dr. Sebastião Celso de Carvalho, que exercia o cargo do Vice-Governador.

A Defesa deseja a S. Exia (sic) em tão árdua tarefa, particular assistência divina (. Jornal A Defesa, 15 de abril de 1964, p.04).

Percebe-se o prosseguimento que a imprensa dá ao processo de legitimação da nova ordem vigente. Vale salientar que o consenso ideológico foi buscado não somente por meio da propaganda midiática, mas também através do ensino, da capacidade de enunciação de um discurso convincente, assim como da inibição dos discursos concorrentes (censura).

Segundo Ibarê Dantas, circulavam na capital sergipana no início do período ditatorial, o qual o autor define como *contrarrevolução*¹⁸, “*um jornal diário (Gazeta de Sergipe), um*

¹⁸Ibarê Dantas inicia sua obra “*A Tutela Militar em Sergipe*” apresentando os posicionamentos predominantes na historiografia brasileira referente à definição da ditadura militar no Brasil. Segundo o autor há a predominância

jornal semanal (Folha Popular) do PCB, um periódico da UDN (Correio de Aracaju), que circulava de forma esporádica, e o Diário Oficial do Estado de Sergipe que saía irregularmente” (DANTAS, 2014, p.38). Dessa forma, percebemos que imprensa na capital sergipana tinha vida ativa no início do regime.

Contudo, durante o decorrer do período militar a imprensa viveu dias difíceis, principalmente a partir de 13 de dezembro de 1968 com o decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5) que tornaria a censura um instrumento militar legalizado. Dessa forma, os jornais sergipanos não escapariam ao crivo censório que se espalharia por todo país, pois *“logo após a edição do AI-5, os dirigentes de veículos de comunicação foram convocados ao quartel do 28º BC a fim de receber instruções sobre procedimentos a serem seguidos pelos jornais a partir de então”* (DANTAS, 2014, p.225). Assim, a censura passou a fazer parte do dia-a-dia da imprensa brasileira, bem como, sergipana.

No entanto, o regime não deixou de ser fruto de matérias veiculadas nos periódicos, porém estas tinham mais as características de divulgar os feitos governamentais. Conforme já mencionamos, para o regime o papel da imprensa era o de aproximar o governo da opinião pública. Vejamos um exemplo na notícia abaixo:



Figura 3. A Voz de Lagarto, 05 de Agosto de 1965, p.1.

de duas posições opostas que concentram suas discussões entre, se foi uma revolução ou um golpe de Estado. Entretanto, Ibarê apresenta uma terceira definição, que julga como mais apropriada, classificando assim os acontecimentos de 1964 de contrarrevolução *“tanto pelo seu caráter preventivo e neutralizador das tendências que se esboçavam, quanto pelo seu sentido positivo”* (DANTAS, 2014, p.12).

Percebemos na manchete acima o destaque que o jornal dá ao fato do poder público municipal está alinhado aos militares. No período de publicação da matéria era prefeito da cidade de Lagarto, o senhor Rosendo Ribeiro Filho (1963-1966) que conforme podemos perceber também é apontado como fundador do jornal *A Voz de Lagarto*. Entendemos, portanto que o posicionamento favorável ao regime advém do alinhamento político partidário do chefe do executivo municipal às forças governantes, fator que favoreceria a divulgação de uma imagem satisfatória do regime.

As notícias veiculadas nos meios de comunicação também nos dão conta dos trabalhos de repressão e investigação dos militares nos primeiros dias do regime em Sergipe.

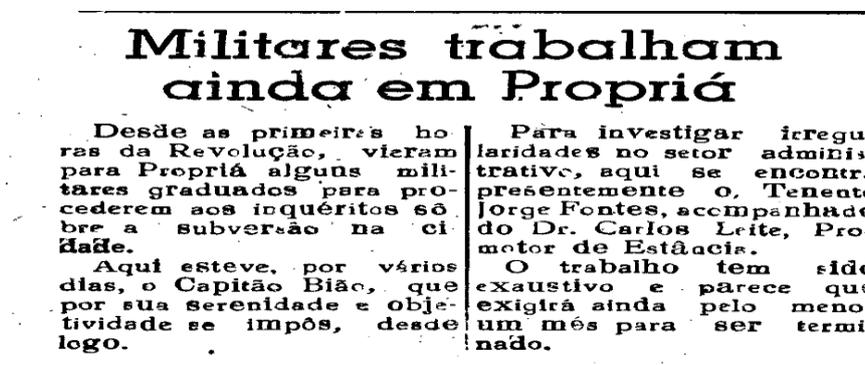


Figura 4. Jornal A Defesa, 13 de Junho de 1964, Ano XXXII, Nº424, p. 4.

A menção acima é feita à presença de militares do interior do Estado, mais precisamente na cidade de Propriá, praticando uma das atividades mais recorrentes no período da ditadura: a instalação de IPMs (Inquéritos Policiais Militares). Esses inquéritos eram impetrados a pessoas que tinham atitudes consideradas subversivas e tornaram-se uma maneira do regime perseguir seus opositores, constituindo-se assim em uma das formas de repressão utilizadas pelos militares.

Nos anos seguintes, a presença dos militares em outras localidades também foi veiculada nos jornais, a exemplo da notícia abaixo que destaca a visita destes a cidade de Lagarto, região centro-sul do Estado de Sergipe. Nessa nota percebemos que o motivo da visita foi à avaliação da administração municipal e das corporações instaladas na cidade.

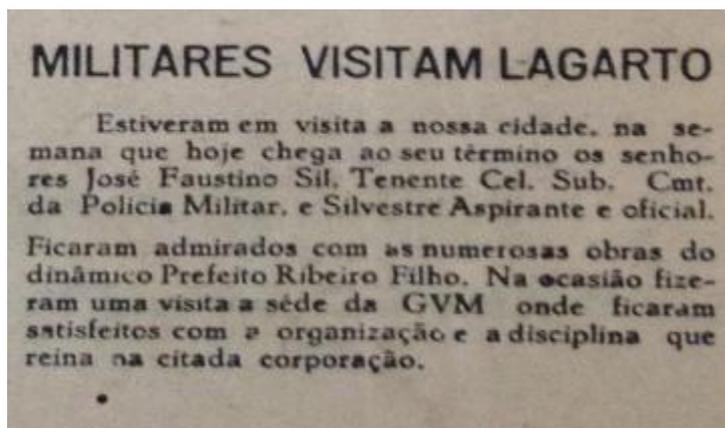


Figura 5. A Voz de Lagarto. 16 de Janeiro de 1966, p. 1.

Podemos perceber que Sergipe se insere no circuito de acontecimentos nacionais e que não esteve excluído de toda violência e censura perpetrada pelo regime militar aos meios de comunicação. O que certamente não exclui suas especificidades.

2.3. A Igreja Católica durante a ditadura civil-militar em Sergipe.

A matéria a seguir demonstra claramente o posicionamento assumido pelo clero sergipano frente aos acontecimentos de 1964, que culminaram numa ditadura civil-militar de 21 anos. Cabe ressaltar que se tornou lugar comum entre a sociedade civil, a ideia de que o golpe de Estado iniciado em 31 de março e concretizado no dia seguinte, 01 de abril de 1964 consolidaria a democracia brasileira. O principal objetivo divulgado era afastar o perigo do comunismo que rondava a sociedade de forma alarmante, doravante “(...) *crecia o receio e temor de amplos setores organizados da sociedade civil, do clero católico e das forças armadas de uma eminente desorganização social, política e econômica*” (CANCIAN, 2011, p. 40). E nessa empreitada a Igreja Católica uniu-se aos militares.

- Consolidar a Democracia -

Em face dos acontecimentos que envolvem a Nação, cumpre-nos, como órgão católico de divulgação, externar o nosso pensamento que julgamos ser o mesmo de todos os bons brasileiros. No afã de arrumar palavras para expressá-lo, achamos por bem fazer nossas, com a devida vênia, as palavras que a respeito escreveu um diário da capital alagoana:

«Regozijo-nos, patriotas.
Regozijo-nos, democratas.
E sejam os nossos votos no sentido de que a beleza de tão impressionante vitória, algo não sobrevenha, que tenhamos de deplorar — algo capaz de nos ferir o sentimentalismo sempre presente, mesmo em ocasiões como esta, em cada um de nós — ainda que persuadidos estejamos de que muito pior, muito de mais doloroso, de mais pungente e atroz estaria reservado para nós outros, patriotas e democratas, se acaso fôssem os verdadeiros triunfadores aqueles que ora vemos derrotados.

Não sirva nunca de pretexto para excessos nem injustiças contra os vencidos — a despeito de tudo patrióticos nossos — o rigor da vigilância que, em nome da preservação das instituições reconquistadas, pretendem exercer os vencedores.

Não procurem a violência e a vingança — que apenas transformam culpados em mártires — macular a nobreza das intenções em que se inspiraram os nossos grandes líderes democratas quando, com tanta bravura se dispuseram a empreender a batalha.

A hora que vivemos é propícia à restituição da tranquilidade e da paz ao seio da família brasileira, mediante a certeza de que o regime está mesmo salvo e funcionando com toda a pujança de suas características democráticas.

E a certeza dessa tranquilidade e dessa paz a todos por demais gratas e por todos igualmente sonhadas — convenhamos — não será completa, nem autêntica, se apenas assegurada a uma parte da comunidade brasileira.

Que Deus ilumine a consciência dos homens que acabam de reconduzir o Brasil à verdadeira triunfo do seu glorioso destino de modo que não permitam eles se fundamente no desassossego das famílias de quantos foram derrotados o contentamento de todos aqueles que exultam com a vitória.

Toda a vigilância possível deve ser, evidentemente, exercida em defesa e no resguardo do regime ora reconquistado, sem que, da parte dos que o salvaram, se tivesse jamais registrado o propósito de derramamento de sangue.

Celebre-se, pois o triunfo, consolidado-se portanto, a vitória sem cometer o erro de criar condições para que abominem ainda mais agora aqueles que tanto fizeram por derrubá-lo.

E tributemos todos nós o preito de gratidão de que se fazem nesta hora, mais uma vez credores pelo seu patriotismo e pela sua bravura, jamais desmentidas, as gloriosas Forças Armadas deste País grande País.

E a todos os Governos Estaduais que desaluta participaram, com o seu apelo oportuno e tão valioso asseguremos também o nosso reconhecimento,

Figura 6. Jornal A Defesa, 15 de abril de 1964, p. 2.

A matéria destacada, veiculada pelo jornal *A Defesa*, periódico oficial da Diocese de Propriá, nos dá a dimensão da postura da Igreja frente ao regime militar instaurado em 1964.

Vejamos alguns trechos:

A hora que vivemos é propícia à restituição da tranquilidade e da paz ao seio da família brasileira, mediante a certeza de que o regime está mesmo salvo e funcionando com toda a pujança de suas características democráticas. (A DEFESA, 15 de abril de 1964, p. 2).

E acrescenta:

E tributemos todos nós o preito de gratidão de que se fazem nesta hora, mais uma vez credores pelo seu patriotismo e pela sua bravura, jamais desmentidas, as gloriosas Forças Armadas deste país. Grande País. (A DEFESA, 15 de abril de 1964, p. 2.).

Podemos perceber o tom de reverência e de gratidão, explícito na notícia. Foi ressaltada a importância do ato dos militares ao salvar o país do comunismo, restaurando a tranquilidade imprescindível à coletividade e também a saudação as Forças Armadas pela vitória na empreitada. Dessa forma, não há como ignorar que uma parcela do episcopado brasileiro acreditava ser o regime um bem necessário à sociedade corrompida daquele momento e que se encontrava sobre ameaça constante do comunismo e de sua ideologia que os princípios cristãos julgavam ser de caráter ateu. Assim, a Igreja Católica em Sergipe também se alinhou as aspirações do regime militar.

Em Sergipe, o clero também não escapou da dubiedade de posicionamentos existentes em âmbito nacional, conforme mencionamos no capítulo anterior, frente ao regime militar instituído em 1964. Houve posturas favoráveis e contrárias, assim como houve em um primeiro momento uma tendência a apoiar o golpe, o que não quer dizer que dentro desse apoio não houvesse também dissensões.

As Marchas com Deus pela Família e pela Liberdade que aconteceram em âmbito nacional, também se fizeram existir em Sergipe. Um movimento que levou as ruas manifestantes católicos que protestavam contra o governo nacionalista de João Goulart, ao qual atribuíam um viés *comunizante* que conduziria o país ao aniquilamento dos valores morais e religiosos. Dessa maneira, em defesa dos tradicionais valores cristãos, parte da comunidade católica brasileira evidenciou e legitimou uma organizada campanha para derrubar o presidente Jango.

Em Sergipe, essas marchas ocorreram na capital e também no interior. Em Aracaju é mencionada pelo menos a realização de duas delas, no mês de maio de 1964 (vide reportagem abaixo). Segundo Dantas (2014, p. 47), no interior as marchas foram realizadas também nos municípios da Barra dos Coqueiros, Propriá, Laranjeiras, Itabaiana, entre outros.

Vejamos trecho da reportagem:

Em Aracaju, realizaram-se já duas passeatas, sendo a primeira no dia 14, saindo da frente da Assembleia Legislativa, na Praça Fausto Cardoso, e encerrando-se em frente à Catedral Metropolitana, após percorrer diversas ruas, sendo então celebrada missa campal. [...] O segundo desfile verificou-se no dia 26 desta, começando da Igreja Matriz de São José, na Praça Tobias Barreto, encerrando-se ainda desta vez em frente à Catedral Metropolitana, após percorrer diversas ruas. (Jornal A Semente, 12 de Maio de 1964, p.3).

Assim, o movimento das Marchas ofereceu as bases e a legitimação para o golpe em um contexto geral. Porém, conforme mencionamos no capítulo anterior, não podemos analisá-las isoladamente como um indicativo do apoio irrestrito da Igreja ao golpe militar, pois foi mínimo o número de membros do clero que apoiaram tais marchas segundo afirma o historiador Renato Cancian (2011, p. 38).

Em outra matéria veiculada no dia 15 de abril de 1964, pelo jornal *A Defesa*, são colocados os objetivos das Marchas da Família com Deus pela Liberdade:

E graças a Deus, são estes os propósitos que animam os nossos patrícios, responsáveis pela gloriosa revolução. Não haverá clima para futuras atividades comunistas, se assim for consolidada a vitória deste Estado Novíssimo.

Continue a proteger-nos a Virgem Maria.

E... para frente, Brasil Marcha, com Deus pela Liberdade dos filhos de Deus!(A Defesa, 15 de abril de 1964, p. 01- grifo nosso).

Novamente trazemos uma notícia que ressalta o caráter comemorativo e de regozijo pela vitória do que denominam como *revolução*. Desse modo, torna-se perceptível o posicionamento favorável ao regime que se instalava e mais ainda o alinhamento das Marchas com o aquilo que foi proposto como um dos principais ideais do regime: o combate ao comunismo.

Nos anos seguintes de vigência do regime (pós-64), podemos perceber na análise das notícias veiculadas por alguns dos jornais em circulação no Estado, que ano a ano o aniversário da “Revolução” era comemorado e o que mais consolida a presença da Igreja nesse campo era a realização de missas como forma de celebrar e enaltecer o feito dos militares.

Vejam os:



Figura 7. Gazeta de Sergipe, 01 de abril de 1965, p.6.

A matéria do jornal *Gazeta de Sergipe* destaca todo movimento de festividades que se desenvolveram durante o primeiro aniversário do regime na cidade de Riachão do Dantas. A programação conta com sessões solenes e desfile cívico, além de torneio de futebol e missa em ação de graças. Ressaltamos que o conjunto de tais comemorações visavam estabelecer um consenso entre a sociedade civil, perpetuar ou pelo menos prolongar a condição do poder em exercício, “*havia, assim, a preocupação de angariar apoio para a ‘revolução de 31 de março de 1964’, ao mesmo tempo que se demarcavam as posições na sociedade brasileira a respeito do regime militar vigente(...)*” (ALMEIDA, 2013, p.62). Nesse sentido, havia a

também a necessidade de estabelecer laços com determinados setores, evitando confrontos que seriam danosos para ambos, como era o caso da relação com a Igreja Católica.

Ano a ano o regime comemorava sua conquista, e nesse ínterim a Igreja sergipana não deixava de ter participação nos eventos festivos.



Figura 8. A Voz de Lagarto, 10 de abril de 1966, p.1.

O corpo da manchete acima trata às festividades alusivas a comemoração do 2º aniversário da Revolução, entretanto o que chama atenção é a descrição feita de como a missa realizada neste dia foi conduzida pelo vigário local.

Observemos transcrição de trecho:

Ao Evangelho pregou o Vigário, congratulando-se com o Presidente da República, o glorioso exército nacional, o Prefeito Ribeiro Filho lidimo precursor da revolução em terras sergipanas, dizendo o quanto há feito até o presente o Presidente Castelo Branco e se mais não fez no curto espaço de dois, era por ser de todo impossível dada a situação caótica que encontrou o Brasil ao assumir as rédeas de seu governo. (A VOZ DE LAGARTO, 10 de abril de 1966, p. 1).

Percebemos claramente a postura da Igreja diante do regime militar. Apesar de tratar-se de um caso específico, o comportamento do vigário de Lagarto, Monsenhor Jason, pode ilustrar um contexto nacional, já salientado por nós, de alinhamento as premissas ditatoriais. O que reafirma nossas asseverações de que nos anos iniciais do regime, principalmente até 1968 – ano de instalação do AI-5 - grande parcela dos prelados brasileiros esteve alinhada aos ideais dos governos militares e mais ainda, os saudavam como heróis revolucionários que

teriam salvado o país do comunismo para conduzi-lo a democracia conservando assim os tradicionais valores cristãos.

Para demonstrar que o caso relatado em Lagarto não é um fato isolado, até mesmo dentro do próprio Estado de Sergipe, trazemos outra notícia veiculada por outro jornal sergipano e em ano diferenciado.

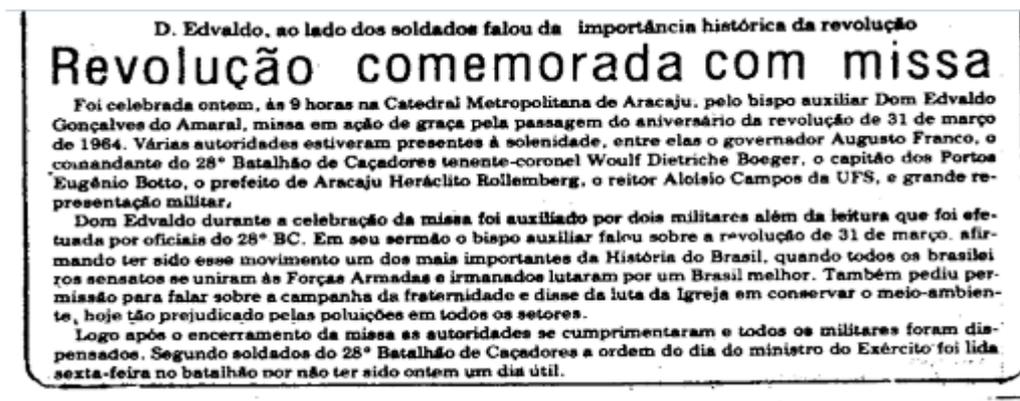


Figura 9. Jornal de Sergipe, 1 e 2 de Abril de 1979, p.3

A referida nota dá conta da realização de missa em saudação ao 15º ano de aniversário da “Revolução”, realizada na Catedral Metropolitana em Aracaju. O fator excêntrico da notícia fica por conta do anúncio da presença de dois militares auxiliando o bispo na condução da missa, visto que tal tarefa não faz parte das incumbências de tal setor.

Vale frisar que o início do período ditatorial coincide com a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965) que também foi destaque na imprensa sergipana, pois contou com participação de religiosos que aqui atuavam¹⁹. Esse Concílio foi de extrema importância para os rumos que a Igreja no Brasil tomaria nos anos seguintes, pois ao buscar pôr em prática suas conclusões, os bispos esbarravam no método violento e abusivo de condução do regime militar. O Vaticano II também foi de sua importância para o papel que a Igreja Católica passou a assumir diante de questões sociais.

¹⁹ Participaram das reuniões conciliares ocorridas ao longo dos anos de 1962 a 1965 – Dom José Vicente Távora (Arcebispo de Aracaju), Dom José Bezerra Coutinho (Bispo de Estância), Dom José Brandão de Castro (Bispo de Propriá), Dom Nivaldo Monte (Bispo auxiliar de Aracaju). Este último fora o único que não participara das quatro reuniões do Concílio, pois na ocasião da primeira reunião (1962) ainda não exercia a função de bispo auxiliar de Aracaju, fato que só se consolidara em 1963.

Em 1968 foi realizada a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín na Colômbia. A proposta do II CELAM, formalizada em 1966, foi uma iniciativa de Dom Manuel Larraín Errazuriz, bispo de Talca no Chile²⁰ e então presidente do Conselho, em colaboração com Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, com o objetivo de operacionalizar as conclusões do Concílio Vaticano II na América Latina. A proposta foi aceita pelo Papa Paulo VI que convocou a Conferência de Medellín com a temática: *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II*. Para Silva “foi a estruturação do CELAM que permitiu, logo após o Concílio Vaticano II, a realização da conferência de Medellín” (2003, p.85). Com o falecimento de Dom Manuel em 22 de junho de 1966 por consequência de um acidente automobilístico, assumiu a presidência do CELAM o então Arcebispo de Teresina-PI Dom Avelar Brandão Vilela.

Medellín também foi um marco no que concerne ao tratamento das questões sociais por parte da Igreja. O evento conclamou para que o Episcopado Latino-americano não ficasse indiferente diante da miséria cruel que se abatia sobre grande parte a população. Em suas orientações pastorais defendeu que:

(...) a Igreja da América Latina seja evangelizadora e solidária com os pobres, testemunha do valor dos bens do Reino e humilde servidora de todos os homens de nossos povos. Seus pastores e demais membros do Povo de Deus não de dar à sua vida, suas palavras, suas atitudes e sua ação, a coerência necessária com as exigências evangélicas e as necessidades dos homens latino-americanos²¹.

Em âmbito nacional, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou um documento em 1970, fruto da sua XI Assembleia Geral, onde se posicionava como contrária às violências que vinham sendo praticados pelo regime.

Não podemos admitir as lamentáveis manifestações da violência, traduzida nas formas de assaltos, sequestros, mortes ou quaisquer outras modalidades de terror. Pensamos primeiramente no exercício da JUSTIÇA, que, sinceramente, cremos estar sendo violentado, com frequência, por processos levados morosa e precariamente, por

²⁰ Para maiores informações a Diocese de Talca ver: <http://www.diocesisdetalca.cl/diocesis/resena-historica>. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

²¹ Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. Conclusões de Medellín, 6ª Edição. São Paulo: Edições Paulinas, 1987. p. 65. Disponível em: <http://www.cpalsj.org/wp-content/uploads/2013/03/Medellin-II-CELAM-1968-POR.pdf>. Acesso em: 15 jul/2017.

detenções efetuadas em base a suspeitas ou acusações precipitadas, por inquéritos instaurados e levados adiante por vários meses, em regime de incomunicabilidade das pessoas e em carência, não raro, do fundamental direito de defesa. Seríamos omissos se não frisássemos, neste momento, nossa posição firme contra toda e qualquer espécie de tortura. (Documento da Décima Primeira Assembleia Geral da CNBB, SEDOC, 3 (1970-1971): 85-86 APUD MAINWARING, 2004, p. 130).

A mudança de mentalidade de parte do clero brasileiro pôde começar a ser percebida, à medida que várias denúncias foram eclodindo na sociedade civil de violências que vinham sendo praticadas por partidários do regime. As perseguições a membros do episcopado, aos líderes dos movimentos católicos como o MEB (Movimento de Educação de Base) e a Ação Católica também foram um dos principais motivos para a virada oposicionista ao regime militar. A ocorrência de prisões e torturas marcadas pela arbitrariedade feriam os princípios cristãos da dignidade humana.

As décadas do regime militar em Sergipe foram marcadas desta maneira, pela atuação destacada de dois religiosos que deixaram seus nomes na história do Estado atuando de formas diversificadas, em variados âmbitos da vida social e religiosa. São eles: Dom José Vicente Távora, Arcebispo de Aracaju e Dom Luciano Cabral Duarte, Bispo de Aracaju. De acordo com Dantas (2015), esses dois religiosos foram à expressão mais nítida da divisão que reinava no clero sergipano.

Uma ala mais ligada ao Bispo auxiliar, D. Luciano Cabral Duarte, zeloso cooperador do Estado Autoritário, revelou-se simpatizante da nova ordem. [...] A outra ala, vinculada ao arcebispo D. José Vicente Távora, recebeu o movimento como um grande retrocesso político. (DANTAS, 2014, pp. 39-40).

Nos anos iniciais do regime militar, o clero sergipano, apesar de manter nomes que se posicionavam contrários ao regime, assumia uma postura nacional ao alinharem-se as ideias de libertação da sociedade do “*mal comunista*”. Quando afirmamos uma postura nacional embasamo-nos na historiografia, principalmente nas obras de SERBIN (2001), NASCIMENTO (2008), GOMES (2014) os quais concordamos com seus escritos.

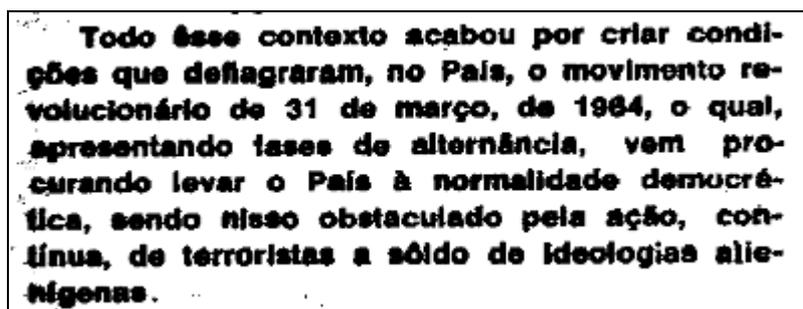
O editorial do jornal *A Cruzada*, periódico criado pela Diocese de Aracaju, do dia 25 de abril de 1970 reitera a postura apoiadora ao regime dos bispos sergipanos, ao salientar que

“(…) é evidente que o governo brasileiro, diante de fatos consumados de subversão e terrorismo, não pode cruzar os braços uma vez que lhe compete defender a tranquilidade e família brasileira” (A CRUZADA, 25 de abril de 1970, p.1). O jornal reitera assim, a necessidade de o governo agir para manter a ordem e os princípios cristãos.

O editorial faz ainda uma crítica veemente à ação esquerdista revolucionária desenvolvida por guerrilheiros a partir de fins da década de 60, onde uma onda de sequestros, mortes, assaltos a bancos foi posta em prática na tentativa desesperada de cessar o regime. Particularmente, esta matéria condena o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick no Rio de Janeiro em 1969²².

O posicionamento favorável ao regime militar da notícia mencionada abaixo é ainda atribuído ao seu empenho em garantir a democracia no país.

Vejamos outro trecho:



Todo esse contexto acabou por criar condições que deflagraram, no País, o movimento revolucionário de 31 de março, de 1964, o qual, apresentando fases de alternância, vem procurando levar o País à normalidade democrática, sendo nisso obstaculado pela ação, contínua, de terroristas a soldo de ideologias aliegnas.

Figura 10. Jornal A Cruzada, 25 de abril de 1970, p. 1.

Percebemos então, o quanto a Igreja em Sergipe também estava engajada na luta de contra o “perigo vermelho”. Havia dessa forma, entre o episcopado brasileiro uma nítida aversão ao comunismo, assim, concordava-se com o golpe como forma de reestabelecer os princípios democráticos e evitar a ascensão de tal regime comunista.

Em que pesem tais considerações sobre a participação da Igreja Católica em Sergipe nos acontecimentos que envolveram a instauração e vigência do regime militar, nos cabe mais uma vez salientar que esta instituição e a sociedade como um todo não ficaram inunes a tais

²² Sobre esse acontecimento ver “Os Estados Unidos: um embaixador sequestrado e algumas reflexões”. In: SKDIMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Trad. Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 203-210.

eventos, entretanto sabemos que nem sempre foi possível vislumbrar uma postura nítida, seja ela favorável ou contrária.

2.4. Dom Távora e Dom Luciano: especificidades do episcopado sergipano.

Para compreendermos a dubiedade de posicionamentos do clero sergipano apontada por Ibarê Dantas (2014), torna-se necessário um breve espaço para apresentar aqueles que segundo o autor eram os personagens principais deste enredo: Dom Távora e Dom Luciano Duarte.

Dom José Vicente Távora nasceu em Orobó, Pernambuco, em 19 de julho de 1910. Filho de Severino da Silveira Távora e Antônia de Albuquerque Távora.

Estudou no Seminário Menor de Nazaré da Mata, Pernambuco, posteriormente foi enviado ao Seminário Maior de Olinda. Foi ordenado sacerdote pelo Bispo da Diocese de Nazaré da Mata, Dom Ricardo Ramos de Castro Vilela (1919-1946), no dia 6 de maio de 1934, aos 23 anos de idade (NASCIMENTO, 2008, p.30).

Em 1954 fora nomeado Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro e em 1957, Bispo de Aracaju²³, em substituição a Dom Fernando Gomes transferido para Goiás. A frente da diocese desenvolveu uma atividade dinâmica tendo sido responsável pela “(...) *criação da Rádio Cultura de Sergipe, fundação do MEB (Movimento de Educação de Base), construções e organização do Centro de treinamento da Arquidiocese, ampliação do SAME [...]*” (A Cruzada, 04 de abril de 1970, p.3). Participou da realização do Concílio Vaticano II e por sua atuação destacada junto aos operários sergipanos na luta por melhores condições de trabalho ficara conhecido como “O Bispo dos Operários”.

²³ A Diocese de Aracaju foi fundada em 03 de janeiro de 1910 e teve como primeiro bispo Dom José Thomaz (1911-1948), sucedido por Dom Fernando Gomes (1949- 1957), em seguida o bispado é concedido a Dom Távora (1958-1970).



**Figura 11. Dom José Vicente Távora.
(Acervo da Arquidiocese de Aracaju)**

Neste contexto de atuação social cabe-nos ressaltar a sua amizade com Dom Helder Câmara, maior nome nacional no campo religioso envolvido na luta por causas sociais durante o período ditatorial. Isaías Nascimento (2008) destaca que Dom Távora era a inspiração de muitos projetos desenvolvidos por Dom Hélder e que ambos assumiram o compromisso de “(...) *estar dispostos a sofrer todo tipo de perseguições, críticas jornalísticas, acusações mentirosas, de tudo de ruim que possa acontecer, mas não iriam se desviar do compromisso social*” (NASCIMENTO, 2008, p.24). A concordância com os ideais de Dom Hélder fez de Dom Távora, um dos nomes de destaque na luta pelas causas sociais dentro da Igreja sergipana.

Em 30 de abril de 1960 seria criada a Província Eclesiástica de Aracaju, desmembrando-a da Província Eclesiástica de Maceió- AL.

Elevou a capital de Sergipe, Aracaju, a sede Arquiepiscopal, tendo Dom Távora como seu primeiro Arcebispo e administrador das duas dioceses recém-criadas, Própria e Estância. A Diocese de Propriá, localizada ao norte do Estado, recebeu a notícia da nomeação do Pe. José Brandão de Castro, missionário redentorista, mineiro, Vigário da Paróquia de São José em Belo Horizonte, Minas Gerais, como seu primeiro bispo. E a diocese de Estância, localizada ao sul do Estado, foi informada da nomeação de Mons. Francisco de Assis Portela, Vigário da Paróquia de Maranguape, Ceará, que renunciou ao episcopado antes de ser sagrado. (NASCIMENTO, 2008, p.83-84 - grifo nosso).

Durante o período militar, segundo afirma Dantas (2014), Dom Távora destacou-se por seu posicionamento contrário ao regime e passou a sofrer com perseguições, ameaças e constante vigilância.

Dom Távora passou a ser responsabilizado pelos programas do MEB que incentivavam a luta de classes, gerando indisposições do patronato insatisfeito. Com a ascensão dos militares, o Arcebispo teve seu campo de ação restringido. Foi convidado a depor no Quartel e hostilizado de várias maneiras pelas novas forças emergentes (DANTAS, 2014, p. 232).

Na outra extremidade da divisão que segundo Ibarê Dantas (2014), se delineava no seio da Igreja em Sergipe estava Dom Luciano Cabral Duarte. Filho de José de Góes Duarte e Célia Cabral Duarte nasceu em 21 de janeiro de 1925 em Aracaju - SE. Formou-se em Humanidades no Seminário Menor Sagrado Coração de Jesus e iniciou sua formação sacerdotal no Seminário Provincial de Olinda (PE) concluindo em São Leopoldo (RS). Em 04 de agosto de 1947 tornou-se diácono e em 18 de janeiro de 1948 ordenou-se padre na Catedral Metropolitana da capital sergipana.



Figura 12. Dom Luciano Cabral Duarte.
(Acervo da Arquidiocese de Aracaju).

Exerceu a função de diretor do Seminário Menor de Aracaju onde deu início a sua carreira docente. Também foi diretor e colunista do jornal *A Cruzada*, e entre os anos de 1954 e 1957 estudou em Paris onde recebeu o grau de Doutor em Teologia, feito que viera reforçar o seu nível de conhecimento e intelectualidade. Atuou ainda como diretor e professor da FAFI

(Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe) dando grande contribuição ao ensino superior sergipano.

Foi consagrado Bispo em outubro de 1966, durante a vigência do regime militar, e neste mesmo ano, nomeado Bispo Auxiliar de Aracaju. Em 1968, no auge do período ditatorial, Dom Luciano Duarte foi nomeado membro do Conselho Federal de Educação.

Na década de 70 do século passado, várias atividades marcaram sua trajetória. Podemos enumerar algumas delas: foi eleito membro do Conselho Diretor Nacional do Movimento de Educação de Base – MEB e, logo em seguida, tornou-se seu presidente; tomou posse na Academia Sergipana de Letras, ocupando a cadeira nº 18; (...) foi eleito presidente do Departamento de Ação Social do Conselho Episcopal Latino Americano – CELAM; (...) criou o Museu de Arte Sacra de São Cristóvão/SE, através de convênio celebrado entre Estado, a Universidade Federal de Sergipe e Arquidiocese de Aracaju. (LIMA, 2009, p. 11)

Sua nomeação para Arcebispo Metropolitano se deu no início da década 70 após o falecimento de Dom José Vicente Távora.

Na manhã de 3 de abril de 1970, faleceu Dom Távora, vitimado pelo terceiro infarto. O Cabido Arquidiocesano elegeu Dom Luciano para Vigário Capitular. Um ano depois, 12 de fevereiro de 1971, o Papa Paulo VI o nomeia arcebispo metropolitano, através da Bula “Cum Universae Ecclesiae”. Recebeu o báculo arquiépiscopal das mãos do Núncio Apostólico, D. Humberto Mossoni. (MEDINA, 2015, p. 149).

Sobre a atuação desses dois religiosos durante o regime militar é possível destacar que tiveram posturas opostas. Enquanto Távora era perseguido e vigiado, o outro atuava na instância federal ocupando cargo concedido pelo Governo. Se Dom Távora alinhava-se ao posicionamento de Dom Hélder Câmara de questionamento das violências e injustiças cometidas pela ditadura, Dom Luciano calava-se e possivelmente aceitava.

Para Eduardo Augusto Santos Silva (2017), as relações entre Dom Távora e Dom Luciano não eram de total discrepância conforme salienta Dantas (2014), pois a obediência à hierarquia católica de ambos, não permitiu. Silva (2017) afirma que as relações entre os dois

religiosos eram de sintonia, pelo menos quando se falava na implantação das ideias do Concílio Vaticano II em Sergipe. Para este historiador as diferenças giravam em torno do fato que:

A diferença é que Dom Távora, embora fosse o Arcebispo era um “estrangeiro” em Aracaju, não conseguindo a mesma mobilidade ou diálogo entre os campos religioso, social, educacional e intelectual que Dom Luciano possuía na sociedade aracajuana, apesar que, nessa época, Dom Távora tinha mais prestígio a nível nacional que Dom Luciano por seus trabalhos no MEB. Dessa forma, quando Dom José Távora chega a Aracaju e se torna seu 3º bispo em 1957, o então pe. Luciano Duarte já apresenta um sólido tecido social local, que viria a se expandir mais a nível nacional com suas publicações na revista *O Cruzeiro*. (SILVA, 2017, p. 131)

Nossas pesquisas não nos conduziram a aprofundar os termos da relação entre Dom Távora e Dom Luciano. Entretanto, apontam para o fato de que este último chegou a denunciar a postura oposicionista de outros religiosos diante do regime. Respalamos nossas afirmações, embasados por fontes disponíveis no acervo da Comissão da Verdade - sessão Sergipe.

O documento, que dispomos por completo em anexo ao final deste trabalho, produzido pelo Serviço Nacional de Informações traz um relatório de denúncias feitas por Dom Luciano Duarte ao Núncio Apostólico do Brasil no período, Dom Carmine Rocco, sobre o comportamento de Dom Hélder Câmara em uma de suas visitas a Sergipe. O conteúdo do documento é descrito da seguinte forma:

1. Em documento sigiloso, dirigido ao Núncio Apostólico do BRASIL, D. LUCIANO CABRAL DUARTE, Arcebispo de ARACAJU/SE, denunciou a participação de D. HÉLDER CÂMARA em "ato público" de desagravo a Igreja de PROPRIA/SE, realizado, na Capital sergipana, no dia 17 Ago 80.
2. A restrição de D. LUCIANO deveu-se ao caráter "nitidamente político-partidário" dado ao evento em área de sua responsabilidade pastoral.

Justificou aquele prelado que os participantes epitetaram o regime de "ditadura" e pregaram a necessidade de união dos camponeses, operários e estudantes com vistas à "derrubada do regime".

(Documento AC_ACE_10096_80.p. 2. 02 de setembro de 1980. Acervo Comissão Estadual da Verdade - Paulo Barbosa de Araújo).

De acordo como o conteúdo do relatório, observa-se que Dom Luciano Duarte, Arcebispo de Aracaju no período, demonstra uma postura conservadora diante das atitudes de Dom Hélder e da Diocese de Propriá. Cabe destacar que a Diocese de Propriá e o seu bispo Dom José Brandão de Castro viviam um período de dificuldades desencadeado pelo envolvimento em causas sociais na região, fato que despertou a atenção dos militares como também de setores do clero que se opunham a tal postura.

Ademais, o documento demonstra ainda o posicionamento de Dom Luciano de não questionar o regime vigente. Na carta enviada a Dom Carmine Rocco, em anexo no documento, recrimina o ato que foi realizado em desagravo a Diocese de Propriá, que conforme mencionamos sofria represálias por sua atuação social junto à população carente.

Observemos trecho:

Ontem, o tal "Ato Público" teve uma conotação nitidamente político-partidário, e uma pessoa presente me informa que os discursos tiveram um tom ainda mais agressivo do que o que aparece no recorte de jornal que envio a Vossa Excelência. Além de falarem várias vezes de "ditadura", foi afirmado que o caminho era a "derrubada do regime". Falou-se ainda na necessidade da união dos camponeses, dos operários e dos estudantes'. (Documento AC_ACE_10096_80.p. 2. 02 de setembro de 1980. Acervo Comissão Estadual da Verdade - Paulo Barbosa de Araújo).

A partir disso, percebemos que Dom Luciano alinhava-se aos setores do clero que combatiam a atuação social dentro ou a partir da Igreja. É relevante enfatizarmos que se vivia um período pós-conciliar e que, conforme já afirmamos, a Igreja Católica buscava uma aproximação mais enfática com o social, entretanto essa renovação não se estendia a todo o clero. Posturas tradicionais e progressistas disputavam espaço no seio da Igreja.

De acordo com Severino Vicente da Silva (2014), a denominação progressista advém de setores católicos de posturas tradicionais que não concordavam com o envolvimento da

Igreja com movimentos sociais, passando a definir os envolvidos em tais ações com este adjetivo. Assim:

Obviamente a palavra progressista é utilizada em contraposição a tradicional, sendo estes os que rejeitam o progresso no interior da Igreja e em suas relações com o mundo contemporâneo. Adequava-se um adjetivo - progressista – para designar os católicos que tinham uma ação social que extrapolava o assistencialismo, buscavam a transformação da sociedade e dialogavam com os setores sociais que pautavam suas ações pelas orientações marxistas (SILVA, 2014, p. 193).

Neste sentido Silva, defende que o progressismo não é algo que esteja nas raízes doutrinárias da Igreja Católica, sendo este o resultado do posicionamento de alguns prelados frente às causas sociais. A Igreja Católica no Brasil não seria deste modo, definida como progressista, ela apenas “*cumpriu um papel substitutivo das instituições políticas que foram silenciadas pelas baionetas*” (SILVA, 2014, p. 201). Essa instituição encaminhou-se para o progressismo ao assumir a luta contra os excessos da ditadura e por sua defesa enfática em prol dos direitos humanos.

Podemos inferir que em contraposição ao progressismo de seu antecessor, o episcopado de Dom Luciano foi marcado pelo tradicionalismo e/ou conservadorismo segundo as definições de Silva (2014). Serbin (2001, p. 280) define Dom Luciano como um “arquiconservador” e “simpatizante do regime”, posturas que o encaminharam a tornar-se um importante mediador das relações entre Igreja e Estado durante a vigência do regime, postulando por uma colaboração entre ambas as instituições.

Todavia, a postura de Dom Luciano necessita um trabalho a parte, diante da dimensão de sua atuação em Sergipe. Cabe-nos ressaltar que esse conservadorismo de Dom Luciano se contrapõe até mesmo a suas próprias ações. A PRHOCASE (Promoção do Homem do Campo de Sergipe) é um desses dilemas. Criada em 1968, período em atuava como Bispo auxiliar de Aracaju, tinha como objetivo promover assistência ao homem do campo. Tratava-se da compra de fazendas e sua distribuição sem ônus entre os camponeses para retirarem destas, sua agricultura de subsistência. Se contestava a atuação social de religiosos, a exemplo de Dom Brandão, o porquê ele próprio desenvolveu esse tipo atividade de apoio aos trabalhadores rurais? Esses e outros questionamentos não serão respondidos neste trabalho, pois vão além de nossos objetivos.

Segundo Dantas (2014), com a morte de Dom Távora as relações da Igreja Católica em Sergipe com o regime militar “*passaram a fluir sem as dificuldades de antes*” (2014, p.237). Entretanto, não partilhamos totalmente dessa tese, acreditamos que ela se aplique melhor as relações entre a Arquidiocese de Aracaju, sob o comando de Dom Luciano, e o Governo do que a toda Igreja em Sergipe, pois em meio a essa dualidade de posturas vislumbramos um terceiro elemento que viria a incrementar o campo da ação social e de questionamento da ordem vigente.

Dom José Brandão de Castro, primeiro bispo da Diocese de Propriá, destacou-se durante o período ditatorial por sua atuação em favor da reforma agrária e dos direitos humanos. Seu desempenho a frente da Diocese de Propriá chamou atenção das autoridades militares durante o regime ao ponto de ser acusado nacionalmente de comunista e “subversivo”. Será essa a temática que analisaremos no capítulo seguinte.

III

PEJA COMUNISTA: DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO, CONFLITO SOCIAL E A DITADURA CIVIL-MILITAR NA REGIÃO DO BAIXO SÃO FRANCISCO - SE.

Envolvido com a questão social, nos municípios pertencentes à Diocese de Propriá, Dom José Brandão de Castro se viu enredado em uma série de acusações pela realização de práticas comunistas feitas a partir do ano de 1977.

Em 20 de abril daquele ano, o bispo de Propriá depôs na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Sistema Fundiário no Brasil na condição de representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da região Nordeste. Na ocasião ressaltou, sobretudo a realidade vivida nos Estados da Bahia e Sergipe. Esse fato foi o estopim para toda a guerra midiática que se travaria nos meses seguintes entre defensores e acusadores de Dom Brandão.

Uma das edições que mais nos chamou atenção e que nos despertou o interesse pela temática abordada neste trabalho foi à publicada pelo jornal *A Defesa* em 13 de junho de 1977. Num total de 14 matérias publicadas, somente duas não fazem referência a Dom Brandão e às acusações de comunismo.

A manchete da edição de nº 620 de 13 de junho de 1977 traz a transcrição literal do depoimento de Dom José realizado no Congresso Nacional. Em suas declarações o Bispo de Propriá denuncia o crime de grilagem:

(...) A grilagem de terras se tornou um ato tristemente rotineiro, como mostramos em nosso relatório, e os conflitos se multiplicam em todo o Nordeste, provocados pelo grileiro, com seus capangas armados e pela ameaça explícita; pela pressão irresistível; pela falsificação de documentos, onde sempre se apresenta a triste convivência do nosso sistema medieval de cartórios e tabelionatos incompatíveis com uma concepção democrática de justiça, e por mil outras formas de fraude e coação. (Jornal *A Defesa*, nº620, 13 de junho de 1977, p.01).

A denúncia de Dom José contra os crimes de grilagem foi o marco para todas as acusações posteriores que o foram feitas. Os primeiros acusadores foram os deputados baianos Jairo Santo Sé e Stoessel Dourado²⁴. De acordo com matéria publicada na página 02

²⁴ Verbete biográfico. Ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/stoessel-de-oliveira-dourado>. Acesso em 31/10/17.

da edição nº620, Stoesel Dourado opôs-se a proposta de instalação de uma CPI para apurar as denúncias feitas por Dom Brandão no que se refere ao território da Bahia. Acusando-o de comunismo, o deputado baiano afirmou que “*a Igreja está cheia de comunistas*” (*A Defesa*, nº620, 13 de junho de 1977, p.02).

Toda a discussão travada na Assembleia Legislativa da Bahia foi relatada na notícia, que enfatizou os nomes dos que foram favoráveis e os contrários a instalação da CPI. O deputado Jairo Santo Sé foi mais enfático que seu colega de bancada parlamentar e afirmou com todas as palavras “*(...) o Bispo de Propriá é comunista*” (*A Defesa*, nº 620, 13 de junho de 1977, p.02).

O depoimento de Dom Brandão foi novamente lembrado para destacar as empresas e pessoas envolvidas com a grilagem que este denunciou. Faz-se ainda lembrar todo mal causado aos trabalhadores rurais e posseiros com a realização do ato criminoso. No final uma nova denuncia é feita, desta vez contra os interesses dos deputados que são contrários a CPI da grilagem. Acusasse-os de estarem agindo em benefício próprio, visto que entre eles encontravam-se pessoas que tinham feito suas riquezas através da prática de grilagem.

Percebemos que as denúncias feitas por Dom Brandão mexeram com os cenários políticos dos Estados da Bahia e de Sergipe, uma vez que os principais debatedores da veracidade ou não das afirmações feitas pelo bispo no Congresso são justamente os políticos de ambos os estados.

Ainda na página 02 destaca-se uma matéria publicada no jornal baiano *A tarde* no dia 12 de maio de 1977, assinada pelo jornalista Samuel Celestino que tece críticas as acusações feitas pelos dois deputados baianos. Celestino colocou em dúvida a existência de provas que respaldassem as acusações feitas pelos parlamentares ao Bispo de Propriá e os convidou a caso existissem tais provas, apresenta-las como assim o fez Dom Brandão em relação à grilagem.

Na página 03, ainda da edição nº 620, tem-se uma matéria sobre os políticos que defenderam Dom Brandão no Senado federal assim como no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa. Percebemos dessa maneira, que o debate não ficou somente restrito a âmbito estadual, mas que também alcançou a esfera nacional tanto no campo político como

mediático, já que as querelas também foram expostas na imprensa de circulação nacional, a exemplo de jornais como *O Globo*²⁵, *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*.

Uma das defesas de Dom Brandão que ganhou maior repercussão foi a feita pelo deputado federal sergipano José Carlos Teixeira²⁶ (MDB). Em discurso realizado na sessão do Congresso Nacional do dia 13 de maio de 1977, Teixeira traçou uma defesa ferrenha de Dom Brandão posicionando-se totalmente a favor do Bispo de Propriá e rendendo elogios a sua ação social e pastoral. Chamou a acusação de “descabida e irresponsável” e enfatizou a banalização da utilização do termo comunista.

Vejamos trecho:

(...) venho manifestar neste instante meu mais veemente protesto, porque esse Bispo, um mineiro a serviço de Sergipe, é homem culto, de a doutrina social da Igreja, pregando seus princípios desde os primórdios de sua existência. Acusação descabida e irresponsável como essa merece repulsa não só de minha parte, mas do MDB e dos sergipanos. D. José Brandão de Castro tem prestado a Sergipe relevantes serviços e, como afirmou o Cardeal Primaz da Bahia, “não é e nem pode ser comunista”. (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, Ano XXXII - Nº40, 14 de maio de 1977, p.55-56).

O depoimento de Teixeira repercutiu de forma positiva ganhando destaque em jornais como o *Estado de São de Paulo*, e sendo também transcrito na íntegra no jornal *A Defesa* na já citada edição nº620 (13 de junho de 1977, p.03). O deputado sergipano acrescentou ainda que as ações de Dom Brandão encontravam amparo na atuação da CNBB - Regional Bahia e Sergipe, estando dessa maneira alinhado aos princípios da Igreja Cristã Católica e não atrelado a práticas comunistas.

Alguns outros políticos começaram a posicionarem-se sobre as acusações feitas pelos deputados baianos. Em nota no *Jornal da Cidade* destacou-se o discurso de defesa proferido

²⁵ Ver matéria do Jornal: “prefeitos sergipanos vão pedir a saída de bispo”, *O Globo*, 08 de novembro de 1978. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019781108>. Acesso em 15 de novembro de 2017.

²⁶ Natural da cidade de Itabaiana-SE, José Carlos Mesquita Teixeira tinha como formação a contabilidade, mas foi na política que alcançou significativo alcance. Foi Deputado Federal por Sergipe em quatro mandatos e também Prefeito de Aracaju (1985-86) e Vice-Governador na primeira metade dos anos 1990. Em Sergipe, foi um dos fundadores do PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro).

pelo vereador de Aracaju Jonas Amaral (MDB), no qual caracterizava o bispo de Propriá como “*um legítimo defensor dos interesses dos humildes*” (JORNAL DA CIDADE, 17 de maio de 1977, p.2).

Em documento encontrado na Comissão Estadual da Verdade também identificamos referências à defesa impetrada por Jonas Amaral a Dom Brandão. O documento de nº 031/79 nas páginas 21 a 23 cita a repercussão midiática da defesa proferida pelo vereador, destacando a edição do *Jornal da Cidade* acima referida. O documento também relata que de acordo com o boletim da Diocese de Propriá, Jonas do Amaral aparece entre aqueles que apoiaram Dom Brandão em seu depoimento contra a grilagem.

O mesmo documento acrescenta ainda que em sessão realizada na Câmara Municipal de Aracaju no dia 28 de outubro de 1977, o vereador Jonas novamente saiu em defesa do Bispo de Propriá ao criticar o presidente da CODEVASF por acusá-lo de práticas comunistas. Vejamos:

02 Mai 78	ASV/SNI	- Em 28 Out 77 o NOMINADO, em sessão plenária realizada na Câmara Municipal de ARACAJU/SE, criticou o Presidente da / CODEVASF por haver acusado o Bispo de PROPRIA/SE de Comunista, alegando que o objetivo de Dom JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO / "era defender os interesses dos menos / afortunados e corrigir injustiças". Tal pronunciamento foi réplica do anteriormente proferido pelo Deputado emedebista JACKSON BARRETO LIMA, ua AL/SE. (REF:-TX.nº1767/100/ASV/77, de 01 Nov - ACE nº 3329/77).
-----------	---------	--

Figura 13. Documento nº 031/79, 20 de março de 1979. p.23. Acervo Comissão Estadual da Verdade- Paulo Barbosa de Araújo.

No dia seguinte o *Jornal da Cidade* publicou novas notas de defesa. A primeira menção é feita ao deputado Guido Azevedo, líder do MDB em Sergipe no ano de 1977. Segundo a notícia, Guido afirmava que a ação de Dom Brandão “*não pode e não deve ser confundida com o comunismo, pois ele nada mais faz do que lutar por uma justiça social legítima*” (*Jornal da Cidade*, 18 de maio de 1977, p. 2). Na condição de líder do partido, o deputado afirmou ser a bancada emedebista solidária ao bispo de Propriá.

Outra notícia veiculada na mesma edição traz um título interessante, “Dedos duros, caça as bruxas, a indústria do anticomunismo”. Desta vez é o deputado Jackson Barreto a voz a levantar-se em favor de Dom Brandão, e a acusar a mídia pela perseguição aos bispos,

considerando existir uma indústria do anticomunismo disposta a desenvolver uma verdadeira caça as bruxas nos moldes macarthista²⁷ como o título da matéria antecipa.

O jornal *Gazeta de Sergipe* também repercutir as defesas feitas por políticos sergipanos a Dom Brandão. Em edição que circulou no dia 18 de maio de 1977 (p.01), destacou na manchete “Bispo de Propriá defendido na Assembleia”, os posicionamentos já mencionados dos deputados Guido Azevedo e Jackson Barreto.

Podemos perceber neste contexto que as discussões promovidas em torno das ações de Dom Brandão foram alçadas ao contexto político, suscitando assim posicionamentos divergentes dentro do campo da política partidária sergipana e brasileira.

Ao jornal *Tribuna do Aracaju*, Dom Brandão concedeu entrevista publicada no dia 22 de maio de 1977. A seu favor, disse firmemente em resposta a pergunta de como ele estaria reagindo às acusações:

Eu me conservo, plenamente, tranquilo porque diante de Deus e do mundo eu posso declarar que não sou comunista. Essas reações, porém me causam uma profunda estranheza. A mim, me parece que o pessoal não devia, assim, se escandalizar com minhas palavras na comissão parlamentar de inquérito, mas devia se escandalizar com os fatos que minhas palavras procuraram, palidamente, descrever (...). (*Tribuna de Aracaju* apud *A Defesa*, 13 de junho de 1977, P.04).

Observamos que Dom Brandão foi categórico em suas afirmações, pois para ele não havia como suas ações serem vistas ou entendidas dentro de um contexto comunista, tal acusação era inconcebível. Assim o bispo defendeu veemente que não era e nunca havia sido um defensor ou propagador de tal doutrina.

Setores da Igreja Católica também se posicionaram contrários às acusações sofridas por Dom José. O Arcebispo da Bahia Dom Avelar Brandão Vilela emitiu nota a imprensa onde afirmou que “*Dom José Brandão de Castro não é comunista. Pode-se discordar de suas posições, mas não se pode ferir a autenticidade de seu cristianismo*” (*Mensageiro* apud *A Defesa*, 13 de junho de 1977, p. 04). Vê-se nas palavras do Arcebispo a incompatibilidade estabelecida entre os termos cristão e comunista. Não se pode ser cristão e assumir práticas

²⁷ O macarthismo constituiu-se como uma campanha de perseguição aos comunistas nos Estados Unidos nos anos de 1950, tal como a “caça as bruxas” um movimento que teve início no século XV e perdurou até o século XVIII. A referência se faz pelo fato de que as delações de supostos comunistas era a principal arma do macarthismo, assim como o era no processo de caça as supostas bruxas.

comunistas, pois a Igreja Católica é totalmente contrária aos princípios desta ideologia, uma vez que o comunismo defende o ateísmo.

No dia 15 de agosto de 1977, o jornal *A Defesa* publicou transcrição da mensagem de Dom Mathias Schmidt bispo da Diocese de Ruy Barbosa, na Bahia defendendo Dom Brandão. Dom Mathias fez referência a Declaração Universal dos Direitos dos Homens para alertar sobre as violências de direitos sofridas pelo bispo de Propriá, diante das acusações a ele direcionadas. Segundo o bispo, Dom Brandão estava sendo alvo de ataques a sua honra e reputação, algo inconcebível de acordo com o artigo XII da referida Declaração.

Dom Mathias resumiu os fatos até chegar à acusação de comunismo. Sobre a palavra “comunista” destacou a banalização do termo e seu uso indiscriminado sem que se tivesse noção real de seu significado. Para ele havia dúvidas sobre a utilização do termo, se estava sendo usado “(...) *para insuflar as emoções, ou quem sabe como ‘red herring’ (...) para tirar a nossa atenção dos fatos do caso*”. (*A Defesa*, 15 de agosto de 1977, P. 04). O fato de maior relevância é que o bispo da cidade de Ruy Barbosa defendeu Dom Brandão e confirmou a veracidade de suas afirmações sobre a grilagem de terras na Bahia, afirmando o mesmo que sua Diocese contribuiu com dados para o relatório apresentado pelo bispo de Propriá na CPI.

As edições dos jornais do mês de julho de 1977 continuaram a repercutir sobre o depoimento de Dom Brandão na Comissão Parlamentar de Inquérito. O jornal *A Defesa*, órgão oficial de imprensa da Diocese de Propriá também passou a dar maior destaque à ida do bispo a Brasília, assim como as consequências das acusações que sofria. O periódico buscou deste modo, cumprir seu papel de porta-voz da Diocese e transmitir a população, as notícias que estavam sendo veiculadas a nível nacional.

A edição do dia 10 de julho de 1977 apresenta matérias que giram em torno da mesma temática. A primeira publicação traz de forma simplificada, o depoimento de Dom Brandão a CPI sendo a manchete intitulada “Porque D. José foi falar em Brasília”. O próprio jornal teve o cuidado de informar que as palavras que ali estavam escritas foram pensadas de forma a levar a população o documento em linguagem popular, visto que o original era de elocução difícil e já havia sido publicado em partes em edição anterior. No depoimento de Dom Brandão foi possível identificar acusações a Companhias do Governo, a exemplo da CODEVASF e da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) que atuavam na região do Baixo São Francisco, assim como já falamos, os casos de grilagem de terras que assombravam os trabalhadores rurais baianos e sergipanos.

Duas outras matérias da edição também destacam a temática: na página 02 “O que está se passando no campo na Bahia” e na página 04 “A CODEVASF em Sergipe”. As matérias são complementos à manchete, visto que especificam os conflitos por questões de terra na Bahia e os depoimentos das dificuldades enfrentadas pelos sergipanos frente à ação devastadora das empresas governamentais, principalmente da CODEVASF.

O principal foco das reportagens é mostrar os conflitos existentes na região assim como a ação favorável do bispo em prol da comunidade. O tom de acusação presente nas matérias é reforçado pelos diversos exemplos de conflitos gerados pela ação de tais companhias estatais em detrimento da perda de terras pelos trabalhadores rurais.

As denúncias contra o bispo de Propriá não ficaram restritas aos deputados baianos. Entre os meses de outubro e novembro de 1977 começaram a repercutir na imprensa novas acusações contra Dom José Brandão de Castro. Agora era o presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Vale do São Francisco (CODEVASF) o denunciante.

A querela com a CODEVASF se desenvolveu entre os anos de 1974 e 1976 com os acontecimentos da Fazenda Betume. Localizada no município sergipano de Neópolis, a Fazenda Betume foi palco de um dos maiores conflitos de terra do Estado no período. A fazenda de propriedade privada produzia arroz em regime de meia com os camponeses da região. Porém, foi vendida a empresa governamental CODEVASF que acabou por proibir qualquer tipo de prática nas terras. Os camponeses pediram ajuda a Igreja de Propriá e esta os auxiliou, levando o caso a justiça. O papel de Dom Brandão foi essencial na mediação do conflito atuando em prol dos camponeses e de um projeto de reforma agrária²⁸.

No mês de setembro de 1977, em carta pastoral publicada no jornal *A Defesa*, Dom Brandão noticiava a primeira vitória dos camponeses na disputa judicial contra a CODEVASF. Assim comemorava o bispo:

O pessoal do Betume conseguiu a primeira vitória. Vitória pacífica dentro das leis de nosso país. O Juiz Federal, Dr. Hercules Quasímmodo da Mota Dias, deu sentença em favor dos 286 trabalhadores do Betume. A sentença do Juiz Federal obriga a CODEVASF a indenizar os tempos de serviço desses trabalhadores. Eles estão de parabéns. (*A Defesa*, 15 de Setembro de 1977, nº 622, p.03).

²⁸ Ver FRANÇA, Alex Sandro dos Santos. *A conversão de D. José Brandão de Castro: a ação social de mediadores religiosos na Diocese de Propriá – SE*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Orientação da Prof.^a Maria de Nazareth Baudel Wanderley. pp 83-84.

No tocante a proposta de reforma agrária na qual Dom Brandão acreditava e propunha nesta carta pastoral ele deixa claro o ideal no qual confiava.

O caso do Betume está gritando que é urgente uma redistribuição das terras para os trabalhadores sem terra. As terras desapropriadas precisam ser divididas com os trabalhadores. Eles devem ser os donos da terra. E não apenas parceiros (sic) e meeiros de uma empresa. (...) está na hora duma verdadeira Reforma Agrária. (A Defesa, 15 de Setembro de 1977, nº 622, p.03).

Em edições divulgadas no dia 11 de fevereiro de 1977, os jornais de circulação nacional *Diário do Povo* e *Jornal do Brasil*, publicaram matérias que enfatizam a postura favorável do bispo ao processo de reforma agrária. Participando da XV Assembleia Geral da CNBB, Dom Brandão foi escalado para dar entrevistas sobre o evento e na oportunidade falou sobre diversos temas, principalmente reforma agrária. De acordo, com o bispo “*uma das exigências cristãs mais importantes em relação á ordem sócio-política é a realização de uma reforma agrária justa, pois do contrário o Brasil ficará com um número cada vez maior de marginalizados*” (*Jornal do Brasil* apud *A Defesa*, 22 de fevereiro de 1977, nº617, p.03).

Observamos dessa maneira que o envolvimento de Dom Brandão frente às questões sociais e a defesa da reforma agrária antecede sua ida ao Congresso Nacional, no mês de abril e estava inserida no contexto de sua atuação a frente da Diocese de Propriá.

Alguns estudos entendem o conflito desencadeado na Fazenda Betume como essencial para a guinada da Diocese de Propriá em direção à opção preferencial pelos pobres. Destacam-se os trabalhos de Isaías Nascimento Santos (2012; 2017) e Alex Sandro dos Santos França (2004).

De acordo com Nascimento Filho (2012):

Consciente de sua missão, os agentes de pastoral da Diocese de Propriá se deixaram abraçaram pelas causas populares e se somavam em sua defesa. Apesar das diferenças metodológicas e ideológicas, se somavam em torno da mesma causa. Em alguns casos foram os próprios pobres que pediram socorro a Igreja através do Bispo, como o caso do Betume (...) (NASCIMENTO FILHO, 2012, p.89).

Alex Sandro França (2004) coloca Dom Brandão na condição de um dos mediadores sociais essenciais para a resolução do conflito.

Somente com o caso da Fazenda Betume, deflagrado em 1974, o religioso modifica sua postura “paternalista”. Ante as falhas do projeto da CODEVASF, o bispo se frustra e se defronta com os apelos dos posseiros desapropriados injustamente pela companhia. Isto se deu quando, ao tentar estabelecer um diálogo entre os técnicos da CODEVASF e os posseiros, Dom Brandão não obteve êxito. (FRANÇA, 2004, p.98).

Vale ressaltar que o caso do Betume, como ficou conhecido, alcançou repercussão nacional, sendo destaque em jornais como *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*, com reportagens com títulos como: “Bispo defende colonos”, “CODEVASF refuta denuncia do bispo” e “CODEVASF contesta bispo”²⁹.

Compreendemos neste trabalho que a atuação de Dom Brandão se intensifica no período tratado pelos referidos autores acima citados, entretanto sua ação social pode ser identificada desde o início de seu episcopado. Através do jornal *A Defesa* e da publicação de diversas matérias que enfatizavam um discurso social, o bispo de Propriá mostrava-se atento e aberto ao diálogo com tais questões.

Conforme mencionamos anteriormente, as acusações de Nilo Peçanha aparecem nos meses de outubro e novembro de 1977, o que significa que elas provavelmente são frutos da derrota da CODEVASF no impasse com os agricultores do Betume. A vitória definitiva da comunidade do Betume foi anunciada em 25 de novembro de 1978. (*A Defesa*, p.04).

Em entrevista ao jornal *Correio Brasiliense*, Nilo Peçanha acusa Dom José de induzir os trabalhadores a invadir terras desapropriadas pela companhia, sob a alegação de que segundo os princípios cristãos a terra pertence aos homens. De acordo com a matéria, o presidente da CODEVASF acusou o bispo de usar na região do Baixo São Francisco os mesmos métodos utilizados pelo comunismo (*A Defesa*, 15 de novembro de 1977).

Segundo a reportagem, Nilo Peçanha entendia a ação de Dom Brandão como uma nova forma de proselitismo pastoral e que seu objetivo seria “(...) *conquistar as massas, para manter seu prestígio e liderança na região, onde coloca o povo contra o governo,*

²⁹ Ver edição nº 613 do Jornal *A Defesa*, dia 16 de novembro de 1976, P.01. Onde as mencionadas reportagens encontram-se transcritas.

representado pela CODEVASF.” (Correio Braziliense apud *A Defesa*, 15 de novembro de 1977, p. 04).

Dom Brandão se defendeu em matéria publicada pelo *Jornal de Brasília* em 26 de outubro de 1977 e transcrita pelo *A Defesa* em 15 de novembro do mesmo ano.

O povo brasileiro já compreendeu o que muitos querem dizer, hoje em dia, quando chamam um bispo de comunista e o acusam de empregar métodos comunistas. Na realidade, tais acusações demonstram que a Igreja está apoiando, em determinada área, as reivindicações de um povo injustiçado que clama por seus direitos. De outro lado, esses acusadores apressados deveriam escutar sinceramente esses clamores que, no caso presente, partem dos agricultores das margens do São Francisco, gente pacífica e ordeira até agora. (*Jornal de Brasília* apud *A Defesa*, 15 de novembro de 1977, p. 04)

Percebemos que nesta edição do jornal *A Defesa* (dia 15.11.77) há uma sagacidade explícita na montagem estética e organizativa do conteúdo, pois na mesma página em que apresenta a acusação de Nilo Peçanha também apresenta a autodefesa de Dom Brandão. Desta forma, o jornal que era órgão oficial de imprensa da Diocese de Propriá necessita ser estudado de forma cautelosa, pois assim como todos os impressos são perpassados pelas ideias e ideais daqueles que o produzem.

Novamente as acusações ao bispo repercutiram a nível nacional e vozes bradaram em defesa de Dom Brandão, assim como em solidariedade a Nilo Peçanha. Em nota divulgada pelo *Jornal da Cidade* em 25 de outubro de 1977, o Setor Jovem do MDB³⁰ declarou seu apoio incondicional a Dom Brandão e criticou o presidente da Companhia.

³⁰ Ver “A Ala Jovem do MDB”. In: <http://jorge-educahist.blogspot.com.br/2009/09/ala-jovem-do-mdb.html>. Acesso em 01 de novembro de 2017 e “Rebeldes com causa: a ala jovem do MDB de Sergipe”. In: <http://www.jornaldacidade.net/artigos-leitura/76/15877/rebeldes-com-causa-a-ala-jovem-do-mdb-de-sergipe.html>. Acesso em 01 de novembro de 2017.

Também na sua denúncia contra D. Brandão, o Pres. da Codevasf não fez outra coisa além de, mais uma vez, atestar a sua extrema irrealidade, razão pela qual o Setor Jovem lhe credita o título de "O Boaventura da Tecnoçracia". Quando não se tem condições de entrar no mérito da questão, porque seria reconhecer as acusações feitas por D. Brandão, então ataca-se o acusador numa tentativa de desviar o curso do assunto.

O Setor Jovem do MDB convida o Sr. Nilo Peçanha, para um debate público na Assembleia Legislativa, sobre o projeto Betume. Se realmente existe pelo menos um pouco de boa intenção, por parte do Pres. da Codevasf, ele não poderá se negar a discutir e debater sobre o citado projeto.

Aracaju, 25 de outubro de 1977

Bosco Mendonça - Pres. em ex. Setor Jovem

Figura 14. Jornal da Cidade, 27 de outubro de 1977, nº 1553, p.04.

Não encontramos registros de que Nilo Peçanha tenha atendido ao convite para o debate público na Assembleia Legislativa.

Outra vez setores da Igreja Católica também se posicionaram sobre as acusações. Novamente o Arcebispo da Bahia, Dom Avelar Brandão Vilela saiu em defesa do bispo de Propriá. Em matéria do jornal *Gazeta de Sergipe* (12 de novembro de 1977, p. 01), Dom Avelar afirmou que Dom José não usava dialética marxista e que a posição da Igreja frente os casos de grilagem era de crítica.

Em edição do *Jornal de Sergipe* de 02 de abril de 1978, Dom Brandão esclarece os fatos sobre o conflito do Betume e agradece à repercussão que a imprensa propiciou as acusações de comunismo e subversão a ele dirigidas, tal fato trouxe visibilidade à causa que defendia.

É certo que toda a repercussão proporcionada pelas acusações de comunismo elevou a questão da grilagem de terras a um debate nacional. Não podemos aqui visualizar o poder de influência de tais acusações na resolução de conflitos em outras áreas, mas sem dúvidas no caso da Fazenda Betume a repercussão midiática foi muito importante e favoreceu a vitória dos posseiros no âmbito judicial.

É importante ressaltar que mesmo diante de acusações tão graves, o prestígio alcançado pelo bispo de Propriá perante a sociedade sergipana parece não ter sido abalado em grande escala, pois em meio a tantas contendas Dom Brandão foi eleito como membro da Academia Sergipana de letras (ASL) em 21 de outubro de 1977.

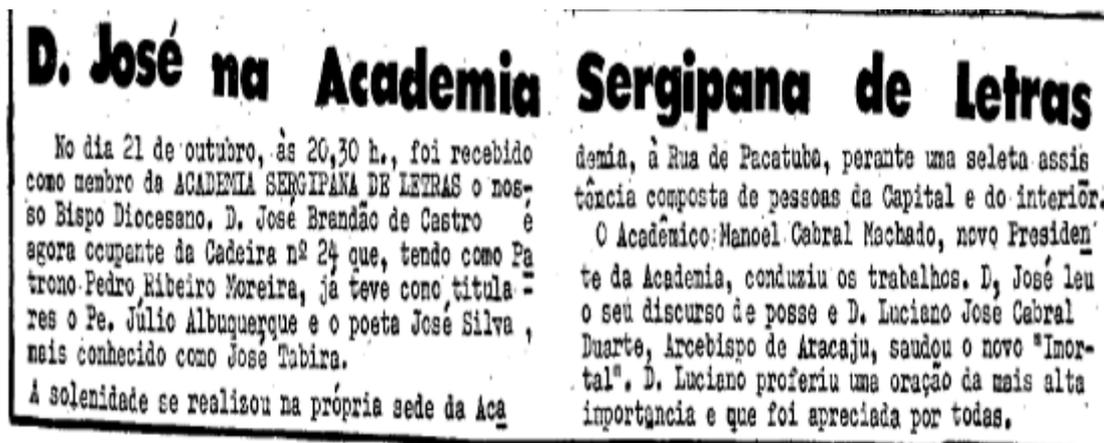


Figura 15. Jornal *A DEFESA*, 15 de novembro de 1977, nº623, p.01.

Importantes jornais do Estado no período também destacaram a posse de Dom Brandão na ASL, a exemplo do jornal *Gazeta de Sergipe*³¹ e *Jornal da Cidade*³².

Dom Brandão também enfrentou problemas com os políticos locais, principalmente no município de Propriá. No ano de 1978, o jornal *A Defesa* repercutiu um incidente que aconteceu durante a realização de uma missa. Segundo a reportagem, no dia 26 de novembro João Britto, irmão do prefeito da cidade Antônio Guimaraes Britto, avançou contra o agente pastoral Fábio Alves dos Santos porque este anunciou que por decisão do bispo a coleta da missa seria doada aos pobres da comunidade Caiçara no município. Uma verdadeira confusão se armou na Igreja, pois Ivan Britto tomou o microfone do padre Etienne Lemaire, vigário e celebrante da missa, e os acusou de estarem pregando comunismo durante a realização do ato religioso.

O caso também alcançou grande repercussão, gerando um ato de desagravo a Diocese de Propriá que foi realizado em 03 de dezembro do mesmo ano e contou com a participação de grande parte dos representantes das paróquias que compunham a diocese, de bispos de outras localidades e grande número de fieis.

O evento ganhou tamanha proporção que a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) também se posicionou sobre o ocorrido:

³¹ "Bispo de Propriá na ASL". In: *GAZETA DE SERGIPE*, 22 de outubro de 1977, p.01.

³² "Academia Sergipana de Letras". In: *JORNAL DA CIDADE*, 26 de outubro de 1977, nº 1552, p. 05.

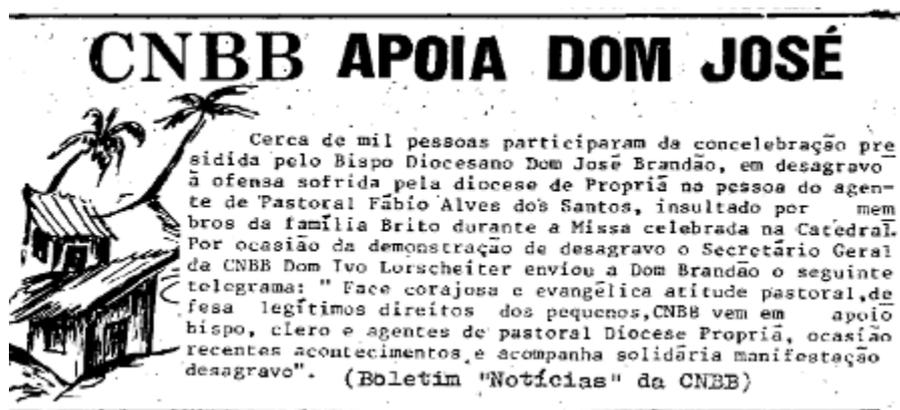


Figura 16. Jornal A Defesa, 25 de dezembro de 1978, nº637, p.04.

Em edição do dia 29 de novembro, o *Jornal da Cidade* relatou com maiores detalhes o ocorrido durante a missa em Propriá. De acordo com a publicação, o prefeito Antônio Britto teria justificado a atitude do irmão como forma de defesa de sua família, pois o agente pastoral em questão era um severo crítico desta e praticava tal ato acobertado pelo bispo local. Destacamos que a notícia traz somente a versão dos fatos apresentada segundo o prefeito de Propriá e que a outra parte envolvida no episódio não teria sido entrevistada.

As acusações não parariam por aí. Em coluna publicada no *Jornal da Cidade* em 17 de novembro de 1978, intitulada de “O Coronel e o bispo”, Carlos Ayres Britto³³ traça uma defesa ferrenha de seu ancestral o Cel. João Fernandes de Britto, segundo o qual sua memória estaria sendo alvo de ataques caluniosos através do bispo de Propriá. (p, 04).

A coluna Análise Política do *Jornal da Cidade* em edição do dia 29 de novembro de 1978 destacou “Os problemas de Propriá”, título da matéria. Os conflitos envolvendo Dom Brandão e a sua Diocese. Destacou as ações do governador Augusto Franco para apaziguar os ânimos na região.

Podemos inferir, deste modo, que o bispo de Propriá se encontrava envolto em uma série de conflitos e com sua ação pastoral angariava para si vários inimigos entre eles, políticos locais, fazendeiros, companhias do governo, entre outros.

³³ Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto nasceu em 18 de novembro de 1942 na cidade de Propriá, Sergipe. Filho de João Fernandes de Britto e Dalva Ayres de Freitas Britto. Bacharel em direito pela Universidade Federal de Sergipe e doutor em direito constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atuou no magistério superior e em diversos cargos jurídicos. Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal em 2003, e presidente da instituição de 2012 a 2014. É membro da Academia Sergipana de Letras e da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Ver biografia completa em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=38>. Acesso em 05 de abril de 2018.

No ano de 1979, Dom Brandão novamente virou manchete na imprensa sergipana:

Figura 17. Jornal de Sergipe, 11 de maio de 1979, n° 345, p. 01.

O deputado alagoano Alberico Cordeiro³⁴ tornou público seu desconforto com as publicações do boletim da Diocese de Propriá e solicitou da CNBB uma atitude com relação ao comportamento de Dom Brandão. Percebemos com esta denúncia que Dom Brandão não era bem visto por uma parcela de políticos de fora do Estado de Sergipe, afirmamos isto, baseados nos fatos de que primeiro foram deputados baianos e depois alagoanos a fazerem denúncias sobre a postura assumida pelo bispo de Propriá frente a causas sociais em território de seu bispado.

A Diocese não deixaria de mais uma vez se manifestar sobre as acusações e em 16 de junho de 1979, no dia seguinte, o *Jornal de Sergipe* publicou nova matéria com direito de resposta da diocese de Propriá.

Figura 18. Jornal de Sergipe, 16 de maio de 1979, n°346, p. 01.

³⁴ Deputado por Alagoas por cinco mandatos, era também jornalista por formação. Foi prefeito de Palmeira dos Índios – AL por dois mandatos (2000-2004). Faleceu em acidente automobilístico em 2010.

Percebemos que a repercussão midiática das acusações a Dom Brandão era intensa. Quase sempre que se noticiava algo sobre o bispo, não ficava restrito a uma única edição, frequentemente as edições seguintes retomavam a temática. Observamos ainda que a Diocese de Propriá, na pessoa de seu bispo, sempre buscou defender-se das acusações que recebia.

No ano de 1980, um caso parecido ao comentado anteriormente, de conflitos durante ato religioso voltou a acontecer. Em manchete de letras garrafais denunciou-se a invasão de uma missa na cidade de Canhoba- SE.



Figura 19. Jornal de Sergipe, 03 de Junho de 1980, nº 652, p. 01.

De acordo com reportagem existia na cidade de Canhoba no ano de 1980 um conflito entre igreja e políticos locais. A confusão entre ambas as instâncias resultou no cancelamento da festa de Santo Cruzeiro, realizada anualmente no município. O bispo diocesano tentou intervir para abrandar a situação, porém não alcançou êxito. Dom Brandão divulgou nota sobre o ocorrido e seu posicionamento diante dos fatos. Segundo o bispo a “(...) Igreja de Propriá fiel aos ditames do Evangelho e da Igreja Universal, se dispõe a continuar solidária com os pobres, assumindo as consequências de tal compromisso” (Jornal de Sergipe, 03 de junho de 1980, p. 07).

Compreendemos desta maneira que Dom Brandão sabia os riscos e dificuldades do trabalho desenvolvido a frente da Diocese de Propriá. Seu trabalho pastoral se confundia com sua ação social em prol dos menos favorecidos. Mesmo sofrendo acusações e ameaças não se

amedrontou e chegou a planejar levar ao Papa suas denúncias sobre a situação enfrentada pela Diocese. Vejamos reportagem:

O bispo de Propriá, Dom José Brandão de Castro, disse ontem que pretende falar ao Papa João Paulo II sobre os problemas existentes em sua Diocese, localizada na região do Baixo São Francisco, em Sergipe. Ele disse que durante o encontro que o Papa manterá em Salvador, com os Bispos da Regional Nordeste III (BAHIA E SERGIPE), se houver chance, falará sobre os problemas de grilagem, desemprego, injustiças e implantações de projetos que segundo afirma, implicam na proletarização do povo. (Jornal de Sergipe, 11 de junho de 1980, nº 658, p.01.).

No mês de setembro de 1980, Dom Brandão embarcou para Roma e divulgou uma nota sobre os objetivos de sua viagem. A referida nota foi publicada pelo jornal *Gazeta de Sergipe* e enfatizou os pontos que o bispo trataria com o Papa. Dentre as denúncias destacavam-se alguns eventos que aconteceram na região a exemplo da prisão de posseiros de Pacatuba, denúncias sobre o atentado que o bispo sofreu juntamente com jornalistas da BBC, assim como as atividades desenvolvidas pela empresa Seragro (Serigy Agro Industrial Ltda) contra posseiros da região³⁵.

O clima de animosidade instalado na região devia-se a um novo conflito estabelecido entre as companhias do Governo e posseiros. A área de Santana dos Frades, no município de Pacatuba representou na região do Baixo São Francisco um novo foco de luta por terras em Sergipe no início dos anos 80.

Em matéria publicada pelo jornal diocesano *A Defesa* denunciou-se possíveis violências que estavam sendo cometidas pela polícia e justiça sergipana aos posseiros da região. A publicação menciona uma trama armada para justificar a invasão das terras pelo aparato policial.

Numa ridícula e não menos grave e desnecessária demonstração de força, as tropas cercaram os trabalhadores, pondo-se em posição de ataque. Em seguida, o comandante Cel. Miguel Santana passa a intimidar e ameaçar o povo, incentivando-o a ficar contra a Igreja e os advogados, como a assinar a ordem judicial. Os posseiros reagiram

³⁵ Os eventos citados são explicados em reportagens no jornal *Gazeta de Sergipe*, 17 de setembro de 1980, ano XXIII, Nº 6.601, p. 01.

com calma a tão descabida violência, mas não assinaram nenhum papel. Enquanto isso a Seragro cercava a área em litígio e iniciava a destruição de milhares de coqueiros que há mais de três anos os posseiros cultivavam. (A DEFESA, agosto de 1982, p. 04).

Os casos de Santana dos Frades e da Fazenda Betume se tornaram destaques no que refere à atuação da Diocese de Propriá e de Dom Brandão. Tanto que se tornou impossível falar sobre atividades sociais desenvolvidas pela Diocese durante o episcopado de seu primeiro bispo e não mencionar seu envolvimento a favor dos trabalhadores rurais de ambas as regiões contras as ações da CODEVASF. Desta maneira compreende-se que:

(...) a Diocese de Propriá foi o divisor de águas entre uma situação historicamente caracterizada pela resignação e pela acomodação dos pobres do campo à exploração das oligarquias rurais e um novo horizonte que surgia, colocando-os na cena política como atores sociais importantes e sujeitos de direitos. Foi por muitos anos o único mediador respeitado - e temido - pelas autoridades públicas estaduais e federais e latifundiários de Sergipe, que não raro procuravam desqualificá-la, como se pode ver nas declarações do então presidente da CODEVASF, Nilo Peçanha (...) ³⁶.

Toda a repercussão das acusações e a própria atuação do bispo de Propriá também o coloram como alvo constante das investigações dos Órgãos de Segurança do governo federal e estadual durante o período ditatorial. Definições como a destacada abaixo costumavam aparecer nos documentos emitidos pelos órgãos de vigilância.

D. José Brandão de Castro – Bispo da Diocese de Propriá/SE. Executa o trabalho de conscientização da massa camponesa do Baixo São Francisco, encaminhando-a contra o Governo. Utiliza-se de Padres auxiliares e religiosos fanáticos, procurando, principalmente, incutir na mente dos camponeses que a terra é para todos. As pregações nas igrejas, o Jornal “A Defesa”, a panfletagem, as reuniões de jovens, as escolas regidas pela Diocese e as reuniões do setor rural são instrumentos de difusão das ideias contestatórias do nominado.

³⁶LOPES, Eliano Sérgio Azevedo Lopes. História dos movimentos sociais no campo em Sergipe: uma abordagem preliminar. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&id=600:historia-dos-movimentos-sociais-no-campo-em-sergipe-uma-abordagem-preliminar-&Itemid=414. Acesso em 30 de outubro de 2017

(Documento nº 9419/87, Levantamento da área de Sergipe- 1987; 20 de julho de 1987, p. 17. Acervo: Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”. p. 17).

As principais acusações contra Dom Brandão destacavam sua ação em favor dos trabalhadores da região, o que era definido como estímulo a conflitos e “subversões”. O documento de nº 4229/82, por exemplo, intitulado “Ligações no processo subversivo 3.4” destaca Dom Brandão como envolvido em atividades classificadas como de caráter perturbador da ordem no período, a exemplo de incitação da população a conflitos sociais e ligações subversivas com organizações espalhadas pelo Brasil.

Nos anos que se seguiram, particularmente até 1987, quando Dom Brandão deixou a Diocese de Propriá, não há mais registros sobre as acusações contra o bispo que vinham se arrastando desde 1977, como vimos. Não houve nenhum desdobramento policial ou jurídico, como uma condenação ou mesmo prisão, e cessou, em definitivo com o fim do Regime Militar.

É bem verdade que ele seguiu contundente em sua defesa das minorias do Baixo São Francisco de Sergipe, participando ativamente de atos, inclusive a favor de Leonardo Boff, por exemplo, ou mesmo da defesa da causa dos Xocó e a luta pela redemocratização do Brasil.

Apesar de sair incólume de todo esse enredo de acusações e defesa, sabe-se, sobretudo a partir de seu principal biógrafo, o Padre Isaías Nascimento, que isto lhe custou bons anos de sua vida, encerrada na véspera do Natal de 1999, em Minas Gerais. Se não há ainda evidências claras sobre se aquele clima de pé de guerra constante teria surtido efeitos nocivos à saúde de Dom Brandão, nos onze anos entre sua saída de Propriá e seu falecimento, o certo é que ele deixou um legado de combate às adversidades políticas, cujo mote foi à escolha preferencial que fez pelos pobres, entendida de forma generalizante e injusta como uma atitude comunista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foram discutidas e analisadas as acusações de comunismo e “subversão” de que foi vítima o primeiro bispo da Diocese de Propriá, Dom José Brandão de Castro, durante a vigência da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Partindo de uma perspectiva teórica centrada em sua ação social e religiosa, concebemos Dom Brandão como sujeito histórico que em um primeiro momento alinhou-se as premissas do Estado autoritário, mas que posteriormente assumiu uma postura em defesa de causas sociais e dos direitos humanos, fatores que o encaminharam para uma posição de contestador do regime e de seus autoritarismos.

O enftretamento de Dom Brandão com políticos, instituições governamentais, autoridades locais, o tornaram personagem de destaque para a história da ditadura em Sergipe. O lugar social e cultural assumido pelo bispo de Propriá denota a postura radical adotada pela Diocese frente aos crescentes problemas do período.

Durante o século XIX com a publicação da Encíclica *Rerum Novarum* (1891), a Igreja Católica assumiu oficialmente a preocupação com as questões sociais contemporâneas, dando início assim a sua Doutrina Social. Porém, esta temática retomou ao debate eclesiástico com maior expressão na segunda metade do século XX com a publicação das encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), com a convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) e a assinatura do Pacto das Catacumbas, eventos inseridos num contexto de renovação da Igreja Católica.

No Estado de Sergipe, as relações entre Igreja Católica e governo militar foram por muito tempo analisadas a partir da atuação de Dom José Vicente Távora e Dom Luciano Duarte Cabral, arcebispo e bispo de Aracaju respectivamente. A luz de trabalhos como os de Ibarê Dantas (2014), a historiografia sergipana ressaltou a dualidade existente na hierarquia eclesiástica sergipana, no que concernem as posturas sobre a natureza do regime. Contudo, a atuação de Dom Brandão apresentou-se para este trabalho como um novo parâmetro possível para compreensão deste momento histórico, visto que suas ações causaram desconforto tanto no âmbito eclesiástico como no governamental.

Nos anos iniciais do governo militar o episcopado brasileiro apoiou o golpe e celebrou a tomada de poder, pois o considerava a única alternativa para afastar a ameaça comunista. O anticomunismo despontou no Brasil na década de 1930 quando o comunismo passou a ser

considerado um perigo real para o país. A mudança de mentalidade esboçada por alguns bispos com o decorrer dos anos em contrário ao regime está estritamente ligada à exacerbação da violência, a práticas de torturas, prisões arbitrárias, além de perseguição a membros do clero e leigos envolvidos com causas sociais, fatores que feriam os princípios da cristandade e da dignidade humana. Durante os anos de vigência da ditadura civil-militar brasileira, a Igreja Católica em Sergipe assim como em grande parte do país vivenciou momentos de divisões em sua hierarquia e de enfrentamentos com o governo vigente.

Mediante a análise dos jornais que circularam no período podemos inferir que a atuação social de Dom Brandão despertou a ira de algumas esferas da sociedade. A Igreja em seus setores mais conservadores buscava conter o ímpeto de bispos com ideias progressistas como era o caso do bispo de Propriá. O Estado por sua vez procurava legitimar seu projeto governamental ditador e nesse contexto “caçava” aqueles que ousavam posicionarem-se contrários as suas ações, utilizava para tanto dentre vários artifícios dos Órgãos de Segurança e Informação, que conforme vimos no decorrer deste trabalho estiveram sempre atentos às ações do bispo diocesano.

Conforme salientamos, em diversas passagens de nosso texto, Dom Brandão jamais se considerou comunista ou que suas atitudes encontrassem explicação em tal ideologia. O órgão oficial de imprensa de sua Diocese, *A Defesa*, por variadas vezes publicou matérias condenando tal sistema. Nesse contexto destacamos que Dom Brandão utilizou-se do jornal para expor seus ideais religiosos e sociais. Suas defesas das acusações que sofreu demonstram a incompatibilidade de seus pensamentos com os ideais comunistas. Observamos ser uma tendência da segunda metade do século XX utilizar este tipo de acusação para com inimigos, fruto de uma cultura anticomunista disseminada com intuito de barrar a expansão de tais ideias pelo país.

A atuação do primeiro bispo de Propriá foi notadamente marcada pelo viés social. Em seu episcopado esteve preocupado com as pessoas mais necessitadas e comprometeu-se na defesa de direitos trabalhistas e humanos das populações da região do Baixo São Francisco. Para tanto enfrentou pessoas e instituições importantes na época. Cabe salientar que não objetivamos neste trabalho torna-lo mártir da questão social em Sergipe, contudo é necessário destacar que mesmo pertencendo a uma instituição historicamente conservadora, cultivou ideias progressistas tão em voga no período, como o foi, por exemplo, o debate sobre reforma agrária.

Nessa conjuntura, o presente trabalho não esgota a problemática existente. O estudo desse tema permitiu apresentar uma nova possibilidade de análise para a conturbada relação entre Igreja Católica e ditadura militar no Brasil destacando, sobretudo o contexto sergipano. Ao passo que abriu espaço para um debate historiográfico sobre a atuação de Dom José Brandão de Castro nas terras sergipanas, possibilitando a compreensão das dinâmicas das relações estabelecidas pelo bispo na vigência do regime.

A nosso ver, há novos estudos por serem feitos no afã de compreender outros pormenores da atuação de Dom Brandão, possivelmente com o auxílio dos documentos produzidos pelo seu episcopado sob os cuidados da Igreja e aos quais não tivemos acesso ou ainda a vasta documentação presente na Comissão Estadual da Verdade, pois frente ao grande volume de documentos presente no acervo não houve tempo hábil para a análise de todos.

Restando-nos, desse modo, ao menos a convicção de termos centrando nosso foco e despendido esforços de toda ordem para analisar a compreensão de um sujeito simples imerso em um cenário e ambientes complexos, movidos por outras questões ainda mais complexas, que marcaram profundamente a história do Brasil, sob as hostes de um regime ditatorial.

REFERÊNCIAS

FONTES:

II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. **Conclusões de Medellín**, 6º Edição. São Paulo: Edições Paulinas, 1987. Disponível em: <http://www.cpalsj.org/wp-content/uploads/2013/03/Medellin-II-CELAM-1968-POR.pdf>. Acesso em 15 jul/2017.

Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. **Documento de Puebla**. São Paulo: Edições Paulinas, 1979. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182452.pdf. Acesso em 15 jul/2017.

Diário do Congresso Nacional, Seção I, Ano XXXII - N°40, 14 de maio de 1977. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14MAI1977.pdf#page=55>. Acesso em 13 agosto/2017.

Compêndio da Doutrina Social da Igreja. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html#_ftnref144. Acesso em 03 Agosto/ 2017

Papa João XXIII. **Carta Encíclica *Pacem in terris: a paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade***. 1963. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html. Acesso em 18 maio/2017.

Papa João XXIII. **Carta Encíclica *Mater et Magistra: sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã***. 1961. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acesso em 18 maio/2017.

Papa Leão XIII. **Carta Encíclica *Rerum Novarum: sobre a condição dos operários***. 1891. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em 10 maio/2017.

JORNAIS:

Jornal “**A Defesa**”. Propriá (SE). (1961-1987)
Jornal “**A Cruzada**”. Aracaju (SE). 1968-1970
Jornal “**Gazeta de Sergipe**”. (1964-1985)
Jornal “**A Semente**”. (1964)
Jornal “**A Voz do Lagarto**”. (1965-1966)
“**Jornal de Sergipe**”. (1978-1987)
“**Jornal da Cidade**”. (1972-1985)
“**Sergipe Jornal**”. (1964-1985)

DOCUMENTOS DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE:

- Documento AC_ACE_10096_80, 02 de setembro de 1980. D. Luciano Cabral Duarte: Denúncia contra D. Hélder Câmara.
- Documento 031/79. 20 de março de 1979. Prontuário e juízo sintético dos parlamentares eleitos em 15 nov 78.
- Documento 1964/81, 13 de agosto de 1981. Dom José Brandão de Castro- Bispo de Propriá/SE.
- Documento 3303/82, 27 de abril de 1982. Levantamento da subversão no Estado de Sergipe.
- Documento 3764/82, 14 de junho de 1982. Atuação do clero progressista.
- Documento 4229/82, 30 de julho de 1982. Ligações no processo subversivo- 3.4.
- Documento 9419/87, 20 de julho de 1987. Levantamento da área de Sergipe- 1987.
- Documento BR RJANRIO.TT.0.QUF.PRO.164, 15 de fevereiro de 1979. Investigação policial preliminar nº01/79.

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O Regime Militar em festa**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

ANDRADE, Péricles. **Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010. Fundação Oviêdo Teixeira.

ALVES, Márcio Moreira Alves. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

ARAÚJO, Acrísio Torres. **Imprensa Sergipana**. Brasília: Gráfica do Senado, 1993.

AZEVEDO, Thales de. **O Catolicismo no Brasil: um campo para pesquisa social**. Salvador. EDUFBA: 2002.

AZEVEDO, Thales. **Igreja e Estado e tensão e crise: a conquista espiritual e o Padroado na Bahia**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da sociedade brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 23-79.

BARRETO, Raylane Dias Navarro. Dom Luciano José Cabral Duarte e as vocações sacerdotais em Sergipe. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. nº 45, 2015, pp. 112-120.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a pesquisa histórica. In: **Mouseion**, n.12, mai- ago/2012, pp. 129- 159.

BEOZZO, José Oscar. **Pacto das Catacumbas: por uma igreja servidora e pobre**. São Paulo: Paulinas, 2015.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia**. Trad. Nilo Odalia. 2.ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

BEZERRILL, Simone da Silva. **Imprensa e Política: Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão**. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/bezerrill.pdf>. Acesso em 15 de Agosto de 2015.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional Ltda., 2012.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Prefácio Jacques Le Goff. Apresentação a edição brasileira Lilia Moritz Schwarcz; trad. André Teles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL NUNCA MAIS/ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Prefácio de D. Paulo Evaristo Arns. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CALONGA, Maurílio Dantylli. O Jornal e suas Representações: Objeto ou Fonte da História? **Comunicação & Mercado**. Vol. 01, n. 02, edição especial, Dourados-MG, p. 79-87, 2012.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. **O Jornal Gazeta de Sergipe- Uma contribuição para a história da imprensa**. <http://www.ufrgs.br/alcar/encontrosnacionais1/encontrosnacionais/6oencontro20081/O%20JORNAL%20GAZETA%20DE%20SERGIPE.pdf>. Acesso em 18 de Agosto de 2015.

CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.

CANCIAN, Renato. Conflito Igreja- Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais. In: **Revista Angelus Novus**, USP – Ano VII, n. 11, 2016. pp.95-116.

CARDOSO, Célia Costa. 1964 em Sergipe: política e repressão. In: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco; NETO, José Miguel Arias (Orgs.). **Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2015. pp. 115-141.

CARDOSO, Célia Costa. **Movimento: um jornal alternativo (1975-1981)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2017.

CARDOSO, Célia Costa. **O Estado de São Paulo sob os governos militares (1963-1983)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

CARDOSO, Célia Costa. Políticos cassados no Estado de Sergipe em 1964. In: **Cadernos do Tempo Presente**. Edição n.10, dezembro de 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa (Orgs.). **Ditaduras: Memória, Violência e Silenciamento**. Salvador: EDUFBA, 2017.

CORNWELL, John. **O papa de Hitler**: a história secreta de Pio XII. . Trad. A.B. Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2000.

DALIN, David G. **El mito del Papa de Hitler**: cómo Pío XII salvó a los judíos de los nazis. Trad. Mario Lamberti. Madrid: Ciudadela Libros, 2005.

DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe**: 1964-1984: Partidos e eleições num Estado autoritário. 2º ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

ENGELKE, Dom Inocêncio. “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural” (MG – 10/09/1950). In: **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB. Pastoral da Terra (Estudos da CNBB 11. Antologia de documentos e pronunciamentos pastorais)**. São Paulo: Edições Paulinas, 1977, pp. 43-53.

FICO, Carlos. “Prezada censura”. Cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, nº5, set. 2002. pp. 251-286.

FICO, CARLOS. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol.24, nº 47, 2004. pp. 29-60.

FILHO, Daniel Aarão Reis. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. 1.ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2014.

FRANÇA, Alex Sandro dos Santos. **A conversão de D. José Brandão de Castro: a ação social de mediadores religiosos na Diocese de Propriá – SE**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Orientação da Prof.^a Maria de Nazareth Baudel Wanderley.

FREITAS, Anamaria G. B. de; DANTAS, Maria José. Impressos Católicos em Sergipe e suas contribuições para a História da Educação. In: **Revista do IHGSE**, nº 37, 2008, pp. 133-162.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49. ed. São Paulo: Global, 2004.

GASPARI, Elio. **A Ditadura escancarada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980)**: a visão da espionagem. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico; NETO, José Miguel Arias (Orgs.). **Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2015.

KUNG, Hans. **A Igreja Católica**. Trad. Adalgisa Campos da Silva. Rio de JANEIRO: Objetiva, 2002.

KURZMAN, Dan. **Conspiração contra o Vaticano** - o plano secreto de Hitler para sequestrar o Papa. Trad. Vivian Mannheimer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

KUSHNIR, Beatriz. Calar é consentir! Jornalistas colaboradores e censores no pós-1964. **Revista Contemporânea**- Dossiê Contemporaneidade. Ano 1, nº 1, 2011. Pp.170-182.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, Metodologia e Possibilidades: Os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Revista Escritas**. Vol. 7 n.1. 2015. pp. 3-17. Disponível em: [http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/Art.25\[3\].pdf](http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/Art.25[3].pdf). Acesso em 15 de Janeiro de 2016.

LENZENWEGER, Josef; STOCKMEIER, Peter; BAUER, Johannes; AMON, Karl; ZINHOBLE, Rudolf. **História da Igreja Católica**. Trad. Fredericus Stein. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

LIMA, Fernanda M. V. de Andrade. **Contribuições de Dom Luciano Cabral Duarte ao ensino superior sergipano (1950-1968)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. Orientação da Prof^ª. Anamaria Gonçalves B. de Freitas.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. Trad. Heloisa BRAZ DE Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil, 1916-1985**. São Paulo: editora brasiliense, 1989.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **A História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MEDINA, Ana Maria Fonseca. Dom Luciano José Cabral Duarte. In: **Revista do IHGSE**. n.º45, 2015. Pp. 142- 153.

MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira: 1890-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 23-43.

MOTA, Cristiane Lopes da. O Hábito e a Farda em Defesa da Ditadura: a Madre Maria do Rosário e o Tenente Geraldo Pessoa Sales. In: CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa (Orgs). **Ditaduras: Memória, Violência e Silenciamento**. Salvador: EDUFBA, 2017. Pp. 427-440.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2000. Orientação da Profa. Dra. Suely Robles Reis De Queiroz.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. 1 ed. 3 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

NASCIMENTO, Isaías. **Dom Távora, o bispo dos operários**: um homem além de seu tempo. 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2008.

NASCIMENTO FILHO, Isaías. **Dom Brandão, o Profeta do povo de Deus no Baixo São Francisco**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2012. Orientação do Prof. Luiz Carlos Luz Marques.

NASCIMENTO FILHO, Isaías. **Dom Brandão: um pastor com cheiro de ovelhas**. Belo Horizonte: Gráfica O Lutador, 2017.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. Imprensa no Brasil: Do Império à Primeira República. In: **Revista do Arquivo Nacional**, v. 19, n. 1/2 jan/Dez, p. 37-52, dez. 2011. ISSN 22378723. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/55/55>>. Acesso em: 15 Jul. 2017.

PADRÓS, Enrique Serra. A Igreja Católica e as Ditaduras do cone sul (1960-1980). **Outros Tempos**, vol. 12, n. 20, 2015. pp. 74-94. ISSN: 1808-8031.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

REIS, Carla D. S. dos. **Ditadura, política e censura: Gazeta de Sergipe e Rádio Liberdade (1964-1969)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. Orientação da Prof.^a Dra. Célia Costa Cardoso.

REIS, Carla D. S. dos. O papel da imprensa aracajuana durante o Governo Militar: análise da Gazeta de Sergipe. **Cadernos do Tempo Presente**, V. 6, p. 01-09, 2012.

REIS, Carla D. S. dos. Gazeta de Sergipe: “Gazeta Combativa”?(1959-1968). **Revista Crítica Histórica**, ano V, nº 10, p 37-63,2014.

RODEGHERO, CARLA Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002. pp. 463-488.

SANTANA, Glêyse Santos. **A guinada da igreja progressista em Sergipe: o bispado de Dom José Vicente Távora (1958-1970)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011. Orientação do Prof. Dr. Péricles Morais de Andrade Júnior.

SANTOS, Ana Luzia. **Educação na imprensa católica: as representações do jornal A Defesa sobre a formação da juventude (1961-1969)**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006. Orientação do Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **Contradições da romanização da Igreja no Brasil: A festa de São Benedito em Lagarto - SE (1771-1928)**. Aracaju: Edise, 2016.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. O Sacerdote Artista da Palavra: Dom Luciano José Cabral Duarte e a Academia Sergipana de Letras. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 45, 2015. pp. 122- 130.

SANTOS, Jose Adeilson. **A Igreja Católica e a reforma agrária: atuação da Pastoral da Terra da Diocese de Propriá (SE) na década de 80**. Monografia (Licenciatura em História), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1998.

SANTOS, Mislene Vieira dos. **Da ditadura à democracia: O Festival de Arte de São Cristóvão (FASC) e a política cultural sergipana (1972-1995)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Orientação da Prof.^a Dra. Célia Costa Cardoso.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, Celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Eduardo Augusto Santos. **Luciano José Cabral Duarte e as ressonâncias do Concílio Vaticano II, em Sergipe (1962-1971)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Orientação do Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos.

SILVA, Rosemiro Magno da. **A luta dos posseiros de Santana dos Frades**. São Cristóvão, SE: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

SILVA, Severino Vicente da. **Da Guerra à Neocristandade – A Tribuna Religiosa (1917-1919)**. Curitiba: Primas, 2015.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo católico na arquidiocese de Olinda e Recife**. 2.ed. Recife: Editora UFPE, 2014.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo católico na arquidiocese de Olinda e Recife**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. **O eclipse de um farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)**. São Cristóvão: Editora UFS. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Trad. Mario Salviano Silva. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ANEXOS

AC

ACE

CNF

10096/80

|||

GTC em 10 / Set / 80
e deu vistas ao Ch./Gab./Civ/PR

em 11 / Set / 80

09
CONFIDENCIAL

010096

80

GTC e determinou enviar cópia des-
caracterizada ao M. Justiça

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL

o que já foi feito por este GAB/SNI.

em 18 / Set / 1980



A AC/SNI, em 18 / Set / 80, INFORMAÇÃO Nº 269 /19/AC/80

DATA : 02 Set 80
ASSUNTO : D. LUCIANO CABRAL DUARTE
: DENÚNCIA CONTRA D. HÉLDER CÂMARA
ORIGEM : AC/SNI
DIFUSÃO : CH/SNI

1. Em documento sigiloso, dirigido ao Núncio Apostólico do BRASIL, D. LUCIANO CABRAL DUARTE, Arcebispo de ARACAJU/SE, denunciou a participação de D. HÉLDER CÂMARA em "ato público" de desagravo à Igreja de PROPRIÁ/SE, realizado, na Capital sergipana, no dia 17 Ago 80.

2. A restrição de D. LUCIANO deveu-se ao caráter "nitidamente político-partidário" dado ao evento em área de sua responsabilidade pastoral.

Justificou aquele prelado que os participantes episcopetaram o regime de "ditadura" e pregaram a necessidade de união dos camponeses, operários e estudantes com vistas à "derrubada do regime".

3. MARIA DA GLÓRIA RANGEL SAMPAIO FERNANDES, residente em PETRÓPOLIS/RJ, de igual modo, reprimiu a atitude de D. HÉLDER CÂMARA por ter permitido a utilização da Igreja do Carmo, em OLINDA/PE, para a encenação profana da peça "O aniversário da Mãe", de AUGUSTO BOAL, que faz parte do cognominado "Teatro do Oprimido", de

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 269 /19/AC/80.....Fls. 02)

cunho subversivo.

O protesto de MARIA DA GLÓRIA FERNANDES, ligada ao movimento "Com Cristo por MARIA pela Família Unida", foi feito tanto a D. HÉLDER CÂMARA quanto ao Núncio Apostólico do BRASIL.

A denunciante descreve a peça, encenada no templo, como "ultrajante espetáculo", cujos resultados foram "cenas de nudismo, gritos de protestos, socos, beliscões, xingamentos e palavrões".

4. Salienta-se que D. HÉLDER CÂMARA vem acentuando cada vez mais suas atividades político-contestatórias ao regime, quer agindo acintosa e publicamente, como apoiando outros setores populares de esquerda.

* * *

CONFIDENCIAL

08

820010

02/9/00
05/1/00

ASS-GAB/SNI	
PROTOCOLO	
Nº	1513/09
Em	03/09/20
<i>[Signature]</i>	



ARQUIDIOCESE DE ARACAJU

Praça Olímpio Campos, 228
ARACAJU - SERGIPE

010096

80
5619 03
R

Aracaju, 15 de agosto de 1980.

Exmo. e Revmo.
DOM CARMINE ROCCO
M.D. Nuncio Apostólico
Caixa Postal nº 07-0153
70.000-Brasília-DF

Caro Senhor Nuncio,
"Gratia et Pax".

Julgo ser meu dever informar Vossa Excelência dos últimos acontecimentos referentes à Diocese de Propriá.

Nos últimos dias, a tensão aumentou. Ontem veio uma reporter do "Jornal do Brasil", sucursal do Recife, para acompanhar a realização de um "Ato Público" que realmente foi realizado na rua central do comércio de Aracaju, conhecida como o "Calçadão". Disse-me que viria para este "Ato Público" um advogado de "Justiça e Paz" de Recife, e também que Dom Hélder Câmara viria a Propriá, no próximo Domingo, dia 17/08/80, para, com outros Bispos e padres, celebrar uma Missa de Desagravo a Dom Brandão e à Igreja de Propriá.

Embora eu tenha estranhado esta presença da Igreja do Recife na Província Metropolitana de Aracaju, que não tem ligação maior com Recife, e pertence ao Regional Nordeste III (Bahia e Sergipe), nada disse a jornalista. Ela perguntou minha opinião sobre a escalada de violência na Diocese de Propriá, se eu temia algo mais grave: respondi que, sendo ela do Nordeste, como eu, ambos sabemos que os nordestinos são, sobretudo, uma mistura de sentimentalismo e de ímpeto, e que assim sendo, era de temer-se algo mais sério. E formulei votos que a situação de distendesse, e acabasse o que chamei de "a guerra das fechaduras"... (Em Ilha das Flores, havia uma fechadura na Casa Paroquial; o grupo contra o Bispo trocou a fechadura e colocou outra; veio o vigário, e retirou esta, e colocou uma terceira fechadura...)

Ontem, o tal "Ato Público" teve uma conotação nitidamente político-partidário, e uma pessoa presente me informa que os discursos tiveram um tom ainda mais agressivo do que o que aparece no recorte de jornal que envio a Vossa Excelência. Além de falarem várias vezes de "ditadura" foi afirmado que o caminho era a "derrubada do regime". Falou-se ainda na necessidade da união dos camponeses, dos operários e dos estudantes. Como no ano de 1963, que precedeu os acontecimentos de 1964. Não preciso dizer a Vossa Excelência que nem eu nem D. Edvaldo iremos à Missa de Desagravo. De resto, não fomos convidados. Creio que Dom José Coutinho também não vai.

Peço a Vossa Excelência encontrar aqui a expressão de minha respeitosa estima. "In Xto et Maria",

pleto. Tive como director Espiritual a D. Manoel Pereira,
 cuja falta acerta todos os instantes, embora o estivesse
 acompanhando na sua vida apostolica e no desempenho
 mo que sempre o caracterizou: bom que alegria
 enorme. os seus do muito que tem conseguido em Aná-
 polis, ariegenando a juventude, desenvolvendo a
 campanha vocacional, abrindo o seu seminário, impu-
 lo todo e todos de um p' que eleva a sua patria, com
 fidelidade a Deus e a Igreja, que é a marca indelével
 do seu luminoso sacerdotio. Que Deus o proteja e, se for
 de sua Santa vontade, que o abençoe. Garante que
 nunca acabou de fazer o bem. Por bem, Sr. Nuncio, ainda
 minha tal atmosfera de respeito, bem dentro de tudo aquilo
 que respalda a Santidade em seus numerosos, promissamen-
 tes, era para estancar e revoltar-me o que V. E. por isso
 saber, como celata, protestando que não me acusa Deus, em
 nada de omisso.

Peço-me, se fui reves de mais, não deixei de
 rezar por S. Exa. o Sr. bispo. Que V. Exa. Pereira me abençoe
 e peço por mim e meus, para que eu possa testemunhar
 com o exemplo de minha vida, o Cristo que vivo em
 mim. pela graça, que procuro, pela comunhão diária,
 fazer crescer.

Em bondade
 Manoel de Jesus Rangel Sampaio Fernandes

Petrópolis, 15 de Agosto de 1980

Exmo. e Revmo.
D. Helder Câmara
DD. Arcebispo de Olinda e Recife

Excelência Reverendíssima

Difícil me parece imaginar e muito mais, ainda, aceitar que seja verdade o que li na reportagem de Jornal do Brasil, de 12 de agosto p.p., na página referente ao teatro, sob o título TEATRO DO OPRIMIDO. Prefiro crer que V. Exa. Revma. desconhecia e que se passaria na Igreja de Carmo, em Olinda, a saber que V. Revma. tenha dado permissão para que a Igreja servisse à encenação da peça de Sr. Augusto Boal.

Que uma Igreja Católica, consagrada a Nossa Senhora de Carmo, numa cidade de sua Diocese, onde V. Exa. é responsável pelo crescimento espiritual do rebanho, tenha sido palco de ultrajante espetáculo, descrito em detalhes pelo Sr. Viter / Hugo no Jornal do Brasil, é de estarrecer e não condiz em absoluto com as finalidades de um Templo Católico, onde o respeito, o silêncio, a adoração devem imperar.

A Casa de Deus foi profanada pelas sacrílegas cenas descritas. Teria Cristo aceitado que sob o teto de Sua Casa tais espetáculos fossem permitidos, Ele que expulsou a chicoteada dos que transformaram o Templo num mercado de compra e venda? E o que é pior, o comércio de mercadorias ou o comércio das consciências?

Não sei qual foi a intenção do autor - posso garantir, no entanto, que não foi a de edificar, formar ou educar o público que lá esteve - ao encenar a sua peça "O Aniversári

Petrópolis, 15 de Agosto de 1980

Exmo. e Revmo.

D. Helder Câmara

DD. Arcebispo de Olinda e Recife

Excelência Reverendíssima

Difícil me parece imaginar e muito mais, ainda, aceitar que seja verdade o que li na reportagem de Jornal de Brasil, de 12 de agosto p.p., na página referente ao teatro, sob o título TEATRO DO OPRIMIDO. Prefiro crer que V. Exa. Revma. desconhecia e que se passaria na Igreja de Carmo, em Olinda, a saber que V. Revma. tenha dado permissão para que a Igreja servisse à encenação da peça de Sr. Augusto Beal.

Que uma Igreja Católica, consagrada a Nossa Senhora de Carmo, numa cidade de sua Diocese, onde V. Exa. é responsável pelo crescimento espiritual do rebanho, tenha sido palco de ultrajante espetáculo, descrito em detalhes pelo Sr. Vitor / Hugo no Jornal de Brasil, é de estarrecer e não condiz em absoluto com as finalidades de um Templo Católico, onde o respeito, o silêncio, a adoração devem imperar.

A Casa de Deus foi profanada pelas sacrílegas cenas descritas. Teria Cristo aceitado que sob o teto de Sua Casa tais espetáculos fossem permitidos, Ele que expulsou a chicota das os que transformaram o Templo num mercado de compra e venda? E o que é pior, o comércio de mercadorias ou o comércio das consciências?

Não sei qual foi a intenção do autor - posso garantir, no entanto, que não foi a de edificar, formar ou educar o público que lá esteve - ao encenar a sua peça "O Aniversári

Há alguma coisa que justifique a realização de uma peça profana que se presta a surpreendentes reações do público, como esperava o autor, no interior de uma Igreja, lugar sagrado, centro de oração, isto é, de diálogo com Deus, mesmo depois de ser conhecida "situação mais ou menos semelhante verificada em S. Paulo"?

E o resultado foi o que se viu: "cenas de nudismo, gritos de protesto, socos, beliscões, xingamentos e palavrões". E isso dói, a nós cristãos, ver profanados lugares onde o Cristo se imola diariamente, de forma incruenta, para lembrar-nos o que pôde o amor de um Deus, e recordar-nos quanto sofrimento foi preciso para que Ele assumisse os pecados da humanidade. E nós abrimos a Sua Casa, não para rezar, não para prestar-Lhe o culto do amor, adoração e gratidão que Lhe devemos, mas, para que, sob os olhares curiosos de um público que se diverte, Ele seja ofendido, num total desrespeito ao decoro do Templo.

E não foi isso que João Paulo II veio ensinar, na sua luminosa trajetória por terras brasileiras.

Recife deve estar ainda ouvindo o eco dos aplausos que saudaram o Papa Peregrino e se o povo acorreu a ele tão cheio de emoção e carinho foi porque descobriu nele alguma coisa que o colocava acima de todos, a força da Graça de Deus, a espiritualidade resplandecendo nos olhos e no sorriso aberto, pregando a verdadeira justiça e a verdadeira paz, porque transmitiu uma mensagem que não era sua, mas de Cristo que tão bem encarna e representa.

Até quando nós vamos transformar uma religião que deve ser cristocêntrica em antropocêntrica, negando ao povo a única coisa que lhe falta, esta certeza da transcendência / que dá sentido à vida, que faz aceitar as dificuldades sem revolta, sem lutas de classe. O povo tem é fome de Deus, Sr. Arcebispo. E / nós não o estamos alimentando, preocupados apenas em dar-lhe o pão material quase que procurando fazer esquecer a palavra de Cristo : "Nem só de pão vive o homem " ou esta advertência à Marta: "Tu te inquietas e afadigas com tantas coisas, quando uma só é necessária, Maria escolheu a melhor parte, que não lhe será tirada". Ou deixamos no olvido a censura feita a Judas, também ele preocupado em dar aos pobres: "Pobres sempre tereis entre vós".

No momento, em que o mundo se debate numa crise de valores e que nós temos, a certeza de nossa fé, a respos

guém venha ocupar o lugar sagrado por excelência, para experimentar o público com o seu teatro do oprimido.

E seria o católico, o cristão, um homem oprimido? Não crê ele nas promessas de eternidade, no valor supremo do sofrimento que purifica, regenera, engrandece?

Quando o homem se afasta de Deus e procura ocupar o lugar que Lhe compete, então, sim, as Igrejas não são mais Casa de Oração e podem servir de palco a teatros experimentais. Na França, não foi diferente, quando a Revolução introduziu nos altares a deusa Razão e, ao silêncio respeitoso, substituiu-se o grito de revolta daqueles que procuraram sufocar a fé secular do povo francês.

Não, Senhor Arcebispo, não permita que as nossas Igrejas se transformem em palcos públicos, onde tudo é permitido. O sangue de Cristo ali está presente todos os dias e não pode ser profanado. Nós queremos rezar, Sr. Arcebispo. Não deixe que ocupem nossas Igrejas. O seu Sacerdócio exige isso.

Que Deus abençoe V. Exa. Revma.

Miana da Glória Rangel Campaio Fernandes,